

Estado de Goiás

Polícia Militar

Academia de Polícia Militar

Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

A participação policial militar brasileira nas

Operações das Nações Unidas

'A preparação do policial militar,

Maurício Henrique L de Souza

Antônio Sérgio Carrera de Amelio

Marcos Antonio Firmino Dias

Goiânia - 1995

3
CAP PMDF MAURÍCIO HENRIQUE LOFFREDO DE SOUZA

CAP PMDF ANTÔNIO SÉRGIO CARRERA DE A. MELO

CAP PMPB MARCOS ANTÔNIO FIRMINO DIAS

BAPM

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

**A PARTICIPAÇÃO POLICIAL MILITAR
BRASILEIRA NAS OPERAÇÕES
DAS NAÇÕES UNIDAS**

A PREPARAÇÃO DO POLICIAL MILITAR

**Monografia elaborada como
requisito para a conclusão do
Curso de Aperfeiçoamento de
Oficiais (CAO), na Academia de
Polícia Militar de Goiás.**

GOIÂNIA - 1995

É muito melhor arriscar coisas grandiosas, alcançar triunfos e glórias, mesmo expondo-se à derrota, do que formar fila como os pobres de espírito, que não gozam muito, nem sofrem muito, pois vivem nessa penumbra cinzenta dos que não conhecem a vitória nem a derrota.

Winston Churchill.

AGRADECIMENTOS

À Deus, que nos deu força e luz para continuarmos a trilhar o caminho do bem.

À Professora Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, docente da cadeira de Metodologia Científica que, com notada dedicação e zelo, soube tão bem transmitir os ensinamentos.

Ao Sr Major PMDF Alexandre Augusto Jansen Osório, orientador, que, com sabedoria, soube nos conduzir a elaboração deste trabalho.

Aos colegas do CAO, pela sadia camaradagem que nos uniu durante o período do curso.

A Equipe

À minha esposa Sandra e meus filhos Viviane, Jéssica e Maurício, pela compreensão nas longas horas de ausência.

Maurício Henrique Loffredo de Souza

À Deuzinete, querida companheira de todos os momentos, pela paciência e apoio nas horas mais difíceis.

Antônio Sérgio Carrera de Albuquerque Melo

À minha querida esposa Mércia e meu filho Renan, pelo carinho e apoio em todos os momentos.

Marcos Antônio Firmino Dias

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho a memória do Sargento PM ADILSON BARBOSA COSTA, da Polícia Militar de Minas Gerais, falecido no cumprimento do dever, como Observador Policial da ONU em terras africanas, vítima da sangrenta guerra civil em Angola.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

A Equipe gostaria de agradecer aos companheiros ex-integrantes da CIVPOL, que tanto colaboraram para a execução deste trabalho. Sem eles, este esforço não teria sido possível.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

	Pág
Foto nº 1 - O Policial Militar em Angola.....	38
Foto nº 2 - O Policial Militar em El Salvador	42
Foto nº 3 - O Policial Militar em Moçambique	47
Foto nº 4 - O Policial Militar na Bósnia.....	52
Foto nº 5 - O Policial Militar na Guatemala	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1 - Seleção de Observadores	81
Gráfico nº 2 - Concurso Interno`	82
Gráfico nº 3 - Idioma Estrangeiro	83
Gráfico nº 4 - Informações sobre a Missão.....	84
Gráfico nº 5 - Desempenho	85
Gráfico nº 6 - Providências Preliminares	86
Gráfico nº 7 - Direitos, Obrigações e Prerrogativas	87
Gráfico nº 8 - Conhecimentos de Informática	88
Gráfico nº 9 - Primeiros Contatos na Missão	89
Gráfico nº 10 - Direção de Veículos	90
Gráfico nº 11 - Violação dos Direitos Humanos	91
Gráfico nº 12 - Informações sobre Polícia Local	92
Gráfico nº 13 - Sistema Burocrático	93
Gráfico nº 14 - Relacionamento Pessoal.....	94
Gráfico nº 15 - Performance na Missão	95
Gráfico nº 16 - Status do Observador Policial Militar	96
Gráfico nº 17 - Tempo de Serviço	97
Gráfico nº 18 - Preparação do Observador	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
-------------------------	-----------

TÍTULO I - Da Organização das Nações Unidas - ONU	12
--	-----------

CAPÍTULO 1 - SÍNTESE HISTÓRICA, ORGANIZAÇÃO GERAL	12
--	-----------

1.1 Origem.....	12
1.2 Propósitos e Princípios.....	13
1.3 Quadro de Membros	14
1.4 Idiomas.....	15
1.5 Órgãos Principais.....	15
Assembléia Geral	15
Conselho de Segurança.....	15
Conselho Econômico e Social.....	16
Conselho de Tutela	16
Corte Internacional de Justiça	16
Secretariado.....	17
1.6 Forças de Paz.....	17
1.7 Missões de Paz e Proteção	18
1.8 Orçamento	20

CAPÍTULO 2 - A POLÍCIA DAS NAÇÕES UNIDAS.....	22
--	-----------

2.1 Mandato	22
2.2 Papel.....	23
2.3 Organização.....	24
2.4 Distribuição do Efetivo	26
2.5 Postos e Graduações.....	27
2.6 Funções	28
2.7 Uniforme e Distintivo de Postos de Graduação.....	32

TÍTULO II - Da Participação Policial Militar nas Operações

de Paz da ONU	34
 CAPÍTULO 1 - O BRASIL NA LUTA PELA PAZ	34
Generalidades	34
1.1. Participação em Angola	35
1.2. Participação em El Salvador	40
1.3. Participação em Moçambique	44
1.4. Participação na Bósnia	50
1.5. Participação na Guatemala	53
1.6. O Papel dos Órgãos Gerenciadores	61
a. Ministério das Relações Exteriores	61
b. Inspeção Geral das Polícias Militares - Ministério do Exército	62
c. Responsabilidade das Corporações Policiais Militares	63
1.7. Relevância da Participação	63
 CAPÍTULO 2 - O OBSERVADOR POLICIAL MILITAR	67
2.1 - Conduta e Papel	67
2.2 Duração das Jornadas a Serviço da ONU	67
2.3 Solicitação de Observadores	68
2.4 Requisitos	69
2.5 Seleção	69
2.6 Preparo	70
2.7 Direitos e Deveres	71
2.8 Disciplina	73
2.9 Repatriação	73
2.10 Performance no Desempenho da Missão	74
2.11 Principais Obstáculos e Dificuldades Enfrentados pelos Policiais Militares	74
 CAPÍTULO 3 - PESQUISA DE CAMPO	80
3.1 Metodologia	80
3.2 Tabulação, Análise e Interpretação dos Dados	81

TÍTULO III - Da Preparação do Policial Militar 100

CAPÍTULO 1 - PROPOSTA DE UM CURSO DE PREPARAÇÃO 100

**CAPÍTULO 2 - PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE
PREPARAÇÃO DE OBSERVADORES 118**

CONCLUSÃO 128

BIBLIOGRAFIA 131

ANEXOS

Anexo I - Questionário nº 01 132

Anexo II - Questionário nº 02 137

Anexo III - Carta endereçada à Divisão de Polícia da ONU - New York 140

INTRODUÇÃO

A escolha do tema **A Participação Policial Militar Brasileira nas Operações de Paz da ONU - A Preparação do Policial Militar**, ocorreu por unanimidade do grupo de pesquisa, em razão da sua evidente relevância, seriedade e atualidade.

O tema é tratado de forma geral e parcial de diferentes maneiras e com frequência cada vez maior nos meios diplomáticos, governamentais, militares e policiais militares. Entretanto, um estudo sobre o mérito do tema, ainda é raro. A grande parte das expressões sobre o assunto, baseiam-se em simples inferências pessoais, fruto de depoimentos e relatórios confeccionados por ex-integrantes de missões de paz de informações recebidas de órgãos que tem responsabilidade direta ou indireta no processo de envio de contingentes brasileiros ao exterior.

Existem também as recomendações e instruções valiosas, e procedentes, sobre as medidas a serem adotadas com vistas ao melhor preparo do policial militar, porém estas, nas sua maioria, se revelam infundadas, desatualizadas e, muitas vezes, sem qualquer relevância.

Portanto, o estudo do tema, por si só, se justifica e, pela sua importância, teve que ser bem delimitado.

O primeiro objetivo constitui-se em identificar a importância e relevância da participação policial militar brasileira em Operações de Paz da ONU, ou seja, a relevância para o Brasil, no contexto internacional.

O segundo objetivo se resume em identificar, avaliar e analisar as deficiências e dificuldades enfrentadas pelo policial militar enquanto integrante de uma missão de paz no exterior, desempenhando as funções que lhe são próprias como Observador Policial internacional.

Várias são as razões que poderiam ser apontadas para a consecução desses objetivos. Apesar de já existir estudo anterior com o mesmo propósito, o presente trabalho procurou detalhar, com profundidade, a problemática do despreparo profissional para o caráter internacional do desempenho pessoal, visando trazer à tona, todos os pormenores desse problema, de forma a possibilitar o elenco de todas as possíveis funções, tarefas, trabalhos e outras atribuições comuns ao Observador Policial, de forma a podermos conhecer os assuntos cujo conhecimento, seriam fundamentais para o adequado preparo do Observador Policial Militar brasileiro.

Foi realizada pesquisa bibliográfica com a finalidade de identificar todos os aspectos relacionados com a vida do Observador Policial da comunidade internacional, enquanto integrante de missões da paz da ONU, além da pesquisa de campo realizada à nível nacional e a inúmeros contatos com companheiros, ex-integrantes das várias operações da ONU em que a Polícia Militar do Brasil se fez presente.

A pesquisa bibliográfica se tornou difícil devido a escassez de documentos relacionados com os assuntos. Necessário se fez solicitar fontes de consulta à sede da Organização das Nações Unidas em Nova Iorque e sua Representação em Brasília-DF; à Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM); a Polícia Militar do Distrito Federal e a companheiros missionários na África e América Central, além dos que se encontram em solo pátrio.

TÍTULO I

Da Organização das Nações Unidas

CAPÍTULO 1

RESUMO HISTÓRICO, ORGANIZAÇÃO GERAL

1.1. Origem

NAÇÕES UNIDAS, nome concebido pelo Presidente norte-americano Franklin Roosevelt, foi utilizado pela primeira vez na DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, de 1º de janeiro de 1942, quando os representantes de 26 nações assumiram o compromisso de que seus Governos continuariam a lutar contra as potências do Eixo.

A Carta das Nações Unidas foi elaborada pelos representantes dos 50 países presentes à Conferência sobre Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco (EUA) de 25 de abril a 26 de junho de 1945.

As NAÇÕES UNIDAS, entretanto, começaram a existir oficialmente, em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta pela China, Estados Unidos, França, Reino Unido e União Soviética, e pela maioria dos demais signatários. O 24 de outubro é comemorado em todo o mundo como o “Dia das Nações Unidas. Hoje, a ONU conta com 184 países membros.

Preâmbulo da Carta

O preâmbulo da Carta das Nações Unidas expressa os ideais e os propósitos comuns dos povos cujos governos se uniram para constituir os as Nações Unidas:

“Nós, os povos das Nações Unidas, resolvimos

A PRESERVAR as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e

A REAFIRMAR a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e

A ESTABELEECER condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos, e

A PROMOVER o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla.

E para tais fins

PRATICAR a tolerância e viver em paz uns com os outros, como bons vizinhos.

UNIR nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais.

GARANTIR pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum, e

EMPREGAR um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos.

Resolvemos conjugar nossos esforços para a consecução desses objetivos.

Em vista disso, nossos respectivos Governos, por intermédio de representantes reunidos na cidade de São Francisco, depois de exibirem seus plenos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordam com a presente Carta das Nações Unidas e estabelecem, por meio dela, uma organização internacional que será conhecida pelo nome de “Nações Unidas”.

Esta Carta foi ratificada pelo Brasil em 12 de setembro de 1945 e promulgada pelo Decreto no. 19.841 de 22 de outubro do mesmo ano.

1.2. Propósitos e Princípios

Tem as Nações Unidas os seguintes propósitos:

- manter a paz e a segurança internacionais;
 - desenvolver relações amistosas entre as nações;
 - realizar a cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;
 - ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução desses objetivos comuns.
-

As Nações Unidas regem suas ações baseadas nos seguintes princípios

- a ONU se baseia no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros;
- todos os membros se obrigam a cumprir de boa fé os compromissos da Carta;
- todos deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais;
- todos deverão abster-se em suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou emprego da força contra outros Estados;
- todos deverão dar assistência às Nações Unidas em qualquer medida que a Organização tomar em conformidade com os preceitos da Carta, abstendo-se de prestar auxílio a qualquer Estado contra o qual as Nações Unidas agirem de modo coercitivo ou preventivo.

Cabe às Nações Unidas fazer com que os Estados que não são membros da Organização ajam de acordo com esses princípios em tudo quanto for necessário à manutenção da paz e da segurança internacionais.

Nenhum preceito da Carta autoriza as Nações Unidas a intervir em assuntos que são essencialmente da alçada nacional de cada país.

1.3. Quadro de Membros

Todas as nações amantes da paz tem o direito de tornar-se Membro das Nações Unidas, desde que aceitem os compromissos da Carta e que, a critério da ONU estejam aptas e dispostas à cumpri-las, mediante decisão da Assembléia Geral por recomendação do Conselho de Segurança.

Conta hoje a ONU com 184 países membros, sendo chamados membros fundadores aqueles que assinaram a Declaração das Nações Unidas em 1. Janeiro de 1945 ou que tomaram parte da Conferência de São Francisco , tendo assinado e ratificado a Carta, num total de 51 países.

1.4. Idiomas

São seis os idiomas oficiais gerais das Nações Unidas: o Árabe, o Chinês, o Espanhol, o Francês, o Inglês e o Russo.

Ressalta-se que, nos órgãos principais da ONU, há uma variação dos idiomas oficiais. No Conselho de Segurança por exemplo, o Árabe não é considerado.

1.5. Órgãos Principais

1.5.1. Assembléia Geral

Suas principais atribuições são:

- examinar e fazer recomendações sobre a política internacional;
- discutir quaisquer questões que afetam a paz e a segurança;
- promover a cooperação de política internacional;
- apreciar os relatórios do Conselho de Segurança;
- examinar e aprovar o orçamento da ONU, determinando a cota de cada Membro.

É dado importante acrescentar que se o Conselho de Segurança deixar de agir face a uma ameaça da paz ou ato de agressão por falta de unanimidade entre os cinco membros permanentes, a Assembléia Geral evoca para si a questão e decide sobre as medidas a serem adotadas.

A Assembléia Geral reúne-se uma vez por ano, na terceira terça-feira do mês de setembro, na sua Sede em Nova Iorque ou extraordinariamente a pedido do Conselho de Segurança.

1.5.2. Conselho de Segurança

É constituído por 15 membros: cinco permanentes (China, EUA, França, Reino Unido e União Soviética) e dez eleitos por dois anos pela Assembléia Geral.

O Conselho de Segurança funciona continuamente e um representante de cada um de seus membros deve estar sempre na sede da ONU. O Conselho pode reunir-se fora da sede, se assim o achar conveniente.

Suas principais atribuições são:

- manter a paz e a segurança internacionais de acordo com os propósitos e princípios das Nações Unidas.
- examinar qualquer controvérsia ou situação suscetível de provocar atritos internacionais.
- recomendar métodos para o acerto de tais controvérsias ou condições para sua solução.

1.5.3. Conselho Econômico e Social (ECOSOC)

É o órgão coordenador do trabalho econômico e social da ONU e demais Agências conhecidas como integrantes do “Sistema das Nações Unidas”. Trata das atividades relacionadas com o desenvolvimento, comércio internacional, industrialização, recursos naturais, direitos humanos, condição da mulher, população, ciência e tecnologia, prevenção do crime, bem estar social e muitas outras questões econômicas e sociais. Tem 54 membros.

1.5.4. Conselho de Tutela

Cabe ao Conselho supervisionar a administração dos territórios sob o regime de tutela internacional. As principais metas são promover o progresso dos habitantes e desenvolver condições para a progressiva independência e governo próprio. Seus objetivos tem sido tão plenamente atingidos que os povos que inicialmente estavam sob esse regime (na maioria, países da África) alcançaram governo próprio ou independência. Os membros deste Conselho são os mesmos do Conselho de Segurança.

1.5.5. Corte Internacional de Justiça

Tem sua sede em Haia (Holanda) e é o principal órgão judiciário da ONU. A competência da Corte se estende a todas as questões a ela submetidas pelos Estados. A Corte se compõe de 15 juizes eleitos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança em escrutínios separados, por um período de nove anos.

1.5.6. Secretariado

Presta serviços a outros órgãos das Nações Unidas e administra os programas e política que elaboram. Seu chefe é o Secretário-Geral que é nomeado pela Assembléia Geral, seguindo recomendação do Conselho de Segurança. Como uma de suas inúmeras funções, tem a de chamar a atenção do Conselho de Segurança para qualquer assunto que a seu ver ameace a paz e segurança internacionais.

É o cargo de maior importância dentro da ONU. Seu mandato é de cinco anos podendo ser renovado.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

1.6. Forças de Paz

De acordo com a resolução “União para a Paz”, aprovada pela Assembléia Geral em novembro de 1950, o Conselho de Segurança deverá agir face a uma aparente ameaça ou ruptura da paz ou ato de agressão com o emprego de força armada, quando necessário para restaurá-la. De acordo com a Carta, todos os Membros das Nações Unidas concordam em aceitar e cumprir as decisões do Conselho de Segurança. Apesar de outros órgãos da ONU formularem recomendações aos Governos, somente o Conselho de Segurança pode tomar decisões, que os Estados-Membros ficam obrigados a cumprir. Dentre entre elas, consta da Carta, a seguinte:

“Empreender ação militar contra um agressor”.

Assim sendo, o Conselho de Segurança organiza e Força de intervenção em determinado país, com as finalidades de manutenção da paz e verificação em países que acordaram no estabelecimento dela ou de proteção, naqueles em que se verificam guerras ou conflitos armados com comprometimento da vida. Essas Forças são denominadas “**Forças de Paz**” ou “**Forças de Proteção**” e são compostas por contingentes dos países-membros, à critério do Conselho de Segurança.

Os contingentes serão enviados para a área da missão considerada como Observadores desarmados ou como uma força de paz levemente armada. Devem ser designados para observar a situação e relatar ao Secretário Geral da ONU; para supervisionar a retirada de tropas ou para ajudar a assegurar submissão a outros acordos. Devem investigar violações do cessar-fogo, patrulhar zonas amarelas (comuns aos dois lados) e monitorar a manutenção da lei e da ordem. Em complemento,

normalmente fornecem serviços médicos emergenciais, ajudam no restabelecimento de refugiados e trabalham para restaurar as atividades normais civis das áreas conflitantes. Além das atividades de monitoramento da Polícia Nacional dos países envolvidos.

Os “boinas azuis” são atualmente empregados em novas tarefas, como: forçar embargos, remover minas e buscar o desarmamento das partes em guerra. Em complemento aos aspectos militares, muitas operações da ONU envolvem um grande aparato civil; monitoramento eleitoral, direitos humanos, assistência humanitária, reconstrução e restauração de infra-estrutura e serviços. E, claro, elas servem para lembrar constantemente, às partes em disputa, que todo o mundo está assistindo ao que elas fazem.

1.7. Missões de Paz e Proteção

A organização de uma Missão de Paz ou de Proteção, envolve uma série de organismos específicos, com finalidades e atividades voltadas para a problemática do país sob intervenção. Esses órgãos, trabalharão em conjunto, gerenciados por um alto funcionário das Nações Unidas que Representará o Secretário-Geral da ONU. Este funcionário será o Chefe da Missão e terá a sua disposição todos os meios operacionais e administrativos para mediar o conflito reinante no país, aqui entendidas as Forças Militar e Policial, Divisão Administrativa, Eleitoral, Assistência Humanitária, Direitos Humanos, Refugiados, Programa Mundial de Alimentos, dentre outros.

A missão de paz é uma das formas pela qual a ONU ajuda a manter a paz e a segurança mundial. No contexto das Nações Unidas, missão de paz tem sido tradicionalmente definida como o uso de forças multinacionais, sob o comando da ONU, para ajudar, controlar e resolver conflitos entre países hostis. Algumas vezes essas forças podem ser interpostas entre comunidades hostis dentro de um mesmo país. Missão de Paz é uma técnica pioneirizada pelo soldado-ONU, como catalisador pela paz, mais do que ser um instrumento de guerra. Uma missão de paz também pode consistir de observadores militares e policiais para monitorar acordos de cessar-fogo ou verificação de direitos humanos. Os guardiões da paz são conhecidos como “capacetes azuis” ou “boinas azuis” pelos distintivos que usam.

As missões de paz têm salvado incontáveis vidas. Em muitos casos, provou não ser válida para criar condições necessárias para estabelecer disputas de forma pacífica, através da negociação e do monitoramento da implementação de acordos entre partes hostis. Este serviço pela causa da paz - desenvolvido por mais de 650.000 soldados e civis desde 1948 - foi ,formalmente, reconhecido quando, em 1988, as forças de paz da ONU foram agraciadas com o Prêmio Nobel da Paz.

O Conselho de Segurança tem a principal responsabilidade no estabelecimento da missão. Quando um país-membro ou grupo de países ou o Secretário Geral propõe o seu estabelecimento, três condições básicas devem ser observadas;

- 1) Consentimento dos países envolvidos;
- 2) A proposta deve ensejar largo apoio da comunidade internacional;
- 3) Os países membros devem estar prontos a contribuir com efetivos e dinheiro.

Para a aprovação final, dos quinze países membros do Conselho de Segurança, pelo menos, nove votos terão que ser a favor e que não haja nenhum voto contra dos cinco países membros permanentes (China, EUA, França, Rússia e Reino Unido). Atualmente as Nações Unidas mantêm 16 (dezesseis) missões de Paz pelo mundo, a saber:

- UNTSO (Missão das Nações Unidas para Supervisão de Trégua no Oriente Médio) 1948;
 - UNMOGIP (Operação de Observadores Militares da ONU na Índia e Paquistão) 1949;
 - UNFICYP (Força de Paz da ONU em Chipre) 1964;
 - UNDOF (Força de Observação de Desligamento da ONU) 1974;
 - UNIFIL (Força Interina das Nações Unidas no Líbano) 1978;
 - UNIKOM (Missão de Observação da ONU no Iraque-Kuwait) 1991;
 - UNAVEM III (Missão de Verificação da ONU em Angola) 1991;
 - ONUSAL (Missão de Observação da ONU em El Salvador) 1991;
 - MINURSO (Missão da ONU para a referência no Saara Oeste) 1991;
 - UNPROFOR (Força de Proteção da ONU na Bósnia) 1992;
 - UNOSOM II (Operação da ONU na Somália) 1992;
-

- UNOMIG (Missão de Observação da ONU na Geórgia) 1993;
- UNOMIL (Missão de Observação da ONU na Libéria) 1993;
- UNMIH (Missão das Nações Unidas no Haiti) 1993;
- UNAMIR (Missão das Nações Unidas em Ruanda) 1993;
- MINUGUA (Missão de Verificação dos Direitos Humanos na Guatemala) 1994;

1.8 Orçamento

As contribuições dos Estados constituem a principal fonte de recursos do orçamento. Tais contribuições são feitas de acordo com uma escala de quotas, determinada pela Assembléia. Cada Estado contribui com o percentual de sua renda nacional em relação a dos outros Estados-Membros. Podem ser no máximo de 25% e no mínimo 0,01% do total do orçamento.

Os países com cotas superiores a 1% são:

EUA	25,00%
Japão	11,38%
União Soviética	9,99%
Rep.Fed.Alemanha ¹	8,08%
França	6,25%
Reino Unido	4,86%
Itália	3,99%
Canadá	3,09%
Espanha	1,95%
Países Baixos	1,65%
Austrália	1,57%
Brasil	1,45%
Rep.Dem.Alema	1,28%
República Socialista Soviética da Ucrânia	1,25%
Suécia	1,21%
Bélgica	1,17%
Arábia Saudita	1,02%

Quadro 1

Fonte: ONU

Acrescenta-se que muitas outras atividades da ONU são financiadas principalmente através de doações voluntárias não incluídas no orçamento. Os programas mais importantes que fazem parte desta categoria são: PNUD; UNICEF; ACNUR; UNRWA e UNFPA.

¹ Dados de 31 de junho de 1989, quando a Alemanha ainda não estava unificada.

Para as missões de paz, o Conselho de Segurança decide como a operação será financiada. Normalmente isso é feito num base obrigatória: países são solicitados a pagar pelo custo da missão e a Assembléia decide como estes custos serão divididos pelos membros. Recentemente, no passado, as operações de paz eram financiadas por contribuições voluntárias.

Geralmente, as operações são financiadas sob uma escala obrigatória, que levar em consideração a situação econômica dos Estados Membros em relação aos cinco países membros permanentes, que são solicitados a contribuir com uma maior parcela em função da sua maior responsabilidade pela manutenção da paz e segurança internacional.

O orçamento da participação do Brasil nas Operações de Paz, é apresentado pelas Forças Armadas. Seus valores refletem, mormente, a necessidade de aquisição de material permanente e os custos da prestação de apoio logístico aos contingentes designados nas suas áreas de atuação fora do Brasil.

CAPÍTULO 2

A POLÍCIA DAS NAÇÕES UNIDAS

A Polícia Civil das Nações Unidas (Civilian Police) é o Componente da Missão de Paz que tem como responsabilidade maior, o monitoramento das atividades da Polícia local.

A primeira Força Policial das Nações Unidas atuou em Chipre em 1964, onde até hoje permanecem efetivos da Áustria e da Suécia. Ao longo desses 31 anos, a Polícia da ONU vem desenvolvendo um trabalho extremamente significativo para que o processo de paz de vários países em conflito, transcorra em observância aos tratados e acordos firmados pelos seus governantes, bem como, dentro das diretrizes estabelecidas pela ONU.

A presença policial foi marcante em todas as oportunidades em que integrou Forças de Paz. Em razão de tão positivos resultados, hoje, se torna quase que requisito fundamental no trato diplomático de acordos entre a ONU e os países conflitantes.

A partir de 1964, sucessivamente foram empregados efetivos de vários países, unidos em um só propósito de estabelecer e manter a paz pelo mundo, congregando policiais civis e militares num mesmo ideal, em países como a Namíbia, Angola, El Salvador, Saara Ocidental, Iugoslávia, Moçambique, Haiti, Ruanda e Guatemala.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

2.1. Mandato

O mandato do Componente da Polícia das Nações Unidas (UNPC), será o de monitorar todas as atividades da Polícia do país, bem como qualquer outro tipo de polícia atuante, assim como monitorar os direitos e liberdades dos cidadãos e providenciar apoio técnico às Comissões de Assuntos Policiais do país, organizadas também para o acompanhamento das atividades da polícia local e ainda verificar se as Companhias de Segurança privadas, por acaso atuantes no país, estão desenvolvendo suas atividades de proteção e segurança em harmonia com o pressuposto nos Acordos Geral de Paz.

É também responsabilidade da UNPC controle e ter em seu poder, devidamente atualizadas as listas de equipamento militar em poder da polícia, para uso no serviço policial, bem como outras de emprego desconhecido, devendo inclusive conhecer sua localização.

Salienta-se que, em algumas Missões de Paz, o Componente Policial atuou e atua sem a organização básica estabelecida pela ONU, em função da envergadura da Missão. Podemos citar como exemplo a recente Missão de Verificação na Guatemala, onde o efetivo policial atua em conjunto com órgãos fiscalizadores da violação dos direitos humanos.

2.2. Papel

2.2.1. O Componente Policial da ONU estabelece um plano e implementa todas as medidas necessárias para o cumprimento efetivo do seu mandato, em conformidade com a missão geral da Força de Paz.

2.2.2. Sendo a responsabilidade de manutenção da lei e da ordem afeta à polícia local, a Polícia das Nações Unidas (CIVPOL) irá desenvolver um efetivo mecanismo de monitoramento e supervisionamento a fim de assegurar que a polícia local conduza suas atividades em conformidade com o acordo ou tratado de paz firmado.

2.2.3. Monitorar as condições da população local e situações diversas no país para assegurar que os direitos civis, liberdades individuais e política não sejam violadas por nenhum indivíduo, grupo ou organização. Para conseguir isto, conduzirá investigações para verificar todas as queixas do povo em geral contra a polícia e relatá-los à Comissão de Assuntos Policiais, que trata especificamente desse assunto junto à órgãos superiores do Governo local (Ministérios da Justiça, Interior e outros).

2.2.4. Examinar e providenciar apoio técnico às Comissões de Assuntos Policiais a fim de facilitar e aprofundar a fiscalização das atividades da polícia local.

2.2.5. Adotará ações no sentido de que todos os membros da polícia local conheçam o papel, funções e deveres da CIVPOL, promover a conscientização da polícia para os internacionalmente reconhecidos padrões de direitos humanos.

2.2.6. Verificar as atividades de todas as Companhias de Segurança Particular existentes no país (se houver) assegurando-se de que elas estão exercendo suas atividades em consonância com acordos ou tratados estabelecidos, no que se refere a elas.

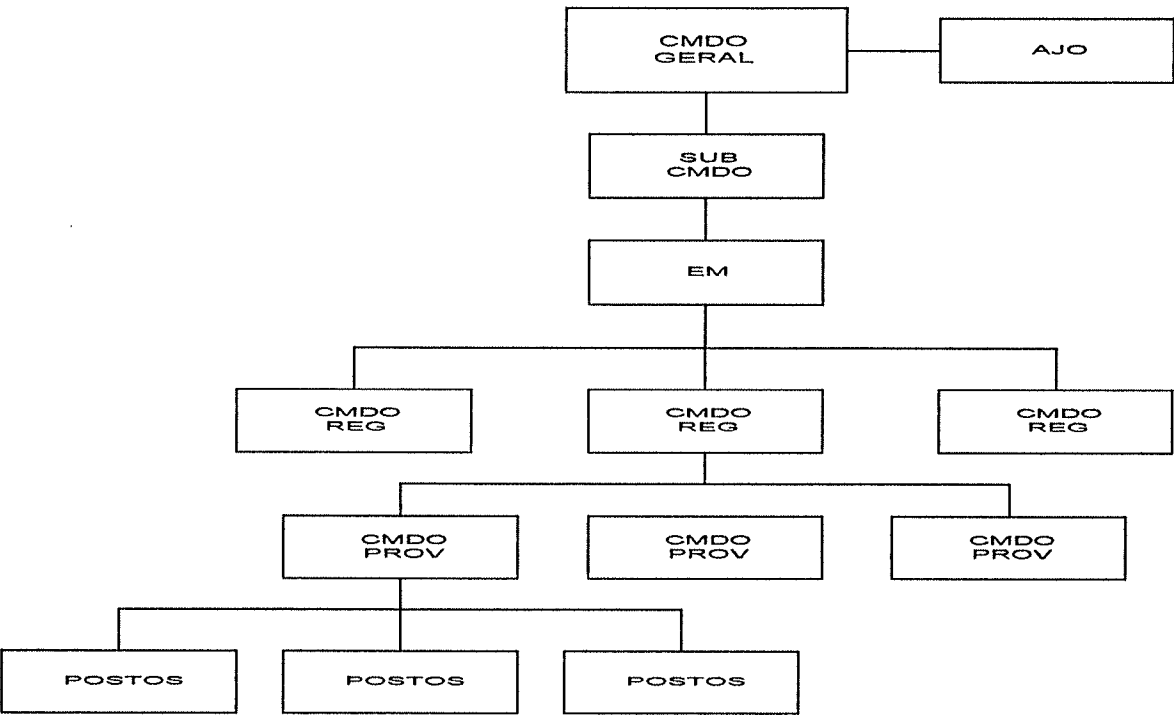
2.2.7. Verificar a organização, equipamento, armas e monitorar o papel, deveres, objetivos e finalidades das Unidades de Polícia de Choque local.

2.2.8. Atuar em estreita cooperação e coordenação com todos os outros Componentes da Missão no sentido de alcançar o sucesso final da Missão.

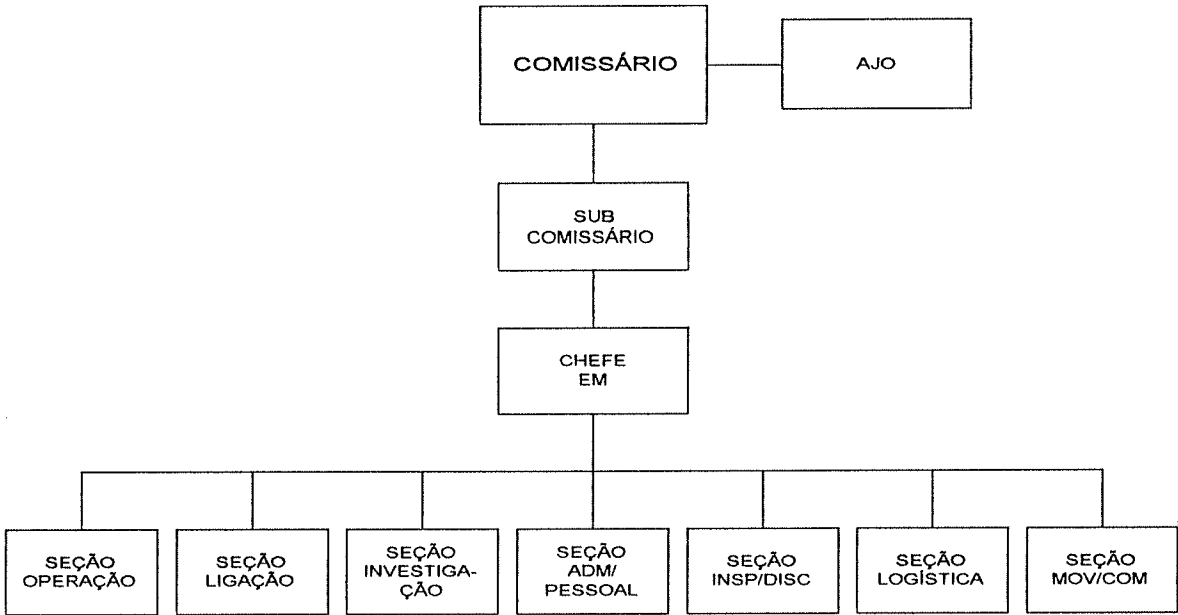
2.3. Organização

Em situações normais a Polícia Civil da ONU está estruturada em um Quartel General e Comando Regional com número variando em função de sua missão específica, características do país e particularidades da Missão. Os Comandos Regionais por sua vez estruturam-se em um Q.G. Regional, Sedes Provinciais e Postos, de acordo com a divisão geopolítica do país. Segue modelos de organogramas:

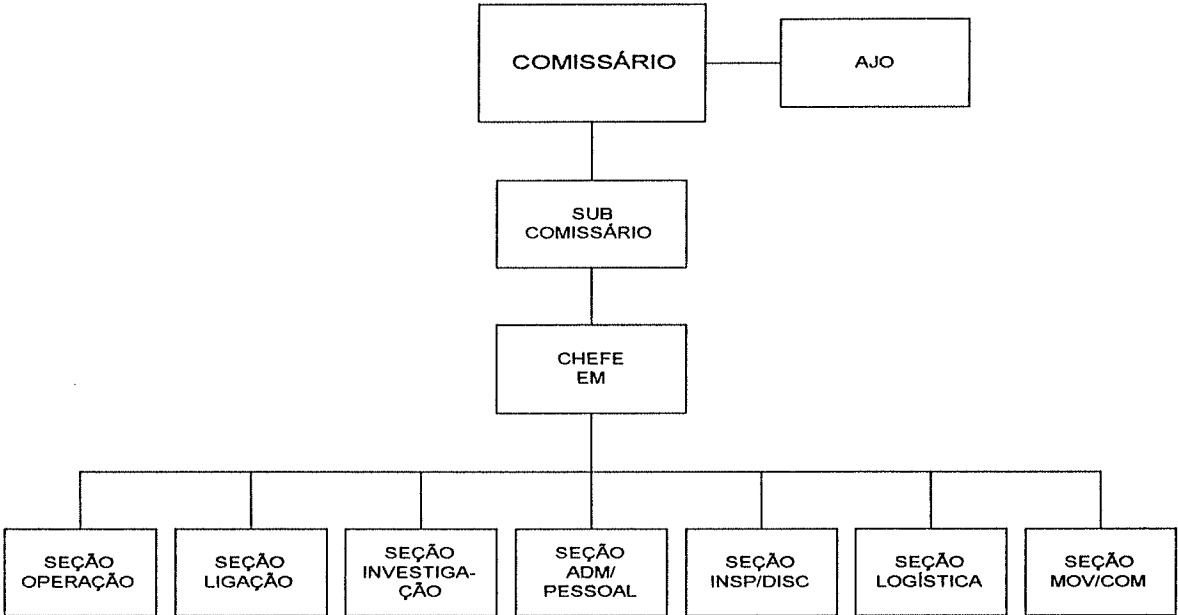
a. Organização Geral



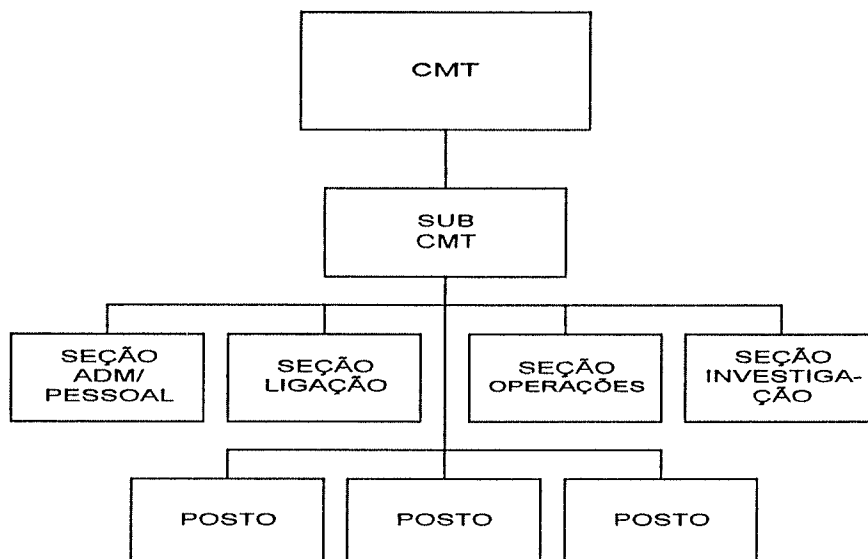
b. Organização do Quartel General



c. Organização de Q.G. Regionais



d. Organização de Q.G. Provinciais



2.4. Distribuição do Efetivo

Fica à critério do Comissário de Polícia da Missão, observando-se:

- a) A necessidade da criação de Postos de Polícia da ONU
- b) Prioridades em termos de localidades conflitantes e sensíveis
- c) Necessidade de aumento de efetivo nos Postos em função da evolução do quadro
- d) Mobiliar Seções dos Q.G.
- e) Critérios para intensificação de patrulhamento
- f) Domínio do idioma local e do oficial da Missão por parte dos monitores
- g) Disponibilidade de meios administrativos em algumas localidades
- h) Disponibilidade de efetivo
- i) Experiência de elementos em missões anteriores ou no desempenho de função similar em seu país natal para a ocupação de determinados cargos
- j) Necessidade de auxiliares ou adjuntos para seções
- k) Necessidades de elementos com determinadas habilitações específicas.

Para a distribuição será sempre observado pelo Comando da Polícia a orientação da ONU no que tange à mistura de nações para o desempenho de qualquer que seja a atividade, ou seja, numa mesma seção ou serviço, só excepcionalmente serão empenhados elementos de uma mesma nacionalidade, por ser uma característica das Nações Unidas.

2.5. Postos e Graduações

As organizações policiais existentes no mundo, geralmente, sofrem influências daquelas que estão mais próximas, sofrendo influências, até mesmo pelo fato de pertencerem a uma mesma região, como é o caso das polícias européias, onde a maioria segue praticamente uma mesma linha de organização.

A Polícia Militar Brasileira, assemelha-se em alguns aspectos às demais organizações policiais da América do Sul, no entanto, do que se tem notícias, é a única no mundo que adota, ainda, certos padrões diferenciados entre os Estados da Federação. Nesse aspecto, o que chama mais a atenção da comunidade internacional é a particularidade da miscelânea de uniformes, pouco comum aos olhos dos policiais de outras nações.

Com relação aos postos e graduações, em função do acima exposto, também existem em geral, duas diferenças básicas: as organizações que adotam a escala hierarquia militar e as que adotam escalonamento para os tidos como civis. A seguir, está inserido um demonstrativo de postos e graduações das polícias internacionais e uma relação com a brasileira, no escalonamento vertical:

General-Brigadeiro

Sub-Comissário	(Coronel PM)
Chefe-Superintendente	(Coronel PM)
Superintendente	(Coronel PM)
Adjunto Superintendente	(Tenente-Coronel PM)
Chefe-Inspetor	(Major)
Inspetor	(Capitão)
Sub-Inspetor	(Tenente)
Sargento	(Sargento)
Soldado	(Soldado)

2.6. Funções

À exceção da função do Comissário de Polícia da Missão, todas as outras são desempenhadas por Oficiais e Praças, indistintamente, uma vez que todos, sem exceção, são nomeados Monitores. Assim sendo, independe de posto ou graduação, a faculdade de designar um policial para exercer uma determinada função, mesmo que esta seja de chefia, será do Comissário. Seguindo uma ética, a antigüidade, a experiência e o posto são observados para a nomeação para determinados cargos de chefia e Comando.

Já aconteceram casos contrários onde sargentos, Comandantes Provinciais, recebiam superiores, quer da mesma nacionalidade ou de outra, como subordinados. No caso específico do Brasil, aconteceu um na ONUMOZ mas que, com a interferência do Comandante do Contingente Brasileiro, a situação foi resolvida.

São funções comuns aos elementos da CIVPOL nas missões da ONU:

a) Comissário de Polícia

É o Comandante Geral do Componente Policial da Missão, responsável por todas as ações do efetivo policial perante o Representante do Secretário Geral da ONU, que é o Comandante-em-Chefe da Missão. Sua indicação normalmente é feita pelo Q.G. da ONU em Nova Iorque e eventualmente pelo Representante do Secretário, dentre os Oficiais com maior experiência e tempo a serviço das Nações Unidas.

b) Subcomandante

É o substituto eventual do Comissário de Polícia. Tem como responsabilidade maior a supervisão e fiscalização do cumprimento das ordens emanadas do Comando Geral, devendo inclusive para isso, realizar periódicas visitas de inspeção em todos os escalões do componente policial.

c) Chefe do Estado-Maior

Elemento coordenador de todos os serviços e tarefas afeitas às seções do Estado-Maior do Quartel General. Responderá pelas funções do Subcomandante durante os afastamentos do mesmo.

d) Oficial de Operações

Responsável pelo planejamento operacional de emprego de todo o componente policial da Missão, devendo monitorar todas as operações e ações desencadeadas pela polícia civil.

e) Oficial de Ligação

É o responsável pela ligação da CIVPOL com as organizações envolvidas no processo de paz. Coordena todos os assuntos de ligação dentro da Missão entre a polícia e as demais células da Missão, Ministérios do Governo local, Procuradoria Geral, assim como as demais autoridades e cidadãos em geral, de forma a estabelecer constantes laços de informação e abastecer a CIVPOL de dados necessários e importantes para o cumprimento de seu mandato.

f) Oficial de Investigação

Responsável pelo recebimento de todas as queixas contra a Polícia Nacional do país considerado, devendo de imediato arrolar testemunhas, tomar depoimentos, comparecer ao local do fato e complementar seu relatório com fotografias. Os casos puramente criminais serão investigados pela polícia local com o acompanhamento de um observador policial da CIVPOL da seção de investigação, para assegurar que as diligências transcorrerão de forma imparcial e eficaz, ao mesmo tempo que realizará uma investigação paralela. De tudo será confeccionado relatórios diários e especiais para conhecimento da CIVPOL, do Comando Geral da Missão e das autoridades do Governo local, quando for o caso.

g) Oficial de Administração/Pessoal

Tem como principais funções, o recebimento e preparação de todos os policiais recém-chegados à área da Missão, devendo prover a estes toda a orientação necessária ao desempenho de suas tarefas. Será o responsável pelo controle de todo o pessoal da CIVPOL durante o período da Missão. Manterá sempre dados atualizados através de: relação nominal; locais de serviço; movimentações, baixas, repatriações, etc. Estará em contato constante com o Oficial Chefe da Divisão Administrativa da Missão para a execução de assuntos pertinentes à pessoal.

h) Oficial de Logística

É o encarregado de toda a parte relativa à logística da CIVPOL. Estará sempre familiarizado com todas as necessidades logísticas em todos os níveis de escalão da CIVPOL. Manterá contatos com o Serviço de Campo Logístico da Missão para as providências de recebimento de todo o material necessário para o funcionamento das instalações da Polícia da ONU, tais como: providências para alocação de instalações e mobília para os postos da CIVPOL; viaturas; material de comunicações, bem como peças de reposição, dentre outras. Efetuará inspeções periódicas nos diversos escalões

para avaliação da situação do material e necessidades. Deverá também estabelecer normas para a manutenção de todo o equipamento.

i) Oficial de Inspeção e Disciplina

Efetuará visitas periódicas nas seções e postos da CIVPOL para avaliar o trabalho de todos os oficiais em função de comando, bem como de todos os monitores sob sua subordinação. A inspeção abrangerá todos os registros, veículos e equipamentos e materiais das Nações Unidas em poder de policiais. Investigará os monitores de acordo com as diretrizes do Comissário, no que se refere à conduta policial (procedimentos, comportamento, etc.) indicando ou não a necessidade de instauração de inquérito.

j) Oficial de Comunicações

Deverá assegurar que o sistema de comunicações da CIVPOL, integre, coordene e estabeleça um método ordenado para a comunicação dos membros da Polícia Civil. Será responsável por:

- Coordenar todas as comunicações da Polícia;
- Ligar-se com o Oficial Chefe de Comunicações dos componentes civil e militar em áreas de mútuo interesse;
- Estudar e planejar a provisão de extensões telefônicas para as repartições da CIVPOL;
- Assessorar o Comandante em todos os assuntos relativos às comunicações dentro da CIVPOL;

k) Comandantes Regionais

São os elementos de Comando Intermediário do componente policial. Serão os responsáveis pelo desempenho do efetivo distribuído pelos Departamentos (Estados), províncias, cidades, municípios e outras localidades que estejam sob seus comandos, perante o Comissário de Polícia da ONU. São, na prática, os Comandantes Operacionais da CIVPOL. Coordenarão todas as atividades de seus efetivo em cumprimento às determinações do escalão superior.

l) Comandante da Força Tarefa

É o comandante da Força responsável pelo monitoramento da segurança efetuada pela polícia local aos líderes políticos do país, ou seja, o Presidente da República e o líder (res) do movimento anti-governo, acompanhando todos os seus

movimentos pelo país, além de prestar segurança às autoridades locais das Nações Unidas ou de outras em visita. Ficará em condições de atender a qualquer solicitação que chegue de qualquer parte do país. Tem ainda como missão, monitorar as atividades de Unidades Especiais da polícia local (se houver) - Unidades de emprego repressivo e executar patrulhamento nos pontos considerados como sendo sensíveis à segurança (aeroportos, portos, depósitos de armamento, dentre outros).

l) Comandantes Provinciais

São os Comandantes das Províncias ou regiões equivalentes, dentro da divisão setorial estabelecida pelo Cmdo Geral da CIVPOL. Será responsável perante o Comandante Regional por todo o serviço dos postos sob seu comando.

m) Comandantes de Postos

Serão responsáveis perante os Comandantes Provinciais pelo cumprimento das missões recebidas. Deverão assegurar que os Postos funcionem de forma eficiente e que os monitores sob seu comando desempenhem suas tarefas em consonância ao mandato de Observador Policial. O Posto da CIVPOL normalmente só será instalado em localidades onde haja efetivamente a presença de elementos da polícia local.

n) Comandantes de Patrulhas

Conduzem patrulhas motorizadas e à pé nas cidades, vilas, distritos e outras localidades, a fim de “marcar presença” e ganhar a confiança da população local. Visitam instalações da polícia local (quartéis) a fim de obter informações sobre suas atividades. Inspeccionam prisões e presídios para a verificação dos Direitos Humanos. Acompanham operações policiais locais e atendem a qualquer chamado da população, registrando suas queixas, são tarefas dos patrulheiros, devendo de tudo confeccionar relatório circunstanciado.

o) Oficiais de Dia

São os elementos coordenadores das atividades operacionais em andamento e das normais de monitoramento diário, diuturnamente.

p) Ajudante de Ordens

Desempenha as funções de secretário do Comissário de Polícia, sendo o responsável por sua agenda de compromissos.

q) Oficial de Finanças

Subordinado ao Chefe de Pessoal, tem como responsabilidades:

- 1) Cálculo do período de férias
- 2) Cálculo da folha de pagamento
- 3) Despesas Médicas

Deverá manter contatos constantes com o Oficial-Chefe das Finanças da Missão.

r) Oficial de Movimentação

Responsável pela ligação com a Seção de Movimentação da Missão para:

- 1) Arranjar transporte para os recém-chegados na Missão;
- 2) Transporte para todo o pessoal da CIVPOL em deslocamentos à serviço de campo;
- 3) Arranjar as movimentações aéreas em aeronaves das Nações Unidas.

Deverá providenciar junto à seção de viagens da Missão hospedagem em hotéis para os recém-chegados.

É importante esclarecer que para cada seção especializada, haverá uma correspondente nos escalões superiores de quem receberá as diretrizes sobre seu funcionamento e a quem prestará as informações necessárias.

s) Comandante de Contingente

Responsável pelo controle dos efetivos de seus países perante o Comandante do Componente Policial da Operação. É, também, responsável por todas as informações do efetivo às Autoridades Brasileiras (MRE, IGPM, Corporações PM).

2.7 Uniforme e Distintivo de Postos e Graduações

Todo monitor policial deverá dispor de uniformes que possam ser exigidos pela Missão em virtude do serviço. Deverá ser usado o uniforme de cada país quando no desempenho do serviço ou fora dele, sempre em condições de uso para situações emergenciais.

A insígnia das Nações Unidas e a boina e cachecóis azuis da ONU, serão fornecidas pelo Serviço de Suprimento da Missão a todos os Observadores, sendo deles exigido seu uso obrigatório quando em serviço ou viajando a serviço em viaturas das Nações Unidas.

Todos os Observadores deverão usar seus distintivos de postos e graduações correspondentes. Seu uso indevido será considerado ato de indisciplina, passível de sanções e comunicação imediata ao país de origem.

Os Observadores poderão usar trajes civis quando não estiverem em serviço.

TÍTULO II

Da Participação Policial Militar Brasileira nas Operações de Paz e Proteção da ONU

CAPÍTULO I

O BRASIL NA LUTA PELA PAZ

GENERALIDADES

As Nações Unidas, desde a necessidade de sua intervenção em Chipre, vem empregando a Força Policial de seus países membros para o cumprimento da missão específica e própria do serviço de polícia estabelecidos nos regulamentos da ONU, ou seja, no sentido amplo, a fiscalização rigorosa de que os direitos e liberdades individuais dos cidadãos sejam respeitados.

Tradicionalmente, as forças policiais dos países da Europa e alguns do oriente, para estes últimos, observando a necessidade de seu emprego em função da língua e costumes de alguns países em conflito, dentre outros.

Com o advento das intervenções em países de língua portuguesa e espanhola, sentiu o Conselho de Segurança da ONU a necessidade de se mesclar seus efetivos de paz com contingentes que tem aquelas línguas como idiomas oficiais, notadamente, os portugueses, brasileiros e guineenses, devido a dificuldade de se requisitar e conseguir formar um contingente considerável, para atender às necessidades próprias da Missão.

A título de exemplificação, podemos citar Angola e Moçambique onde o idioma oficial daquelas Missões foi o inglês. Neste caso, missionários de língua portuguesa, certamente seriam um facilitador para se alcançar os objetivos estipulados com maior tranquilidade e convicção do perfeito entendimento dos problemas da população daqueles países, uma vez que, por outro lado, seria difícil organizar contingentes de países de língua não latina (portuguesa e espanhola) que dominassem o idioma inglês e o português, além do seu próprio.

Assim sendo, a partir de 1992, a ONU resolveu requisitar forças policiais militares brasileiras, a princípio destinadas para aqueles países (Angola, Moçambique, El Salvador e Guatemala) e, mais recentemente, já sendo empregada na antiga Iugoslávia (Bósnia).

A decisão sobre a participação do Brasil nas Operações de Paz é do Presidente da República, ouvido o Itamaraty (que responde pela escolha do cenário), o Ministério do Planejamento e Orçamento (encarregado de identificar as fontes de recursos financeiros) e o Estado-Maior das Forças Armadas - EMFA/Forças Singulares (responsável pela execução da iniciativa).

No caso de envio de contingentes armados, é necessário obter o consentimento prévio do Congresso Nacional. Um Projeto de Lei visando simplificar o processo de tomada de decisão, está tramitando no Legislativo.

A participação do Brasil envolve militares (cedidos pelas Forças Singulares), policiais militares (procedentes dos Estados - mais de 20 Estados e o Distrito Federal já cederam policiais à ONU sem ônus para a União) e civis (sobretudo observadores eleitorais colocados à disposição da ONU pelo Tribunal Superior Eleitoral). Nos dois últimos anos, o Brasil cedeu cerca de 500 (quinhentos) voluntários.

1.1 PARTICIPAÇÃO EM ANGOLA

O País

De língua oficial portuguesa, Angola tem sua sociedade originariamente tribal e bastante heterogênea, onde são encontradas, seis diferentes tipos de etnias, cada qual com sua língua própria (dialetos), distribuídas pelas 18 (dezoito) províncias que compõem o país

Apesar de sua língua oficial ser o português, considerável parte da população ainda não a utiliza, são estes, em sua grande maioria, os que vivem no interior, em vilas e aldeias, distantes dos maiores centros urbanos. Seus principais dialetos são o Kimbundo, Umbundo, Kikongo, Tchokwe e Kwanyama.

Seu território de 1.246.700 km², conta com aproximadamente 1.200 km de litoral. Sua população é estimada em 12.000.000 de habitantes e tem uma taxa de analfabetismo de 58,3 %.

Atualmente, sua capital Luanda e suas principais cidades estão super povoadas, devido aos êxodos provocados pelas guerras, sofrendo sérias consequências como o desemprego, mendicância, alto índice de criminalidade, falta de moradia, saturação dos sistemas hospitalar e de transportes urbanos, dentre outros.

História recente

Sua história contemporânea é bastante ligada às guerras. Desde 1961, quando iniciaram-se as primeiras revoltas pela independência, seu povo vem sofrendo as terríveis consequências. O país se engaja em movimentos organizados para sua libertação do domínio português, luta que se estendeu até 1975, quando o governo de Portugal anunciou sua independência.

Entretanto, o sonho do povo angolano de libertação e paz com a independência, na realidade, transformou-se em perdas de vidas e destruição completa do país, numa guerra civil que se arrasta até hoje, devido a luta pelo poder de três facções:

- O Marxista Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), com Agostinho Neto como líder, alinhado com a extinta “Cortina de Ferro”;
- A Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) liderada por Holden Roberto e apoiada por países antagônicos deste regime, através da África do Sul e Zaire;
- A União Nacional para a Independência de Angola (UNITA) liderada por Jonas Savinbi.

De um lado o MPLA controlava a capital, do outro a UNITA e FNLA uniram-se em aliança e, pelo sul e norte, marcharam para Luanda, mas foram rechaçados por tropas soviéticas e cubanas que intervieram em favor do MPLA, tendo os outros dois partidos apoio da África do Sul e EUA.

Após muitos esforços o Governo do MPLA, Cuba e África do Sul assinaram um acordo de cessar-fogo, porém a UNITA não aderir/a este pacto. Ficando à parte, a UNITA, que nessa época já não contava mais com o apoio do EUA.

Naquele ano, acordaram Angola e Cuba em solicitar à ONU uma Missão de Verificação para o acompanhamento total da retirada das tropas cubanas do território angolano, sendo estabelecida pelo Conselho de Segurança da ONU, em 20 de dezembro de 1988, a UNAVEM (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola) que somente iniciou suas atividades com a retirada das tropas cubanas que deu em 25 de maio de 1991, por completo.

Os Acordos de Paz

Em 31 de maio de 1991, o sucessor do Presidente Agostinho Neto, José Eduardo dos Santos, juntamente com o líder da UNITA, Jonas Lavinbi, assinaram em Lisboa o Acordo de Paz de Bicesse, pondo fim a 16 anos de guerra civil e solicitando à ONU que mantivesse a UNAVEM para acompanhamento do cumprimento das disposições do acordo.

Em 05 de dezembro de 1991, a ONU recebeu solicitações para que prestasse assistência técnica, através do envio de Observadores Eleitorais (civis), visando o acompanhamento de todo o processo eleitoral, para a realização de eleições livres.

As solicitações foram atendidas e em 29 e 30 de setembro de 1992, ocorreram as eleições gerais que culminaram com a recondução do MPLA de José Eduardo dos Santos no poder. Contudo, a UNITA não aceitando o resultado, retomou a guerra, surpreendentemente, chegando a controlar 70% do país.

Após a dissolução da União Soviética e o relaxamento da política racista da África do Sul, que culminou com a vitória de Nelson Mandela nas últimas eleições multi-raciais, o apoio que aquele país ainda fornecia à guerrilha foi retirado.

O Governo Angolano, após o reinício dos conflitos, foi paulatinamente recuperando as posições ocupadas pela UNITA e tinha, na ocasião da assinatura do novo Acordo de Paz em Luzaka, capital da Zâmbia, em 20 de novembro de 1994, mais de 80% de controle de seu território.

Após este novo acordo de paz, a UNAVEM II foi ampliada e iniciou os trabalhos de monitoração e fiscalização do cessar-fogo, visando um futuro desarmamento e desmobilização da guerrilha da UNITA e das Forças Armadas de Angola - FAA, seguindo-se a convocação e realização de novas eleições gerais, a exemplo do processo anterior e do que recentemente ocorreu em Moçambique.

Este é exatamente o quadro que ora nos apresenta o contexto da situação angolana. Aguardam-se também a ratificação do acordo e uma deliberação do Conselho de Segurança da ONU pelo estabelecimento da UNAVEM III, que desempenhará o papel descrito acima.



Foto 1
Oficiais da Espanha, Malásia, Hungria, Brasil e Portugal
durante patrulha

A presença Policial Militar Brasileira

Em 1992, o Ministério da Justiça Brasileiro, atendendo à solicitação do Conselho de Segurança da ONU, organiza o primeiro contingente brasileiro a se engajar em missões de paz em terras do além-mar, sob a bandeira da ONU.

Foram alocados efetivos das Corporações que se seguem, com os quantitativos a seguir:

Polícia Militar de Alagoas (PMAL)	02
Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF)	26
Polícia Militar do Espírito Santo (PMES)	06
Polícia Militar do Maranhão (PMMA)	02
Polícia Militar de Pernambuco (PMPE)	02
Polícia Militar do Piauí (PMPI)	02
Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ)	04
Polícia Militar do Rio Grande do Norte(PMRN)	01
Polícia Militar de São Paulo (PMESP)	03
TOTAL	48

Quadro 2
Fonte: IGPM

Por ser o primeiro contingente policial a se apresentar na área da Missão, tendo como dever, além do seu mandato, organizar a força policial da ONU naquele país, através do estabelecimento de diretrizes, instalação de efetivos policiais de vários países, distribuição da força por todas as províncias do país, foi o Major da Polícia Militar do Distrito Federal ANTÔNIO RIBEIRO, nomeado pelo Representante Especial do Secretário Geral da ONU e Chefe da Missão, como o primeiro Comissário de Polícia da UNAVEM, desempenhando essa função até a sua substituição pelo Major SÉRGIO PIRES VASQUES, também da PMDF, que lá permaneceu gerenciando não só a difícil e espinhosa tarefa de monitorar as atividades da polícia angolana, bem como os problemas e dificuldades do contingente brasileiro e de todos os outros dos demais países envolvidos.

Os primeiros passos do policial militar brasileiro como Observador da ONU, foram difíceis e o seu desempenho foi dificultado pela guerra civil em atividade constante, mas que conseguiu cumprir sua missões de forma bastante positiva.

O Papel do Observador Policial na UNAVEM

Desempenha o policial Observador as funções previstas para o monitor policial da CIVPOL, própria do seu Quadro de Organização. Além destas, o Observador desenvolve ainda atividades de:

- Fiscalizar a Polícia Nacional de Angola, juntamente com membros da UNITA;
- Executar patrulhas conjuntas com elementos da polícia local, pelas principais cidades, para avaliar o grau de tranquilidade da população e tomar providências que lhe são cabíveis para solucionar os problemas existentes, com relação às queixas sobre a conduta da polícia (corrupção, extorsão, prisões irregulares, violação dos direitos humanos, etc.).

As eleições

O resultado obtido nas urnas em outubro de 1992, considerados justos e livres pelas Nações Unidas, não o foram pela UNITA que, recorrendo às armas, iniciaram nova luta armada, dizimando milhares de vidas em poucos dias.

Com o controle de Luanda por tropas do governo, a UNITA passou a concentrar suas ações no interior, com intensificação dos ataques, causando com isso um clima de insegurança entre os membros da UNAVEM, aumentado com a morte do Sgt ADILSON BARBOSA DA COSTA, da PMMG, atingido no coração por fragmentos de uma granada.

Conta hoje a Unidade de Polícia Multinacional da UNAVEM, com total de 203 (duzentos e três) policiais de 18 (dezoito) países, dentre os quais apenas 17 (dezessete) são policiais militares brasileiros.

1.2 PARTICIPAÇÃO EM EL SALVADOR

Breve Resenha do País

Pequeno país encravado entre Honduras e Guatemala, El Salvador é o menor país da América Central e também o mais populoso, com aproximadamente, 5.6 milhões de habitantes. Sua superfície é de 21.392 Km² situado entre a costa do Pacífico e o Golfo de Fonseca que o separa da Nicarágua. O clima dominante é o tropical moderado, com temperaturas oscilando entre 17 e 35 graus Celsius. Sua taxa de população urbana é de 47,7% (senso de 1987) e 30% de toda sua população é constituída por analfabetos.

A moeda oficial é o Colón, dividido em 100 centavos, com cotação variando em torno de 8.78 Colones por um Dólar Americano. O país está dividido geopoliticamente em 14 Departamentos (correspondentes às Unidades Federativas Brasileiras), 34 Distritos e 261 Municípios.

O Conflito

Em 05 de outubro de 1979 tem início no país um conflito que se transformou a seguir numa guerra civil sangrenta, com mais de 80 mil mortes registradas. Oficiais reformistas do governo, derrubaram o Presidente, General Carlos Romero e assumiram o controle do país.

A partir de 1980, guerrilheiros esquerdistas provenientes de uma mistura de estudantes cristãos radicalizados e camponeses, constituem um comando unificado e passam a denominar-se Frente Faribundo Marti de Libertação Nacional (FMLN)

O Acordo de San José

Foi o primeiro acordo substancial entre o governo e a FMLN. Firmado em San José na Costa Rica, este acordo sobre os direitos humanos visava a instalação de uma Missão das Nações Unidas para vigiar, à nível nacional, o respeito e garantias dos direitos humanos e outras liberdades fundamentais em El Salvador. Segundo o acordo, a Missão iniciaria suas atividades ao término do conflito armado.

Os principais pontos do acordo incluem, além do cessar-fogo, a partir de 01 de fevereiro de 1992, a redução do efetivo salvadorenho à metade, ao fim de dois anos.

A ONUSAL

É a Missão de Observadores das Nações Unidas em El Salvador para verificar a situação dos direitos humanos naquele país.

Estabelecida em 26 de julho de 1991, seu Mandato inclui, dentre outras atribuições:

- a. Verificar a observância dos Direitos Humanos em El Salvador;
- b. Observar o direitos das pessoas circularem livremente pelo país;
- c. Direito de expressar-se e reunir-se livremente;
- d. Receber denúncias sobre as violações dos Direitos Humanos;
- e. Receber denúncias sobre seqüestros, desaparecimentos, detenções ilegais e intimidatórias;
- f. Visitar livremente qualquer lugar ou estabelecimento sem prévio aviso;
- g. Entrevistar livre e privadamente qualquer pessoa, grupo ou integrantes de entidades ou instituições;
- h. Promover campanhas educativas e de divulgação sobre os Direitos Humanos.

O mandato da ONUSAL foi estendido por quatro vezes, atendendo solicitação das partes envolvidos no conflito, a saber:

- Em 14 de janeiro de 1992, com aumento do pessoal.
 - Em 24 maio de 1993, para o acompanhamento do processo eleitoral.
 - Em 11 de maio de 1994 até 30 novembro de 1994.
 - Em 30 de novembro de 1994 até 30 de outubro de 1995.
-



Foto 2
Oficiais da CIVPOL - Brasil, Espanha e Chile

Presença Brasileira

O primeiro contingente Policial Militar Brasileiro apresentou-se no local da Missão em 17 de junho de 1993, com efetivos da Polícia Militar do Distrito Federal e da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. O contingente era composta de 05 (cinco) Oficiais da PMDF e 10 (dez) da BMRS.

Ao se apresentarem no local da missão foram recebidos por três Oficiais do Exército Brasileiro, que exerciam a função de Observador Militar, do próprio Embaixador do Brasil em El Salvador, juntamente com alguns funcionários da embaixada e pelo Comandante da Divisão Policial da missão, um General do Uruguai, que prestaram as boas vindas aos recém-chegados, alojando-os em um hotel.

Após as sessões de orientações no Q.G. da ONUSAL, os novos Observadores Policiais foram designados para prestar serviços em várias localidades do país (departamentos). Alguns foram, como era esperado, atuar nas Oficinas (escritórios) policiais e outros nas Oficinas de Direitos Humanos, conforme quadro abaixo:

Tarefas

A Divisão Policial da ONUSAL, está sediada na capital do país e tem como comandante um General Inspetor do Uruguai. Além das missões próprias da CIVPOL, consistia a Divisão Policial em:

- a) Vigiar e aconselhar os mandos centrais regionais e operacionais da Polícia Nacional (El Salvador) nas fases de planejamento e direção;
- b) Assegurar uma presença regular nas zonas com “regime especial”;
- c) Coordenar com a Divisão de Direitos Humanos, em todos os assuntos relacionados com a Polícia Nacional, especialmente a investigação das denúncias;
- d) Comprovar a redução progressiva da Polícia Nacional.

Durante o período do mandato, em sua quase totalidade, os Observadores Policiais brasileiros desempenharam as funções de Monitores da Polícia local e a de fiscalização dos direitos humanos, em sistema de rodízio, recebendo todas as denúncias da população e de organizações, além das outras funções próprias da CIVPOL.

O Programa de Inserção desenvolvido pelo Governo, que consiste na verificação e seguimento do Projeto de Reconstrução Nacional (PRN), também contou com a participação do policial brasileiro, que tinha como tarefa, efetuar visitas aos Alcaldes (prefeitos) e secretários das localidades onde se efetuavam os projetos de reconstrução e desenvolvimento municipal, com a finalidade de verificar:

- Se esses projetos estavam sendo priorizados pela Comissão de Reconstrução;
- Quantos projetos foram aprovados pela Secretaria de Reconstrução Nacional;
- Verificar as obras executadas;
- Quantos projetos estavam em execução;
- Verificar se o Programa de Reinserção relativo à terras, crédito agropecuário, assistência técnico-vocacional de líderes da FMLN - guerrilheiros, estava sendo cumprido, além de participar de reuniões comunitárias.

A missão continuará até o final de outubro de 1995 para o acompanhamento da redemocratização do país e da verificação do que ficou pendente do Programa de Reconstrução Nacional.

A participação brasileira na ONUSAL foi marcante, com várias citações de louvor pelos órgãos componentes da missão.

Como fato lamentável, registramos a morte acidental de um Capitão da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, devido a motivos ainda não esclarecidos.

1.3 PARTICIPAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Características Gerais do País

Moçambique, país de língua portuguesa, tem uma área de 799.388 km² e está localizado na costa sudoeste da África. Está limitado ao norte pela Tanzânia, a oeste pelo Malawi, Zâmbia e Zimbabwe e ao sul pela África do Sul e Zwazilândia. De acordo com o censo realizado em 1989, sua população era de 15.326,000 habitantes.

Moçambique está dividido politicamente em 10 províncias administrativas, onde em uma das quais (província de Maputo) está localizada a cidade de Maputo, capital da República. Dispõe a capital do melhor e maior porto do país e sua população foi estimada, em 1987, em 1.006.785 habitantes.

Geograficamente, o país pode ser dividido em duas grandes regiões: as terras baixas (sul) e as altas no norte, separadas pelo Rio Zambézia. Seu ponto mais alto é o Monte Binga com 2.436 metros de altitude, localizado na fronteira do Zimbabwe com sua província de Manica. Sua linha costeira é de 2.470 km de extensão, geralmente arenosas e cercadas por lagoas, bancos de areias e pequenas ilhas costeiras ao norte.

O país tem o clima marítimo tropical e duas principais estações: úmida (novembro) e a seca (abril - outubro). Sua temperatura oscila entre 24° e 28° Celsius.

A agricultura reveste-se na principal fonte de divisas do país, que, devido ao longo período de guerra civil pelo poder, reduziu-se a quase nada, chegando Moçambique, em 1991, a ser considerado pelas Nações Unidas, como o país mais pobre do mundo.

O país hoje, passado o período negro, tenta se refazer, se reconstruir, com o intuito de proporcionar a seu povo, uma condição melhor de vida e tirá-los do estado de miséria tão latente em todas as regiões do país.

A Guerra Civil

Após 16 anos de guerrilha contra Portugal, Moçambique finalmente consegue sua independência, com Samora Machel, seu libertador no poder. Com a morte de Machel, assume o comando do país, o segundo homem do partido do Governo

agora, fortaleceu-se com a influência marxista-leninista da Rússia e Cuba, adotou no país uma política de ditadura, o que gerou a insatisfação do povo e o fez pegar novamente em armas, desde feita contra seus próprios irmãos.

O movimento de esquerda denominou-se RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) e teve à frente de suas atividades Afonso Macacho Marceta Dhlakama, como líder.

A guerra civil foi sangrenta e ceifou muitas vidas, prolongando-se por 17 anos, até outubro de 1992 quando foi assinado pelo Presidente Chissano e o Líder da RENAMO, Dhlakama, o Acordo Geral de Paz, em Roma, Itália, onde, inclusive, concordavam com a instalação de uma missão de paz da ONU, para a fiscalização do cumprimento do referido acordo.

O Acordo de Paz

O Acordo de Paz que consistia em sete protocolos separados e quatro documentos correlativos, estipulava especificamente a proteção dos direitos humanos básicos e das liberdades individuais, que incluíam:

- liberdade de viver sem a ameaça de atos de violência contra população civil;
- liberdade de expressão, que inclui a liberdade de imprensa e de acesso aos meios de comunicação;
- liberdade de associação, que inclui a liberdade de formar ou ingressar num partido político; e
- liberdade de circulação e domicílio.

O Acordo Geral de Paz reconheceu a necessidade de fiscalização e neutralização da polícia moçambicana, cujo dever era de manter a lei e a ordem e proteger a população civil e a propriedade. O Acordo determinou o estabelecimento de duas Comissões: a Comissão Nacional de Informação (COMINFO), encarregada de fiscalizar o Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) e a Comissão Nacional de Assuntos Policiais (COMPOL), cuja tarefa consistia em verificar que as atuações da Polícia da República de Moçambique (PRM), não violasse a legalidade ou não se traduzissem em violação dos direitos políticos dos cidadãos.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

A ONUMOZ

A Operação das Nações Unidas em Moçambique foi instalada para que as partes conflitantes cumprisse fielmente as prescrições contidas nos Protocolos do Acordo Geral de Paz.

A organização da missão foi tida como gigantesca, envolvendo milhares de elementos ligados às organizações da ONU atuantes no país, bem como de todo o efetivo alocado dos países membros para a constituição de todas as suas Divisões Orgânicas, além dos elementos contratados, à nível internacional - os chamados “Voluntários da ONU” e dos locais (moçambicanos).

A Polícia das Nações Unidas - CIVPOL

Atendendo solicitação do Presidente da República Popular de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano e do Líder da RENAMO, Afonso Macacho Marceta Dhlakama, o Conselho de Segurança da ONU, resolveu inserir na ONUMOZ, o Componente Policial, anteriormente já proposto pelas Nações Unidas, com a missão principal de monitorar todas as atividades da polícia moçambicana, fiscalizando sua neutralidade, com vistas a que o processo eleitoral se desenvolvesse de forma transparente e justa, a fim de evitar coações e pressões na população com a finalidade de direcionar a votação, e para “inspirar a confiança de que as violações dos direitos humanos seriam evitadas”.

A Polícia das Nações Unidas - CIVPOL, com um efetivo inicialmente fixado em 128 policiais, iniciou suas atividades em novembro de 1993, com uma previsão de aumento gradativo para 354 policiais internacionais. Nos primeiros meses de 1994, seu mandato foi ampliado de modo a incluir a fiscalização do “respeito pelos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos moçambicanos por todo o país”.²

As necessidades de aumento do efetivo ^{de} policiais decorreram da evolução da situação política do país e dos incidentes verificados no território moçambicano. Ao final da missão, a CIVPOL contava com 1.079 policiais em atividade no país.

A CIVPOL era comandada por um Brigadeiro-General do Egito e constituída de contingentes de 29 (vinte e nove) países dos cinco continentes.

² Relatório do Secretário Geral da ONU sobre a Operação das Nações Unidas em Moçambique, de 28 de janeiro de 1994.



Foto 3
CIVPOL - Brasil, Malásia

A Polícia Militar Brasileira

O primeiro contingente policial brasileiro a se apresentar na área da missão, deu-se em 25 de novembro de 1993, com o efetivo de 25 policiais militares de cinco Estados da Federação - Distrito Federal, Alagoas, Rio de Janeiro, Pará e Maranhão.

A recepção ficou a cargo de Oficiais do Exército Brasileiro - Observadores Militares e de funcionários da Embaixada do Brasil em Moçambique, além do Sub-comandante da CIVPOL.

As primeira informações e orientações foram prestadas por aqueles Oficiais, colocando todo o contingente a par da situação reinante no país, das suas possibilidades e limitações e de algumas particularidades do país relativas à economia, administração, etc. além de informações extremamente valiosas para um efetivo quase que totalmente ignorante, uma vez que no Brasil não existe representação diplomática de Moçambique, bem como nenhuma pessoa que lá estivesse para prestar os esclarecimentos necessários.

Foram informações julgadas de enorme utilidade para os recém-chegados, as referentes a alimentação (onde adquirir gêneros, facilidades e dificuldades no país, qualidade e cuidados); moeda corrente (câmbio, etc.); a missão (provável tarefa dos policiais; a força militar etc.); moradia (locais, preços de aluguel) e alguns dados com

relação a guerrilha e à criminalidade no país, polícia local e segurança pessoal. Esses dados foram de extrema valia e facilitaram a vida dos que lá primeiro chegaram.

A tarefa

Além das próprias da CIVPOL, a tarefa de instalar os primeiros Quartéis-generais da polícia do país, juntamente com policiais de seis países até então apresentados, foi difícil em face às dificuldades próprias do desconhecimento do local, facilitadas, para os brasileiros e outros de origem latina, pelo idioma falado no país.

Além das funções do Quadro de Organização da CIVPOL, os observadores desempenharam funções relativas à:

- 1) Prestar apoio técnico à Comissão Nacional de Assuntos Policiais (COMPOL)
- 2) Fiscalização da segurança dos líderes da RENAMO
- 3) Fiscalizar que a atuação das Companhia de Proteção e Segurança particulares, obedeçam ao acordo de paz.
- 4) Fiscalizar o registro dos eleitores durante o período pré-eleitoral.
- 5) Comparecer a reuniões e comícios.
- 6) Fiscalizar o respeito dos direitos políticos dos indivíduos, grupos e organizações.
- 7) Orientar a Polícia da República de Moçambique (PRM) na maneira como proteger os cidadãos e as propriedades.

Ao final da missão, o efetivo brasileiro contava com 65 (sessenta e cinco) policiais militares de quinze Estados da Federação, distribuídos pelos mais remotos cantos do país, em localidades, muitas delas, sem luz elétrica, água potável, alimentação digna, distando até 600 km da cidade mais próxima, onde poderiam adquirir suprimentos. Essas dificuldades serão objeto de item específico a seguir.

À despeito de tudo, o contingente brasileiro conseguiu cumprir sua missão. Segue quadro do efetivo:

PM	EFETIVO
PMAL	05
PMDF	08
PMAM	02
PMES	04
PMMA	02
PMMS	03
PMMT	04
PMPA	07
PMPB	05
PMPI	05
PMRJ	07
PMRN	04
PMRO	05
PMRR	03
PMSE	03

Fonte: IGPM

As Eleições

As eleições aconteceram nas datas previstas, 27, 28 e 29 de outubro de 1994, sem incidentes que viessem a comprometer o resultado. O anúncio de um “boicote” da RENAMO, colocou o país sob tensão, mas foi, posteriormente, descartada essa possibilidade. A ONUMOZ, recebeu o apoio de mais de 600 observadores internacionais vindos do mundo inteiro para acompanhar de perto, em todos os locais de voto, no país inteiro, os dias de votação.

Esse trabalho contou com a ajuda de mais de 500 Observadores Policiais, de elementos da Divisão Eleitoral da ONUMOZ, dos Voluntários das Nações Unidas e de todos os segmentos do Governo moçambicano que, por força de lei, teriam obrigações no processo.

Os resultados reconduziram o Presidente Chissano no poder, com uma diferença a seu favor de, aproximadamente, 20%. Resta agora o Governo conclamar toda a população para a reconstrução do país.

Término da Missão

Das missões em que a polícia militar brasileira tem e teve participação, a ONUMOZ foi a única que foi encerrada, com o país retomando a sua democracia. A missão, que empregou cerca de 7.000 elementos das Nações Unidas durante seu curso

de três anos, foi coroada de sucesso. Seu Chefe maior, o Representante Especial do Secretário Geral da ONU, o diplomata italiano Aldo Ajello, soube conduzir suas tropas e componentes em estreita ligação com os demais órgãos das Nações Unidas e dos representantes estrangeiros credenciados no país, para a consecução plena dos objetivos da ONU. O Sr Aldo Ajello atribuiu o sucesso da missão a três fatores básicos: a vontade do povo em buscar a paz; a grande flexibilidade que a missão da ONUMOZ demonstrou face às regras da burocracia da ONU e ao acordo de paz e a coesão internacional da comunidade internacional presente em Moçambique (Comunidade Européia, países nórdicos, embaixadores etc.)

A partir de finais de outubro de 1994, a CIVPOL iniciou o processo de repatriação de seu pessoal, tendo o contingente pioneiro da polícia militar do Brasil, deixado o solo moçambicano, com a certeza do dever cumprido, em 23 de novembro de 1994 e o último em 23 de dezembro do mesmo ano.

A missão encerrou-se oficialmente em 31 de janeiro de 1995, com a retirada completa de todo o equipamento da ONU.

1.4 PARTICIPAÇÃO NA BÓSNIA

A ex-Yugoslávia tem hoje, aproximadamente, 22 milhões de habitantes, assim dividida: Croácia, Eslovênia, Macedônia, Sérvia, Kráina, Montenegro e Bósnia. Cada país tem seu regime político econômico próprio.

A UNPROFOR

A Força de Proteção das Nações Unidas na Bósnia e Herzegovina (UNPROFOR) foi instalada em 1992, para mediar o conflito entre os Sérvios da Bósnia e Croatas, prestando toda a assistência humanitária a população, fiscalizando o cumprimento dos acordos de cessar fogo, bem como todo o acompanhamento das atividades dos órgãos locais, com especial atenção para a violação dos direitos humanos, por parte da polícia local quando dos exércitos regulares em disputa.

Além da UNPROFOR, as Nações Unidas têm instaladas as seguintes missões, com objetivos específicos: a UNCRO (Operação das Nações Unidas para o Restabelecimento da Confiança na Croácia e a UNPREDEP (Força de Retribuição Preventiva das Nações Unidas na antiga Iugoslávia).

O Papel da Polícia da UNPROFOR

Estabelecida pela Resolução nº 981 do Conselho de Segurança da ONU, de 31 de março e Resolução 990 de 27 de abril de 1994, o mandato da Polícia da ONU (CIVPOL) está calcado na aprovação, pelo Conselho de Segurança, de um plano de ação detalhado, recomendado pelo Secretário-Geral.

No plano, o papel da CIVPOL terá maior abrangência de acordo com o cenário que se apresentar no futuro. Enquanto a tarefa de supervisão e controle das atividades da polícia local na área entre os lados Sérvios e Croatas continuar, a CIVPOL terá a responsabilidade de monitorar também, órgãos de justiça locais, a fim de assegurar o respeito aos direitos humanos. A CIVPOL deve adotar procedimentos corretivos em casos de abusos, tornando-se, de fato, um elo operacional entre os organismos internacionais de direitos humanos, em atividade na Croácia.

A Croácia tem sido, tradicionalmente, a área de maior importância para a CIVPOL, cujo trabalho, em observância ao acordo de cessar-fogo, celebrado em 29 de março de 1994, tem sido observado pelas tropas dispostas nos 1.200 km na frente de separação das áreas em conflito.

Dos mais de 800 (oitocentos) Observadores Policiais das Nações Unidas distribuídos na antiga Iugoslávia, 600 (seiscentos) estão na Croácia.

Os Monitores da CIVPOL (Policiais), têm, há muito, também desempenhado outro importante papel, apoiando as agências humanitárias da ONU no cumprimento de seus programas especiais. A CIVPOL colabora fornecendo informações sobre as necessidades regionais e apoio nas entregas de material em locais tidos como “problemáticos” e também no transporte de doentes e feridos para postos de tratamento e hospitais.

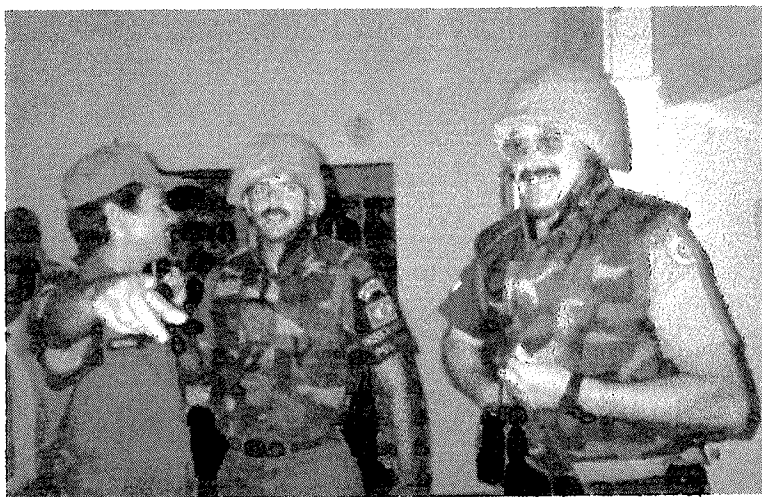


Foto 4
CIVPOL - Brasil

O Observador Policial Militar Brasileiro

Todos os policiais militares brasileiros, se apresentaram em Zagreb (Croácia), sendo recepcionados pelo oficial responsável pela orientação e procedimentos gerais a serem adotados por todos os Observadores Policiais, bem como submetidos a um teste de inglês e direção de veículos automotores.

Os Observadores Policiais na Bósnia, executam todas as tarefas próprias do Componente Policial das Nações Unidas, assim como, podem exercer todas as funções previstas no seu Quadro de Organização. No caso específico da Bósnia, têm os policiais militares observadores, três importantes e fundamentais tarefas acessórias:

- Ajuda na remoção de dentes e feridos para hospitais e postos de tratamento;
- Manter, através do comando da CIVPOL, todos os órgãos e o comando da força militar da ONU, informados sobre todos os movimentos de tropas e possíveis manobras e/ou ações, além das ações internas de elementos do Governo ou outros, contra a população;
- Repatriamento de refugiados.

Os policiais militares brasileiros tiveram, à exemplo das demais missões, que providenciar acomodação, em todas as localidades para onde foram destinados, enfrentando todos os tipos de restrições e privações resultante da situação de guerra. As dificuldades serão abordadas em item específico.

O efetivo brasileiro foi distribuído de acordo com as necessidades do comando da CIVPOL. O Brasil conta hoje com 06 (seis) policiais militares brasileiros das seguintes polícias militares:

Alagoas (PMAL)	- 02
Amazonas (PMAM)	- 01
Distrito Federal (PMDF)	- 02
Pernambuco (PMPE)	- 01
Rondônia (PMRO)	- 01

Estes efetivos estão alocados nas regiões de Zagreb, Gospic, Udbina, Gradac e Knin.

Apesar do clima tenso na área e do clima, que foi, sem dúvida, o maior complicador para o perfeito desempenho do policial brasileiro, todos adaptaram-se perfeitamente à missão e às suas obrigações como Observadores das Nações Unidas. Nenhum incidente fatal ocorreu, apenas uma ocorrência envolvendo um Major do Distrito Federal que foi tomado como refém pelos Sérvios durante 21 dias.

1.5 PARTICIPAÇÃO NA GUATEMALA

O País

País mais ao norte dos cinco países da América Central, tem uma superfície total de 108.889 Km². Faz divisa com o México à noroeste, com El Salvador e Honduras e com Belize e o Oceano Atlântico (166 Km de costa) a noroeste e leste. A capital, Cidade da Guatemala, está localizada ao sul do centro geográfico do país, em um vale cercado de montanhas e colinas, a uma altitude de 1.500 m.

A república está dividida em 22 Departamentos (Estados), por sua vez divididos em 330 municípios. Aproximadamente 2/3 do país é formado por montanhas, com planaltos e vales espalhados. Uma alta cadeia de montanhas, a *Sierra Madre*, continuação das *Montanhas Rochosas dos Estados Unidos da América*, se estende do oeste ao longo da linha costeira do pacífico.

Na zona do ocidente se encontram os vulcões Tajumulco (4.200m), Tacaná (4.093m), Santa Maria (3.772m) e Atitlán (3.537m). Os vulcões localizados na zona central são: Acatenango (3.976m) e Fuego (3.836m). Na zona central ficam o Tecuamburro (1.946m) e o Moyuta (1.665m).

Duas estações climáticas predominam na Guatemala: o verão (seco) - maio/outubro e o inverno (seco) entre novembro e abril. A temperatura média oscila em torno dos 28°C.

História

A história da Guatemala é marcada por vários conflitos armados na luta pelo poder. Ao longo deste século várias reformas trabalhistas e sociais caracterizaram os mandatos dos últimos governantes além de serem marcados pela violência dos golpes militares e movimentos anti-governo.

As eleições de 19 de janeiro de 1958, colocam no poder o General Ydígoras Fuentes, durante cujo governo se lança desde Guatemala, a fracassada invasão de Cochinos (Cuba) organizada com a ajuda da CIA (Agência Central de Inteligência dos EUA) e com a participação de refugiados cubanos procedentes dos Estados Unidos. Em 13 de novembro de 1960 ocorre, com insucesso, uma tentativa de golpe de estado. Os líderes deste intento se refugiam nas montanhas, fato que marca o início do movimento guerrilheiro no país, sendo um de seus integrantes, Rodrigo Asturias (Gaspar Ilóm), atualmente Comandante *da União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG)*.

Em 1978 é eleito Presidente o General Romeo Lucas Garcia, governando o país até 1982 quando foi derrubado pelo General Efraim Rios Montt, que também sofre um golpe de estado do General Humberto Mejia Victores. O período marcado por enfrentamento armado com a guerrilha e com sua intensificação morrem milhares de pessoas.

O General Mejia Victores convoca eleições livres e é eleito Vinicio Cerezo Arévalo que governa entre 1985 e 1990. Sobrevive a dois “quartelaços” graças ao apoio que recebe do General Hector Alejandro Gramajo, nomeado primeiro Chefe das Forças Armadas e posteriormente Ministro da Defesa. Durante o governo de Cerezo é nomeado Procurador de Direitos Humanos, Ramiro de Leon Carpio.

Em 1990, resulta eleito o evangélico Jorge Serrano, vencedor sobre Jorge Carpio (assassinado posteriormente, cujo caso ainda não foi esclarecido). Jorge Carpio era primo de Ramiro de León Carpio. A eleição de Serrano marca a primeira oportunidade na história guatemalteca em que um governo civil, eleito popularmente, sucede o outro. A imagem moralista de Serrano se vê afetada por acusações de corrupção e hipocrisia ao ser surpreendido por câmeras de televisão em Nova Iorque saindo de um restaurante/bar do tipo “strip tease”. Politicamente sua decisão de reconhecer a independência de Belize provoca fortes críticas e se lhe chama de anti-nacionalista.

Em maio de 1993, Serrano tenta dar um “auto-golpe”, porém, sem o apoio de nenhum setor importante acaba saindo precipitadamente do país. O Congresso nomeia o procurador de Direitos Humanos, Ramiro de León Carpio, presidente pelo resto do período que termina em 14 de janeiro de 1996.

Em 16 de janeiro de 1995, o General, agora deputado, Efraín Rios Montt assume a presidência do Congresso e declara, publicamente, seu interesse de disputar as eleições para a presidência do país nas eleições que acontecerão em setembro de 1995.

A Instalação da MINUGUA

Em 18 de agosto de 1994, o Secretário Geral das Nações Unidas propôs o estabelecimento, por um período de seis meses, de uma Missão de Verificação da Situação dos Direitos Humanos na Guatemala.

O informe do Secretário Geral da ONU que formula a proposta de estabelecimento da MINUGUA, tem como ponto de partida os acordos estabelecidos entre as partes (Governo e a URNG) e toma em conta, especialmente, o Acordo Global sobre Direitos Humanos, no que as partes solicitam às Nações Unidas o pronto estabelecimento da Missão, sem esperar a assinatura de um acordo de paz firme e duradouro.

Após essa solicitação e com o objetivo de fundamentar sua proposta, o Secretário Geral enviou à Guatemala e ao México uma Missão preliminar para formular recomendações que permitissem definir os recursos necessários para o cumprimento do mandato da Missão.

Funções e Faculdades da Missão

1. Funções:

O mandato da Missão se deriva do estabelecimento pelas Partes no Acordo Global sobre Direitos Humanos e das recomendações do Secretário Geral. Podem agrupar-se nos seguintes conceitos:

a) Verificação do cumprimento do compromisso geral com os direitos humanos:

- Receber, qualificar e dar seguimento às denúncias;
- Comprovar que os organismos nacionais competentes efetuem as investigações necessárias e,
- Pronunciar-se sobre a existência ou não da violação.

b) Verificação do respeito aos direitos humanos durante o enfrentamento armado.

- No Acordo Global, as partes reconhecem a necessidade de erradicar os sofrimentos da população civil e de respeitar os direitos humanos dos feridos, capturados e de quem tenha ficado fora de combate. O Secretário Geral da ONU lembrou às partes que o alcance do seu compromisso devia incluir a proibição dos seguintes atos:

- Atentados contra a vida e integridade pessoal, especialmente qualquer forma de homicídio, mutilação, tortura e tratos cruéis, não humanos ou degradantes;
 - Tomada de reféns;
 - Ataques contra bens civis;
 - Justiça sumária;
 - Atos de terrorismo;
 - Ataques contra bens essenciais para sobrevivência e,
 - Desalojamento forçado da população.
-

c) *Verificação do cumprimento de outros compromissos relativos aos Direitos Humanos:*

- O Acordo contém outros compromissos que podem dividir-se em duas categorias: a primeira abarca o fortalecimento do sistema de proteção dos direitos humanos na Guatemala e inclui o fortalecimento de instituições como a Procuradoria dos Direitos Humanos, o Organismo Judicial e o Ministério Público; a proteção de pessoas e entidades que trabalham na proteção dos direitos humanos e o ressarcimento às vítimas de violações aos direitos humanos. A segunda categoria abarca os compromissos relativos às forças de segurança e ao porte de armas; ao serviço militar e o caráter voluntário das forças paramilitares conhecidas com o nome de Comitês Voluntários de Defesa Civil (CVDC).

2. *Faculdades:*

As faculdades encontram-se definidas no Acordo Global e inclui as de fixar-se livremente por todo o território nacional; entrevistar-se livre e privadamente com qualquer pessoa ou grupo de pessoas para o devido cumprimento de suas funções; realizar visitas livremente e sem prévio aviso, quando o estime necessário para o cumprimento de suas funções, às dependências do Estado assim como aos acampamentos da URNG; recolher a informação que seja pertinente para o cumprimento de seu mandato e dirigir-se à opinião pública.

O Observador Policial de Direitos Humanos

Missão própria, não só dos policiais militares, como também dos Oficiais do Exército Brasileiro (que em situação normal teriam a função de Observador Militar do Desarmamento de Tropas), o Observador Policial de Direitos Humanos tem como função básica a verificação no terreno dos casos e situações de direitos humanos, assim como o cumprimento dos compromissos assumidos pelas partes no Acordo Global, usando para isso sua experiência policial. No desenvolvimento de sua tarefa, está sujeito às instruções do Coordenador ou Encarregado da respectiva Oficina (repartição).



Foto 5
Oficiais da Espanha e Brasil, na entrega da
Medalha ONU

A Presença Policial Militar Brasileira

Em 09 de dezembro de 1994, chega ao local da Missão o primeiro contingente policial militar brasileiro, constituído de 05 (cinco) Oficiais PM, sendo:

- 01 Capitão - PMDF
- 01 Capitão - PMERJ
- 01 Capitão - PMAL
- 01 1º.Ten - PMAM
- 01 1º.Ten Fem- PMPE

A chegada foi, como nas demais Missões, cercada de expectativa por parte dos colegas policiais. Com informações truncadas fornecidas por várias fontes (Polícia Militar, Inspetoria Geral das Polícias Militares e do Ministério das Relações Exteriores), esperava-se naturalmente o emprego do contingente no desempenho do serviço de polícia, como era usual em outras Operações da ONU, ou mesmo sua utilização na montagem de uma nova Polícia Nacional da Guatemala como foi o caso de El Salvador. Bem ao contrário do que se imaginava, o efetivo policial militar, assim como os 02 (dois) únicos Oficiais do Exército Brasileiro presentes na Missão, foram empregados como Observadores Policiais de Direitos Humanos, não que fosse uma tarefa de difícil assimilação, apenas um pouco diferente da costumeira, mas nada tão difícil que não se pudesse aprender em dois ou três meses (Cap PMDF José Carlos Pina Figueiredo/MINUGUA).

Em 09 de fevereiro e 07 de abril de 1995, mais sete policiais militares apresentaram-se na área da Missão, sendo eles:

01 Major	-	PMCE
01 Major	-	PMPE
01 Capitão	-	PMPI
01 Capitão	-	PMRN
01 Capitão	-	PMMA
01 Capitão	-	PMRO
01 1º.Ten	-	PMAL
01 2º.Ten	-	PMAL

A Missão conta ainda com quinze Oficiais da Guarda Civil Espanhola, cinco da Polícia Nacional da Colômbia, cinco da Gendarmeria Argentina e dez Oficiais dos Exércitos da Espanha e Suécia. (dados de 24/04/95).

A chegada

A exemplo das outras Missões, os brasileiros após terem sido recepcionados e alojados em hotéis da capital, Managua, foram submetidos a uma série de palestras para orientação geral de suas obrigações, direitos e deveres, bem como submetidos a um teste de direção para habilitá-los na condução de viaturas das Nações Unidas, respeitadas as Leis de trânsito do país. A moradia fica a cargo dos observadores, não tendo as Nações Unidas qualquer responsabilidade por acomodação, uma vez que todos fazem jús à diárias para custear gastos com alimentação e pousada.

Distribuição do efetivo

Como é de rotina, após a chegada dos recém admitidos na Missão e depois dos dias necessários para orientações de caráter geral, são designados, conforme as necessidades da MINUGUA para diferentes Departamentos e Municípios.

A vida na área da Missão

A situação atual (junho/95) não chega a ser caótica pois o exército guatemalteco é bem equipado e treinado para ações contra-guerrilha e também porque a URNG não excede a dois mil combatentes, que atuam atualmente no interior do país.

Claro que suas ações possuem uma transcendência muito grande, pois conseguem atacar zonas militares (quartéis), realizam ações de sabotagem em torres de linhas de transmissão de energia elétrica e outros pontos sensíveis.

A preocupação maior, não só dos brasileiros, como também dos representantes da comunidade internacional é a grande onda de violência que se alastrou pelo país. Armas são facilmente encontradas pelas ruas às milhares e a ineficácia da Polícia Nacional é latente, assim como corrupta. A justiça é lenta e inoperante. O Ministério Público é movido por pressões e, aliado a isso tudo, está a existência de grupo paramilitares, da área de inteligência, de gangues conhecidas como “maras” e de quadrilhas de narcotraficantes que forma uma quadro altamente desalentador para um acordo de paz firme e duradouro.

Assim sendo, o papel do Observador Policial da MINUGUA é muitas vezes inócuo pois não se tem autoridade para nada, a não ser observar e relatar para que a autoridade maior da Missão faça pressão através dos meios internacionais para alcançar a paz.

Relacionamento Externo

No início foi um pouco difícil devido a má informação da presença policial. Aos poucos foi havendo a aceitação gradativa na medida em que a MINUGUA ficou mais conhecida pela população, tendo hoje grande simpatia por ela. No tocante às autoridades locais não há como não aceitar, uma vez que a presença da MINUGUA e a aceitação de sua missão foi comum acordo entre o governo e a guerrilha.

Relacionamento Interno

Existem alguns problemas mas que não chegam a comprometer o nível do serviço desenvolvido pelos brasileiros. A maioria deles diz respeito a trabalhar diretamente com civis. Os Chefes de Oficinas são civis e eventualmente acontecem desentendimentos à exceção da Oficina de Guatemala onde a Coordenadora é uma brasileira, mineira de Uberlândia.

De uma maneira geral podemos dizer que os brasileiros são tratados com carinho pelo seu tipo acessível e trabalhador, o que não se pode afirmar de policiais de outros países.

1.6 O PAPEL DOS ÓRGÃOS GERENCIADORES

a. Ministério das Relações Exterior (MRE)

- Recebe das Nações Unidas os pedidos de solicitação de contingentes e, por sua vez, os repassa para o Ministério do Exército, solicitando dele as providências decorrentes, em função dos prazos estabelecidos pela ONU para a apresentação dos contingentes
 - Adota providências relativas à passaportes. É decisão do Governo brasileiro que todos os integrantes, sejam eles militares ou policiais militares, de contingentes colocados à disposição das Nações Unidas, sejam dotados de passaportes diplomáticos, a fim de facilitar os procedimentos no trânsito, bem como proporcionar facilidades no trato com os Governos estrangeiros.
 - Quando solicitado, a Divisão de Organismos Internacionais - DOI, do MRE, orienta o policial militar sobre a conduta a ser adotada no trato com órgãos de Governos estrangeiros (trato diplomático), com um breve relato de missões anteriores, fruto de relatórios recebidos da área da missão e experiência pessoal de alguns ex-integrantes. Essas orientações e informações são prestadas caso haja interesse do policial militar e que por este seja solicitado. Não tem caráter obrigatório, não há previsão e ficará à critério do Secretário responsável pela Divisão.
 - O MRE normalmente, é o órgão do Governo brasileiro que recebe as informações vindas das áreas onde estão alocados efetivos brasileiros, bem como das agências e órgãos das Nações Unidas, de sua sede e de outras localidades do mundo.
 - Informa ao órgão correspondente das Nações Unidas, sobre a disponibilidade do contingente brasileiro (data partida, efetivo, nomes, etc.)
 - Ficará responsável pela comunicação do dia da partida, após o recebimento dos bilhetes aéreos.
-

b. Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM)

É o órgão do Ministério do Exército responsável pela distribuição de vagas para as Corporações Policiais Militares, bem como pela coordenação do processo de formação do efetivo policial militar.

Ficará encarregada de redistribuir as vagas não preenchidas por determinada Corporação, para uma outra, servindo de elo entre a Polícia Militar e o MRE.

A IGPM desempenha um papel pouco importante nesse processo, uma vez que cabe às Corporações PM, selecionar e preparar seu pessoal, se houver interesse, pois não há imposições e sim voluntariado, desde que devidamente autorizado pelo Governo Estadual correspondente.

Este órgão mantém controle de todo o efetivo policial militar no exterior, recebe relatórios de seus comandantes de contingentes, bem como de seus integrantes, e por sua vez, gerencia os problemas porventura havidos com as polícias militares e o Ministério das Relações Exteriores.

Informa ao MRE a disponibilidade do efetivo e encaminha os documentos necessários para que se possa dar seguimento as providências.

Mantém informações atualizadas, em todos os aspectos, para consulta e fornecimento de dados ao Comando de Operações Terrestres do Ministério do Exército, que é o órgão maior do ministério.

c. Corporações Policiais Militares

Tem a principal responsabilidade em todo o processo. A partir do recebimento do pedido da IGPM, havendo interesse do Comando PM correspondente, a Corporação dará início à seleção de seu pessoal, observadas o número de vagas e requisitos exigidos pela ONU relativos à posto/graduação, tempo de serviço, língua estrangeira, dentre outros.

Ainda não existe, a nível nacional, um procedimento padrão com vistas à seleção do pessoal, muito menos um programa qualquer de preparação do homem, por parte das polícias militares, ficando à critério do Comandante da Corporação, indicar, por qualquer que seja o processo, seu representante à IGPM.

É responsável pela preparação do homem, orientando sobre os diversos procedimentos que deverão ser observados quando no exterior e no desempenho de suas novas funções.

Encaminha à IGPM todas as informações recebidas do seu efetivo alocado na área da missão, solicitando dela, se for o caso, as providências visando a solução dos problemas comunicados.

Adotará todas as providências de ordem administrativas no âmbito da Corporação, com relação à:

- liberação do policial militar de suas atividades normais para que este possa satisfazer seus compromissos de ordem social e preparativos para a viagem;
- autorização para liberação de seu efetivo junto ao Governador correspondente;
- manter contatos constantes com seu efetivo na área da missão;
- manter-se informado, oportunamente, de todos os problemas e dificuldades enfrentadas pelo seu pessoal, procurando solucionar aqueles que lhe cabem;
- nos casos de situações emergenciais e de perigo, comunicar-se com a família do interessado, bem como acionar todos os órgãos estaduais e federais com responsabilidade no problema, para que adotem as providências imediatas, visando sua solução;
- Prestar todo o tipo de apoio que estiver a seu alcance, ao seu efetivo, se solicitado ou não.

1.7 RELEVÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO

O Brasil vem conquistando espaço e registrando vitórias no Conselho de Segurança da ONU, o poderoso organismo encarregado da paz e segurança internacionais. O país acabou de exercer o seu oitavo mandato de dois anos como membro não-permanente do Conselho, para o qual foi eleito com o voto de 168 Estados Membros. Com esse novo mandato, o Brasil tornou-se o membro não-permanente com o maior número de participações no organismo. Essa conquista, realmente, será um dos pontos positivos para que o Brasil, consiga uma cadeira ao lado dos tidos como grandes, os membros permanentes. E essa é uma aspiração do nosso Governo.

Por nossa parte, entendemos que a participação policial militar, bem como das forças armadas brasileiras, constitui fator importante para que o nosso país consiga galgar mais um degrau na busca de seus objetivos.

“O Brasil reflete o que o seu povo é”. Assim sendo, é de fundamental importância a participação do policial militar nesses tipos de missões. A presença do homem, refletindo o que o Brasil é através de sua conduta, suas ações, seu procedimento, trará certamente, destaque para o país e para seu povo.

Dos fatores de maior relevância, podemos destacar os seguintes:

1. A contribuição para a paz nos países em conflito. A ajuda humanitária aos povos para que estes venham a restabelecer a democracia, proporcionar condições para que as populações mais carentes tenham direitos e acesso às facilidades comuns à todas as pessoas da terra, o direito a se expressar livremente e, principalmente, o direito à vida.
2. Elevação do nome do nosso país, através do relacionamento com policiais de vários países. A troca de experiência com amigos da comunidade internacional, certamente trará muitos benefícios em termos profissionais para as Corporações policiais militares de todo o país.
3. Difundir a cultura e os costumes do povo brasileiro, bem como das características do nosso país.
4. Mostrar o valor do policial militar e homem brasileiro, face aos novos desafios que certamente irá se deparar, sua capacidade e versatilidade.
5. Estreitar laços de amizade existentes.

Segue o quadro de todo o efetivo policial militar brasileiro nas operações da ONU, computado desde a saída do 1º contingente policial, bem como o quadro da situação atual do efetivo colocado à disposição da ONU.

EFETIVO POLICIAL MILITAR PARTICIPANTE DAS MISSÕES DA ONU -
QUADRO GERAL

Missão	ONUMOZ (Moçambique)	UNAVEM (Angola)	UNPROFOR (Ex-Iugoslávia)	ONUSAL (El Salvador)	MINUGUA (Guatemala)	TOTAL POR POSTO
PM						
PMAL	Maj-1 Cap-1 1º Ten-1 2º Sgt-1 3º Sgt-1	Cap-1 2º Ten-1	1º Ten-1		Cap-1 1º Ten-1 2º Ten-1	Maj-1 Cap-3 1º Ten-3 2º Ten-2 2º Sgt-1 3º Sgt-1
PMAM	1º Ten-1 1º Sgt-1		3º Sgt-1		1º Ten-1	1º Ten-2 1º Sgt-1 3º Sgt-1
PMCE					Maj-1	Maj-1
PMDF	TenCel-1 Maj-4 Cap-2 1º Ten-1	Maj-1 Cap-3 2º Sgt-1 3º Sgt-2	Maj-2 Cap-3	Cap-3 1º Ten-2	Cap-1	TenCel-1 Maj-7 1º Ten-3 2º Sgt-1 3º Sgt-2
PMES	Cap-2 1º Ten-2	Maj-2 1º Ten-4				Maj-2 Cap-2 1º Ten-6
PMMA	Maj-1 Cap-1	Maj-1 1º Ten-1			Cap-1	Maj-2 Cap-2 1º Ten-1
PMMS	1º Ten-3					1º Ten-3
PMMT	2º Ten-4	Cap-2				Cap-2 2º Ten-4
PMPA	Cap-1 1º Ten-1 2º Ten-5					Cap-1 1º Ten-1 2º Ten-5
PMPB	Maj-1 Cap-3 1º Ten-1					Maj-1 Cap-3 1º Ten-1
PMPE		Cap-1 1º Ten-1	Cap-2 2º Ten-3 1º Sgt-1 2º Sgt-1		Cap-1 1º Ten-1	Cap-4 1º Ten-2 2º Ten-3 1º Sgt-1 2º Sgt-1
PMPI	1º Ten-2 2º Ten-1 2º Sgt-2	Cap-1 1º Ten-1			1º Ten-1	Cap-1 1º Ten-4 2º Ten-3 2º Sgt-1
PMPR			1º Ten-1 2º Sgt-3 3º Sgt-1			1º Ten-1 2º Sgt-3 3º Sgt-1
PMRJ	Maj-1 Cap-6	Cap-1 1º Ten-2 2º Ten-1			Cap-1	Maj-1 Cap-8 1º Ten-2 2º Ten-1
PMRN	Maj-1 1º Ten-3	2º Sgt-1	2º Sgt-1 3º Sgt-1		Cap-1	Maj-1 Cap-1 1º Ten-3 2º Sgt-2 3º Sgt-1
PMRO	Cap-2 1º Ten-1 1º Sgt-1 3º Sgt-1		Cap-1			Cap-3 1º Ten-1 1º Sgt-1 3º Sgt-1
PMRR	Cap-1 1º Ten-2				1º Ten-1	Cap-1 1º Ten-3
PMRS				Cap-11		Cap-11
PMSC					Cap-1	Cap-1
PMSE	1º Ten-3					1º Ten-3
PMSP		Cap-1 1º Ten-2				Cap-1 1º Ten-2
TOTAL POR MISSÃO	TenCel-1 Maj-9 Cap-19 1º Ten-21 2º Ten-10 1º Sgt-2 2º Sgt-3 3º Sgt-2	Maj-4 Cap-7 1º Ten-11 2º Ten-2 2º Sgt-2 3º Sgt-2	Maj-2 Cap-6 1º Ten-2 2º Ten-3 1º Sgt-1 2º Sgt-5 3º Sgt-3	Cap-14 1º Ten-2	Maj-1 Cap-7 1º Ten-5 2º Ten-1	TenCel-1 Maj-16 Cap-52 1º Ten-41 2º Ten-16 1º Sgt-3 2º Sgt-10 3º Sgt-7

Fonte: IGPM

DISTRIBUIÇÃO ATUAL DE POLICIAIS MILITARES EM
MISSÕES DE PAZ DA ONU

Missão	MINUGUA	ONUSAL	UNAVEM	UNPROFOR	TOTAL POR
PM	(Guatemala)	(El Salvador)	(Angola)	(Ex-Iugoslávia)	PM
PMAL	03	-	02	-	05
PMAM	01	-	-	01	02
PMCE	01	-	-	-	01
PMDF	01	01	02	02	06
PMES	-	-	03	-	03
PMMA	01	-	02	-	03
PMMT	-	-	02	-	02
PMPE	02	-	02	01	05
PMPI	01	-	02	-	03
PMRJ	01	-	04	-	05
PMRN	01	-	01	-	02
PMRO	-	-	-	01	01
PMRR	01	-	-	-	01
PMSC	01	-	-	-	01
TOTAL POR MISSÃO	14	01	20	05	39

Fonte: IGPM



CAPÍTULO 2

O OBSERVADOR POLICIAL MILITAR

Os Observadores Policiais da ONU são profissionais designados para servir sob a bandeira das Nações Unidas num sistema de alocação temporária de efetivos passados à disposição pelos Governos dos Estados Membros, atendendo solicitação do Secretário Geral.

Enquanto estiverem na área da missão, os Observadores Policiais estarão sob o comando de um Inspetor Geral de Polícia (Police General Inspector - PGI) a quem responderão por suas condutas e desempenho de seu papel como Monitor Policial da Operação de Paz. O PGI estará diretamente subordinado ao Representante do Secretário Geral da ONU no país considerado.

2.1. CONDUTA E PAPEL

Os Observadores devem, durante o cumprimento do termo de seus mandatos, se desvincular de suas funções anteriores e regular suas condutas de acordo com os interesses das Nações Unidas. Não devem buscar ou aceitar orientações sobre o desempenho no serviço, do seu Governo ou de qualquer outra autoridade externa que não das Nações Unidas.

Devem ainda os Observadores ser completamente imparciais e objetivos e devem também evitar qualquer ação que possa levantar dúvidas sobre suas habilidades como policial. Por essa razão os Observadores não devem ter laços familiares ou de amizade aproximada com pessoas, organizações, partidos políticos ou facções em qualquer parte do país onde as Nações Unidas estejam operando.

Aos Observadores não é permitido o porte e uso de armas de fogo, bem como levá-las para a área da missão.

2.2. DURAÇÃO DAS JORNADAS A SERVIÇO DA ONU

A duração da jornada será, normalmente, de 01 (um) ano, com possibilidade de prorrogação por mais um período, desde que o interessado solicite, através de requerimento, com a antecedência mínima de seis meses antes do término de seu mandato. O Inspetor Geral da Polícia, também chamado, Comissário de Polícia, dirá

da conveniência ou não, encaminhando o pedido à sede da ONU em Nova Iorque, que por sua vez fará os contatos necessários com o Governo correspondente para conhecimento do interesse.

2.3. SOLICITAÇÃO DE OBSERVADORES

O processo de solicitação de Observadores Policiais Militares se inicia com o pedido da ONU ao Governo brasileiro, através de seu representante permanente em Nova Iorque, de elementos capacitados para o desempenho das funções estabelecidas pela Divisão Policial da ONU para o Observador Policial em Operações de Paz.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) recebe o pedido e, por sua vez, o repassa ao Ministério do Exército onde este, através de seu órgão de coordenação das Polícias Militares, a Inspetoria Geral das Polícias Militares - IGPM, dá continuidade ao processo.

A IGPM, oportunamente, faz consulta, com a devida brevidade e antecedência do prazo estipulado pela ONU para a apresentação dos Observadores na área da missão a todas as Corporações Policiais Militares, informando sobre o panorama geral da missão e dos requisitos estabelecidos pela ONU, de forma a possibilitar aos Comandos PM, selecionar seus representantes bem como para adotar todas as providências de ordem administrativa (documentação, equipamento, exames médicos e outros) para a liberação do seu efetivo.

A ONU, algumas vezes devido a necessidade urgente de formação de novos contingentes, envia o pedido estabelecendo um pequeno período para que todo o processo se complete. Daí, muitas vezes, a necessidade de se preparar o policial militar de forma apressada e conseqüentemente inadequada.

Essa urgência resulta sempre na adoção de providências, por parte das policias militares, de forma superficial no afã de cumprir os prazos estabelecidos, tendo como principal prejudicado o futuro Observador Policial, uma vez que carece de um preparo adequado.

Em virtude desse “atropelo” e falta de informações precisas, muitas Corporações declinam da possibilidade de participação, em algumas ocasiões, sem que nenhum candidato se apresentasse como voluntário.

Uma outra situação é a demora dos Governos estaduais em decidir e autorizar a liberação do policial militar, chegando a indicação na IGPM de forma tardia.

2.4. REQUISITOS

São requisitos básicos exigidos pela ONU para todas as missões:

- a) Mínimo de cinco anos de experiência policial - efetivo serviço;
- b) Ter o posto/graduação exigido pela ONU;
- c) Proficiência em leitura de mapas;
- d) Fluência da língua oficial da missão - ler e escrever;
- e) Prática na direção de veículos, inclusive os com tração nas quatro rodas, devendo possuir carteira nacional ou internacional de habilitação, no mínimo há dois anos;
- f) Devem estar em excelentes condições físicas para atuar em terrenos acidentados e sem estradas.
- g) Outros (não obrigatórios):
 - Conhecimentos da língua nativa do país em que vai atuar;
 - Experiência em funções de Estado-Maior e
 - Experiência diplomática e habilidade para negociação.

2.5. SELEÇÃO

Os processos de seleção ficam à critério das Corporações PM, atendendo às exigências da ONU. Não existe uma seleção padrão, ou seja, exames padronizados a que sejam submetidos os candidatos com vistas a uma melhor adaptação do homem à realidade que vivenciará. Assim sendo, ficam aos Comandantes PM facultado o submetimento ou não do policial militar voluntário, a uma bateria de testes.

Algumas Corporações mais preocupadas com o homem e com a responsabilidade dele de bem representar seu país, a instituição policial militar e a sua Corporação, já adotam exames do tipo classificatório, em observância aos requisitos da ONU e outros, à critério dos Comandos Gerais, como é o caso de Conhecimentos de Informática.

2.6. PREPARO

A preparação do policial militar dependerá, antes de mais nada, do tempo disponível para a adoção de *todas* as providências administrativas que terá de cumprir, além de satisfazer seus compromissos e obrigações de ordem social, aqui entendido como tempo disponível a decisão de sua indicação e o dia da partida.

A despeito do prazo, o preparo do PM carece de uma mão-de-obra especializada, ou seja, de vários elementos com experiência anterior, reunidos oportunamente e com todos os meios necessários para transmitir ao candidato, os conhecimentos, pelo menos básicos, para que ele possa se desincumbir de forma satisfatória.

Poderíamos até distinguir sumariamente os tipos de preparação a que o futuro Observador Policial deveria se submeter:

1) Preparação Administrativa:

- Diz respeito a todas as providências puramente administrativas que deverá tomar, como sejam: adquirir passaporte; equipamento; medicamento, vestuário dentre outros.

2) Preparo Operacional:

- Refere-se ao conhecimento geral da missão da ONU como um todo e ao particular, do componente policial, como seja: o país; a missão; a polícia da ONU; todos os aspectos que dizem respeito ao cumprimento do mandato do Observador Policial das Nações Unidas.

Por melhor que seja a preparação, nenhuma Corporação tem, atualmente, condições de oferecer ao futuro Observador, um preparo adequado, devido a falta de pessoal e de uma estrutura própria, em razão das seguintes condicionantes:

- Pouco tempo disponível;
- Elementos capacitados para orientação em todos os aspectos;
- Estrutura organizacional;
- Total desconhecimento da Operação da ONU em curso;

Vale ressaltar que, ainda hoje, existem Corporações que nunca participaram com representantes, de missões da ONU.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

2.7. DIREITOS E DEVERES

a) Horas de Serviço

Os Observadores Policiais são obrigados a cumprir com os turnos de serviço estabelecidos pelo comando da missão e pelo tipo de tarefa a ser desempenhada, em função da situação na área. O Observador deve estar preparado para o trabalho irregular (horas e turnos) e por longas horas, se necessário. Em situações de emergência, os Observadores podem ter que trabalhar 24 horas por dia e, possivelmente, sete dias por semana.

b) Recompensas

b.1. Dispensas

- São recompensas a que tem direito os Observadores Policiais, sendo elas de dois tipos:

1. Tempo Livre Compensatório (CTO):

- Dispensa de seis dias a que terá direito o Observador, após cada mês de serviço, aqui entendida a possibilidade de se trabalhar sete dias por semana.

2. Licença (leave):

- Correspondente a um dia e meio para cada mês de serviço. Este tipo de dispensa é concedida a título de sua utilização ser para os deslocamentos do Observador para o local onde irá gozar seu Tempo Livre Compensatório.

É permitido ao Observador, em situação de normalidade, acumular dois meses de CTO e Leave, ou seja, um total de quinze dias de dispensa que poderá ser gozada em localidade fora da área da missão, se não houve determinação em contrário.

b.2. Elogios

- É a forma de manifestação da satisfação dos elementos que exercem função de comando ou chefia, com o desempenho dos Observadores ou de ação meritória daqueles que estão sob sua subordinação funcional.

b.3. Medalha

- Todos os Observadores Policiais, após decorridos seis meses de efetivo serviço, farão jús e serão agraciados com a *Medalha de Paz das Nações Unidas*, em reconhecimento pelos serviços prestados à paz, com distinção e honra.

São casos excepcionais de concessão da medalha:

- “Postmortem”;
- Feridos em serviço que resultem em evacuação da área antes de completarem os seis meses;
- Serviço de caráter excepcional determinado pelo Comissário de Polícia.

Não farão jús à medalhas:

- Aqueles que cometerem qualquer tipo de ofensa-crime e
- Mau comportamento.

c) **Salário de Subsistência**

O Observador Policial, assim como todo elemento à disposição das Nações Unidas, fará jús a diárias, a título de custear gastos com moradia, alimentação e outras despesas de ordem pessoal. Essas diárias são pagas ao final de cada mês, de acordo com o calendário estipulado pela Seção de Finanças da missão.

Com relação a moradia, as Nações Unidas proverão acomodações para os Observadores, nos locais em que não haja disponibilidade de instalações condignas ou naquelas localidades, mais desprovidas, que não disponham de construções para alojar o pessoal da ONU. Nestes casos o salário de subsistência será reduzido em 50%.

d) **Privilégios e Imunidades**

Os privilégios e imunidades dos Observados das Nações Unidas estão definidos no Art. VI da *Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas*. Esses privilégios e imunidades estabelecidos na Convenção, visam o interesse das Nações Unidas e não os interesses pessoais. Isto não quer dizer que qualquer país não possa adotar ação legal ou disciplinar contra seu membro, de acordo com as leis do seu país. O Secretário Geral das Nações Unidas tem o direito de tirar a imunidade de qualquer Observador, desde que entenda estar essa imunidade impedindo o curso normal da justiça.

Além dos privilégios contidos na Convenção citada acima, o Governo brasileiro concede a todos os Observadores policiais militares o Passaporte Diplomático, para que estes gozem dos privilégios diplomáticos, reconhecidos mundialmente, como um facilitador de todos os trâmites administrativos internacionais.

2.8. DISCIPLINA

Os Observadores devem pautar sua conduta dentro dos preceitos da ética e das normas estabelecidas pelo Comissário de Polícia (PGI).

Todo ato ou comportamento contrário à disciplina, serão apurados pela equipe de Inspeção e Disciplina da CIVPOL, ficando o infrator sujeito às sanções disciplinares impostas pelo Comando da Polícia da ONU. As sanções comumente aplicadas são:

- Advertência (verbal)
- Repreensão (escrita) e comunicação ao Governo correspondente
- Suspensão da medalha
- Repatriação

2.9. REPATRIAÇÃO

É o processo de retorno do Observador Policial ao seu país de origem. A administração geral da missão tomará todas as medidas necessárias para que o policial militar esteja totalmente desimpedido de suas obrigações, pelos menos 24 horas antes do seu embarque. São motivos de repatriação:

- a) Término do período do contrato com as Nações Unidas;
 - b) Conduta irregular, após devidamente comprovada;
 - c) Manifestações de indisciplina;
 - d) Doença grave, recomendada por equipe médica da missão;
 - e) Doença grave de pessoa da família(a pedido);
 - f) Falta de qualificação para o desempenho da função de Monitor Policial;
 - g) Total desinteresse para com a consecução dos objetivos da missão e dos propósitos das Nações Unidas.
-

2.10. PERFORMANCE NO DESEMPENHO DA MISSÃO

O policial militar brasileiro, bem como os policiais da comunidade internacional, poderão, à critério do Comissário de Polícia, desempenhar qualquer função prevista na organização do Componente Policial.

A despeito dos aspectos que serão abordados em capítulo específico deste trabalho, vale ressaltar que o brasileiro é um indivíduo reconhecido a nível internacional como acessível, trabalhador e tratado com muito carinho por todos, até pelo seu jeito de ser - bem humorado, desinibido, qualidades que não observamos com certa frequência nos policiais de outros países.

Superando a maioria das dificuldades e barreiras impostas pela falta de conhecimento, em razão da deficiente *preparação* no Brasil, falta de orientação adequada e apoio no local da missão, os policiais militares brasileiros só no decorrer dos quatro primeiros meses de efetivo exercício da nova função, com total dedicação, via de regra é que conseguem se adaptar a rotina policial da ONU, a nova realidade, mesmo assim, sofrendo com a falta de experiência anterior em missões internacional ou similares, tudo isso com a agravante de não dominar (maioria dos PM) o idioma oficial da missão.

Nosso policial militar tem grande potencial, e, com certeza, bem preparado, estará ao nível dos policiais de qualquer país, para missões internacionais.

Um grande facilitador para o desempenho do nosso policial foi, sem dúvida, o conhecimento do idioma local das recentes operações da ONU em Angola e Moçambique (português), além da fácil assimilação dos idiomas local e oficial em El Salvador e Guatemala (espanhol).

O maior de todos os complicadores foi o clima na antiga Iugoslávia, com estações prolongadas de inverno (neve).

2.11. PRINCIPAIS OBSTÁCULOS E DIFICULDADES ENFRENTADOS PELOS POLICIAIS MILITARES

a). A situação geral revela-se bastante complexa. As dificuldades iniciam-se já no ponto de partida, com a falta de conhecimento sobre o equipamento e material adequado a ser conduzido para a área da missão, em função das características do país, situação econômica e política. As Nações Unidas elaboram uma relação do equipamento

com os itens necessários para ser transportado e conduzido pelo Observador. Acontece que esta é, basicamente, uma relação modelo, que varia de acordo com algumas particularidades dos países conflitantes, e que devem ser observadas tanto pelos militares quanto pelos policiais.

Verifica-se que o material muitas vezes útil ao Observador Militar e ao militar componente da força armada, é desnecessário ao Observador Policial, tendo este último carga inútil a transportar.

b). As dificuldades continuam com os procedimentos alfandegários. Aqueles que nunca tiverem a oportunidade de viajar ao exterior, desconhecem como proceder quando saindo do país e chegando ao destino no exterior. É comum nos vôos internacionais, escalas técnicas e de conexão, principalmente este último, em países de língua estrangeira, com procedimentos diferenciados para vistorias, checagem, etc. É necessário que o homem seja informado com relação a estes aspectos pois, de um melhor entendimento, dependerá, muitas vezes, a continuação de sua viagem.

O passado nos diz que vários transtornos já foram causados em aeroportos internacionais por desconhecimento e sobretudo, pela falta de domínio da língua inglesa.

Passamos a seguir a elencar as maiores dificuldades:

a) Língua Inglesa

- Grande parte das missões da ONU adotam a língua inglesa como a oficial da missão. Seu desconhecimento contribui para a causa da maioria dos problemas que o Observador Policial pode enfrentar;
 - Dificilmente assumirá funções de comando ou chefia. Excepcionalmente, quando dispuser de elemento capacitado para atuar como intérprete;
 - Terá dificuldades, dependendo do país, de promover arranjos de ordem pessoal (moradia, alimentação, etc);
 - Dificuldade de comunicação com os demais membros internacionais da missão, principalmente com relação ao uso do equipamento rádio;
 - Dificuldade de expressar-se;
 - Dificuldade na elaboração de documentos rotineiros;
-

b) Desconhecimento do que seria uma missão de Paz

- A falta de informação nesse sentido, torna o policial militar ignorante com relação aos objetivos e propósitos da ONU no local.
- Torna o policial militar vulnerável à críticas e comentários negativos.

c) Desconhecimento do papel da Polícia das Nações Unidas (CIVPOL)

- A exemplo do item anterior, torna-se, o policial militar, ignorante por completo por ser, a CIVPOL, a base para seu desempenho operacional e administrativo. Ficará impossibilitado de exercer suas funções com convicção e discernimento, totalmente dependente dos mais experientes e da prática do dia-a-dia.
- Encontrará dificuldades para impor suas colocações de serviço.

d) Desconhecimento das características gerais e situação política do país

- Constitui outro importante complicador para o policial militar. A quase totalidade deles deixa o Brasil sem que uma informação verdadeira e concreta lhes seja prestada sobre como irá encontrar o país em termos de situação atual: situação criminal, tratamento da população para com os estrangeiros e brasileiros, situação econômica, alimentação, etc.
- Atualmente, com o sistema de rodízio de efetivos, este problema já está diminuído em parte, na medida em que há condições para a troca de informações. Tal conduta não se aplica quando há o início de uma nova missão.

e) Falta de informação sobre cuidados e tratamento de doenças

- Do que se verificou nos relatórios e informações prestadas por ex-integrantes, este tipo de informação, se fosse passada ao Observador de forma adequada, algumas doenças poderiam ter sido evitadas, como foi o caso da malária, nos países africanos.

f) Falta de conhecimentos de informática

- Não chega a constituir um obstáculo para o cumprimento das tarefas rotineiras, entretanto, uma vez que a ONU utiliza-se da informática em larga escala, há necessidade de que o policial tenha conhecimento dos sistemas operacionais mais utilizados nas missões. Foi quase que unânime a afirmação de que o conhecimento no uso do computador,
-

dificultou a confecção de documentos e muitas vezes, privou o policial militar brasileiro de ocupar determinadas funções importantes devido ao desconhecimento.

g) O Frio e a condução de veículos na neve

- Esse tipo de dificuldade já era esperado pelos policiais militares que lá estiveram e pelos que continuam servindo na Bósnia. O frio intenso foi e é, para aqueles, um dos maiores obstáculos que o Observador brasileiro teve que enfrentar, mesmo para aqueles oriundos do sul do Brasil.
- A condução de veículos na neve foi encarado como surpresa, mas que é, até certo ponto normal. Ninguém se ateve a este detalhe quando dos preparativos para a partida, nem tampouco haveria condições de se fazer um treinamento antecipado, com raríssimas exceções (oportunidades escassas).

h) Condução de veículos na via esquerda de direção

- Realmente constituiu dificuldade inicial. Em função da prática constante, foi totalmente superado. Há necessidade de prática anterior a fim de se evitar acidentes, como os que já foram registrados.

i) Preparo psicológico

- Muitos policiais militares foram submetidos a certas situações de tensão. Normalmente o clima é de guerra, de combates, nas regiões de operações da ONU. Alguns policiais brasileiros foram feitos reféns de guerrilheiros e amotinados, passando longos dias sofrendo privações de alimentação, expostos ao frio e ao relento. Sem uma preparação anterior, só alguns conseguem superar este tipo de dificuldade. Há registro de casos na Bósnia e em Moçambique.

j) Falta de material das Nações Unidas

- A ONU também teve sua parcela de culpa por algumas dificuldades que o brasileiro teve no exterior. Em algumas missões, a falta de material era latente e longos períodos de tempo eram necessários que sua aquisição (coletes à prova de balas, capacetes e outros). Alguns
-

países, tidos como do primeiro mundo, forneceram todo esse tipo de equipamento a seu efetivo.

k) Falta de apoio das autoridades do Brasil

- O pessoal ressentiu-se de um apoio tanto da própria Instituição Policial Militar como da IGPM, nas suas dificuldades coletivas e pessoais. Alguns Observadores brasileiros envolveram-se em problemas decorrentes do serviço normal, outros com participação em acidentes e incidentes. Faltou uma orientação oportuna por parte desses órgãos e uma preocupação maior com o contingente brasileiro em todas as operações. A sensação era de desamparo.

l) Desconhecimentos de relações e procedimento diplomáticos

- Foi também um complicador para as relações pessoais nas missões. Não houve uma orientação específica nesse sentido.

m) Discriminação

- “ONU discrimina soldados do terceiro mundo”. Esta foi a manchete do Correio Braziliense, no seu caderno internacional do dia 09 de abril do corrente, quando um artigo publica as críticas e comentários de um Coronel do Exército de Bangladesh.

De fato, esse tipo de conduta foi percebida pela maioria dos policiais militares dos vários contingentes empregados nas missões da ONU. Era, em algumas situações latente a preterição de um Observador brasileiro em favor de um policial de outros país, principalmente os tidos como do primeiro e aqueles países com comprovada tradição em participações de operações da ONU.

É bem verdade que existe muito corporativismo entre os companheiros internacionais das Nações Unidas, contanto que nada extrapole as relações interpessoais.

A título de exemplificação e perfeito entendimento, podemos afirmar que quando da ocorrência de casos, um tanto mais delicados, sejam eles quais forem, envolvendo policiais da CIVPOL, a solução do problema dependia muitas vezes da nacionalidade do possível “infrator”. Se pertencesse ao efetivo de contingente tradicional, como era o caso da Suécia, Austrália, Canadá e outros, as providências

seriam umas e se pertencessem a efetivos de países tidos como “sem expressão” nesse tipo de missão, a solução seria diferente.

Relatórios e comentários de companheiros ex-integrantes, chegam a ser impressionantes, como foi o caso ocorrido em uma dessas missões em que, para a partilha de alojamento comum para os Observadores Policiais, foi adotado critério de separação de países mais e menos desenvolvidos. Não de forma clara, determinada de forma textual, mas que não deixou nenhum tipo de dúvidas quanto ao critério adotado.

A maioria dos policiais militares brasileiros sentiu esse tipo de problema. Reputamos essa nossa falta de expressão internacional a dois aspectos: o primeiro e natural, é a própria falta de vivência em participações internacionais do Brasil e a segunda, o *despreparo* do nosso homem para se impor perante os representantes de qualquer país.

A necessidade de uma preparação adequada é fundamental para que as dificuldades aqui elencadas sejam naturalmente superadas, proporcionando ao nosso policial militar uma maior confiança em si mesmo, capacitando-o a superar qualquer outro tipo de desafio que se apresente no futuro.

n) Doenças típicas

- A malária foi, sem dúvida, a moléstia que mais incomodou os policiais da CIVPOL, que, ainda que, dentro do possível, com tratamento adequado, ressentiram-se de seus efeitos danosos.
-

CAPÍTULO 3

PESQUISA DE CAMPO

3.1 METODOLOGIA

3.1.1 As Variáveis

Para a realização da presente pesquisa, foram considerados os aspectos gerais que contribuíram para a falta de preparação do policial militar para exercer a função de Observador Policial das Nações Unidas na execução de uma Operação de Paz, dentre eles aqueles que tiveram relação direta com as dificuldades que o homem teve e tem que superar enquanto representante do Brasil em terras do além-mar.

3.1.2 Amostra

O presente trabalho técnico-profissional foi desenvolvido através de uma pesquisa de campo, levada a efeito num grupo de 37 (trinta e sete) policiais militares de 10 (dez) Estados da Federação, ex-integrantes de missões de paz e outros que ainda se encontram a serviço das Nações Unidas pelo mundo.

Foi também aplicado um Questionário à Inspetoria Geral das Polícias Militares - IGPM, órgão do Ministério do Exército responsável pela coordenação dos trâmites do processo de envio de Observadores Policiais ao exterior, à serviço da ONU, com vistas a colher dados que sirvam como subsídio técnico para elaboração do trabalho.

3.1.3 Elaboração do Instrumental para a Coleta de Dados

Na elaboração do instrumental para a coleta de dados, foi utilizado o questionário em detrimento de outros como formulários e entrevistas.

A opção pela escolha do questionário deve-se, principalmente, por ser de fácil aplicabilidade, pois trata-se de uma técnica que permite obter respostas sem a interferência do aplicador, sem contar que apresenta como ponto positivo um alto grau de validade e de fidedignidade às vezes não encontradas em outras técnicas.

3.1.4 Tratamento dos Dados

Os dados tabulados foram agrupados de acordo com suas incidências, tendo sido construídas distribuições de frequências absolutas e relativas com a elaboração de gráficos representativos das respostas obtidas.

3.2. TABULAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Questão 1

Qual o processo adotado por sua Corporação para a seleção do pessoal a ser indicado para a missão?

A - Indicação

B - Concurso Interno

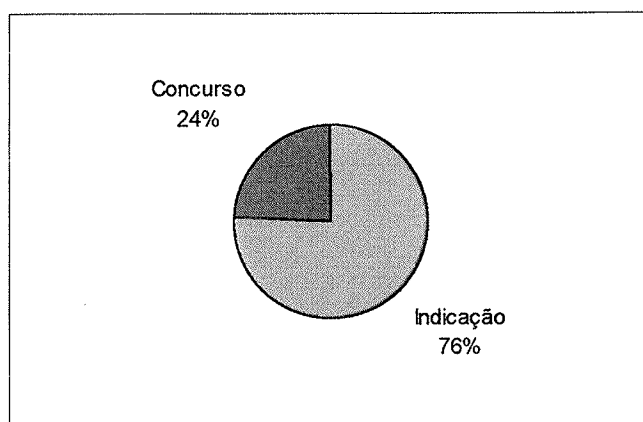


Gráfico 1: Questão 01

Comentário:

Verifica-se que 75,68% dos policiais militares consultados participaram das missões por indicação de seu Comandante, não se submetendo assim, a nenhum tipo de exame que o qualificasse, pelo menos, para atender aos requisitos estabelecidos pelas Nações Unidas.

Questão 2

No caso da resposta acima ter sido Concurso Interno, coloque um (x) nos exames realizados.

- A - Inglês

B - Espanhol

C - Francês
- D - Informática

E - Direção

F - Físico
- G - Médico

H - Conhecimentos Gerais

I - Outros

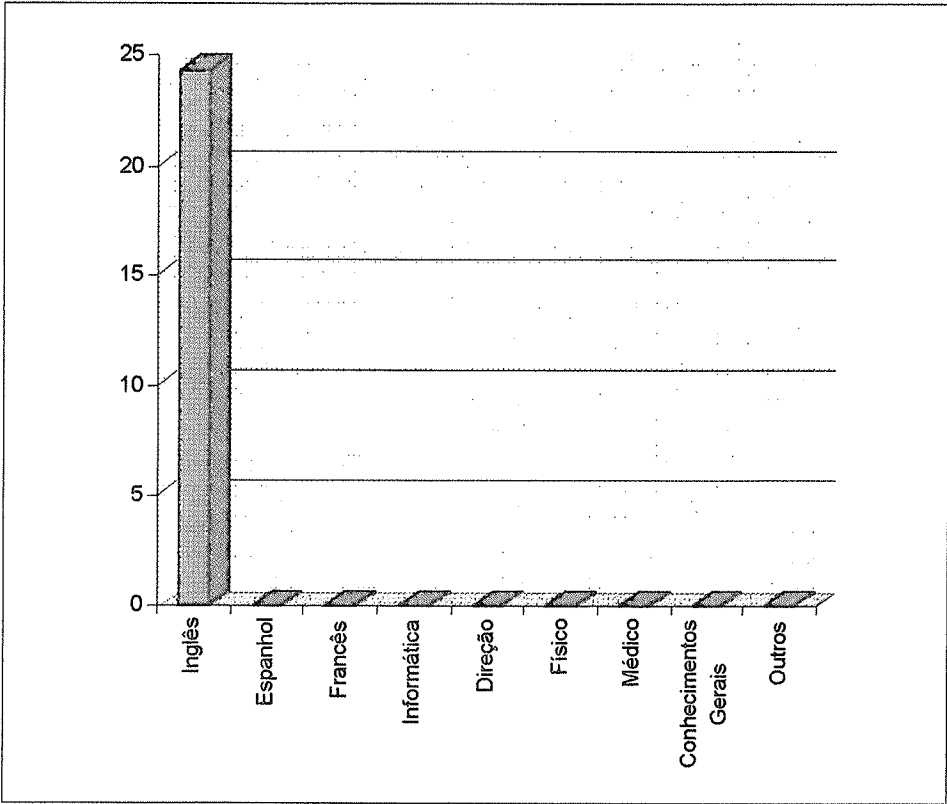


Gráfico 2: Questão 02

Comentário:

Dentre os policiais militares consultados, apenas 24,32% realizaram exames de língua inglesa, o restante, 75,68%, a nenhum teste foram submetidos, o que caracteriza a indicação estes por critérios pessoais, de influência,

O domínio da língua inglesa, para algumas missões, é requisito fundamental para o exercício da função de Observador. De acordo com alguns relatórios procedentes da área das missões, a língua inglesa se revestia na maior dificuldade encontradas pelos brasileiros, o que nós, oficiais responsáveis por este trabalho, podemos comprovar textualmente.

Questão 3

Como classificaria seus conhecimentos do idioma oficial da missão?

- A - Muito Bom
- B - Bom
- C - Regular
- D - Ruim

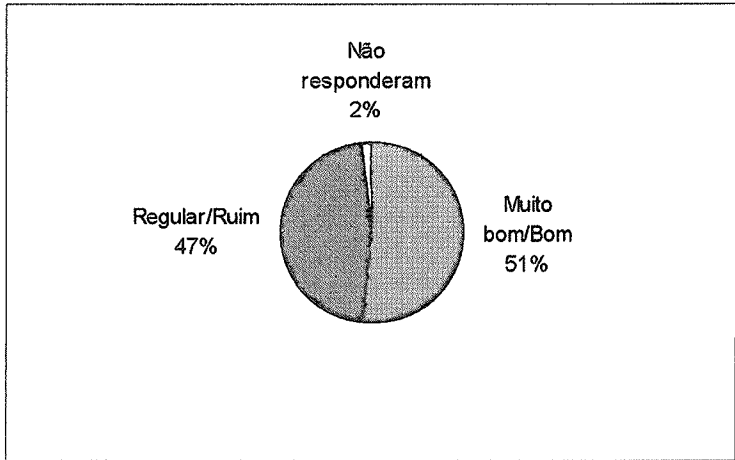


Gráfico 3: Questão 03

Comentário:

O idioma oficial da missão deve ser sempre considerado como de fundamental importância, pois todas as comunicações entre os Observadores e elementos de outros componentes da missão, integrantes da Operação de Paz, são mantidas através desse idioma, que é previamente estabelecido pelo Conselho de Segurança da ONU, dentre as línguas oficiais da Organização.

A condição do Observador de dominar a língua oficial local, não o isenta de cumprir com esse requisito, nem tampouco diminui as dificuldades que terá em comunicar-se com os demais membros da ONU.

Da avaliação particular de cada policial militar consultado, verifica-se que apenas 51,35%, tinham domínio da língua oficial da missão em que participaram, o que dá maioria simples. O restante, 46,65% detinham apenas conhecimento regular e ruim. 2% deixaram de responder a questão.

Questão 4

Ao ser designado, recebeu informações sobre a missão?

A - Sim

B - Não

C - Não responderam

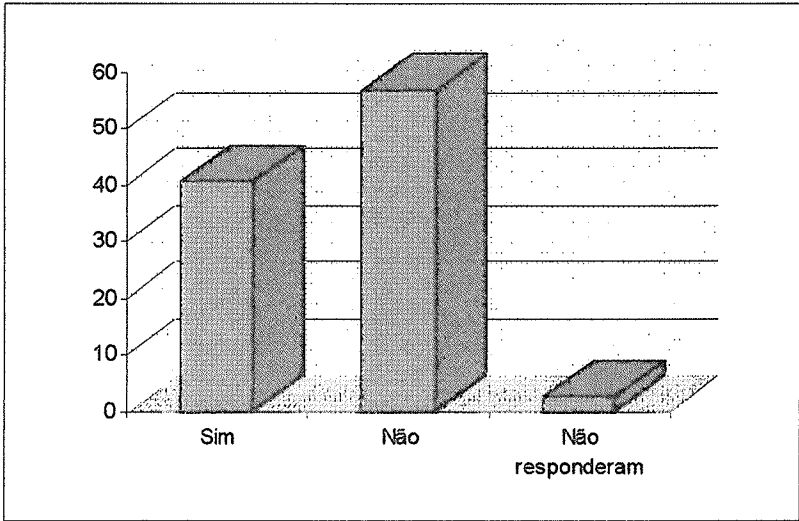


Gráfico 4: Questão 04

Comentário:

56,76% dos policiais militares consultados responderam negativamente, ficando claro que esta falta de informação, prejudicou sensivelmente o desempenho, pois todo Observador, para que se desincumba de forma satisfatório, deve seguir para a área da missão com o conhecimento de todos os aspectos julgados importantes e fundamentais.

40,54% dos policiais consultados responderam positivamente e 2,70% deixaram de responder.

Vale acrescentar que, revendo-se relatórios de alguns ex-integrantes das operações da ONU, verifica-se que, apesar de terem recebido informações sobre o país de destino e a missão, em sua maioria foram descontraídas e não corresponderam com a realidade.

Questão 5

Caso sua resposta tenha sido positiva (item 4), essas informações foram úteis e facilitaram seu desempenho?

A - Sim

B - Não

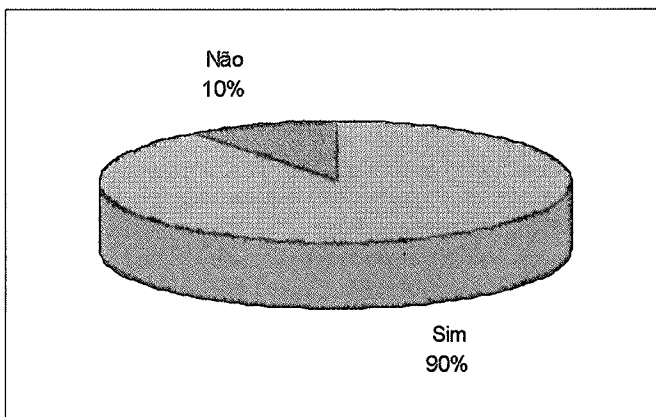


Gráfico 5: Questão 05

Comentário:

Dos policiais militares que receberam informações sobre a missão, 89,73 declararam que aquelas foram úteis e lhes facilitou o desempenho, enquanto que 10,27% informaram que não facilitou o desempenho nem lhes foram úteis.

Há de se analisar o tipo de informação no conhecimento difundido aos policiais militares, pois talvez elas tenham sido vagas, sem substância ou mesmo totalmente infundadas, principalmente no que tange ao serviço a ser realizado.

Questão 6

V. Sa foi orientado com relação às providências preliminares que deveria adotar, referentes ao equipamento e material necessários durante o mandato, face às características do país, seu clima e doenças típicas da região?

A - Sim

B - Não

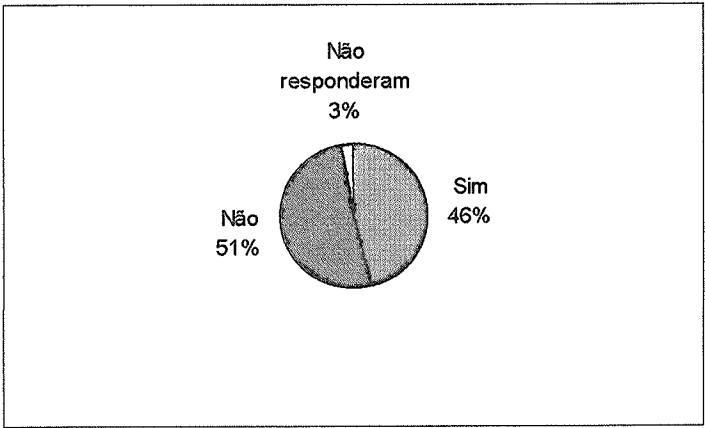


Gráfico 6: Questão 06

Comentário:

Dentre os policiais consultados, 45,95% responderam positivamente e 51,35%, negativamente.

Temos conhecimento de que vários companheiros levaram na sua bagagem equipamentos diversificados sem saber se seria necessário ou não sua utilização, em função das informações desencontradas fornecidas por elementos não habilitados para tal. Houve casos inclusive de policiais que nem o mínimo necessário levou, em virtude do desconhecimento e do pouco tempo de preparação.

Quanto a informações sobre o clima, nada foi explicado.

Quanto à doenças típicas da região, apenas com relação à malária, febre amarela, cólera, tétano e tifo.

2,70% deixaram de responder.

Questão 7

V. Sa. foi orientado à respeito se seus direitos, obrigações e prerrogativas como funcionário brasileiro no exterior?

A - Sim

B - Não

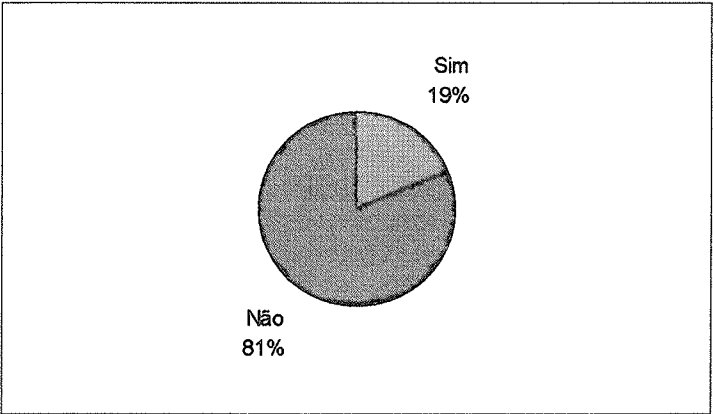


Gráfico 7: Questão 07

Comentário:

Estes tipos de informações são deveras importantes e facilitariam muito os procedimentos em trânsito, procedimentos alfandegários, vistos consulares, declaração de bens, contatos com embaixadas, etc.

Apenas 18,92% tiveram acesso a esse tipo de informação. A grande maioria, 81,08% ficou prejudicada e enfrentaram problemas, principalmente, quanto no trânsito internacional.

Questão 8

Possuía conhecimentos de informática?

A - Sim

B - Não

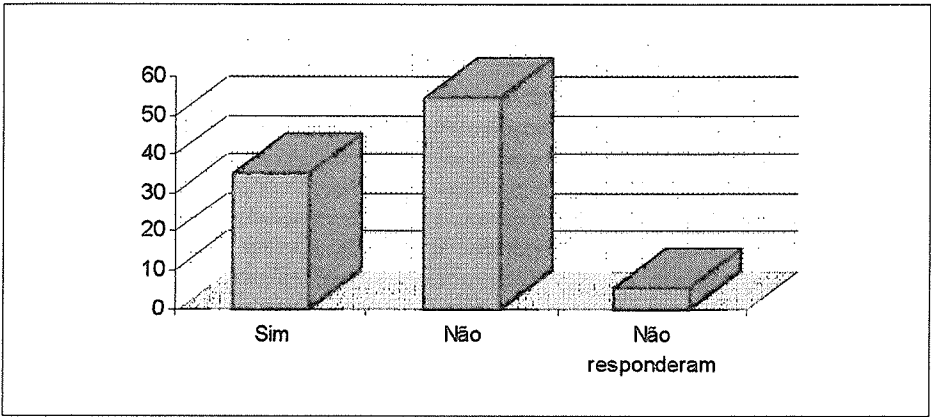


Gráfico 8: Questão 08

Comentário:

A Organização das Nações Unidas, à exemplo de outras Instituições pelo mundo, há muito ressentiu-se da necessidade de aperfeiçoar sua dinâmica de trabalho. Nas duas últimas décadas, com o avanço impressionante da tecnologia moderna, principalmente no que se refere à informática, a ONU passou a adotar, com notada frequência, em todas as suas representações, inclusive nas instaladas em países sob intervenção, o uso de microcomputadores, em larga escala.

Do universo de policiais militares consultados apenas 35,14% possuíam conhecimentos básicos de informática, enquanto que 54,45% nenhuma noção possuíam e 5,40% deixaram de responder.

Esse fato só vem corroborar nossa pretensão de melhor preparar o homem em todos os sentidos.

Questão 9

Quando dos primeiros contatos no país de destino, com a missão e com o staff internacional, julga que as informações recebidas lhe foram úteis?

A - Sim

B - Não

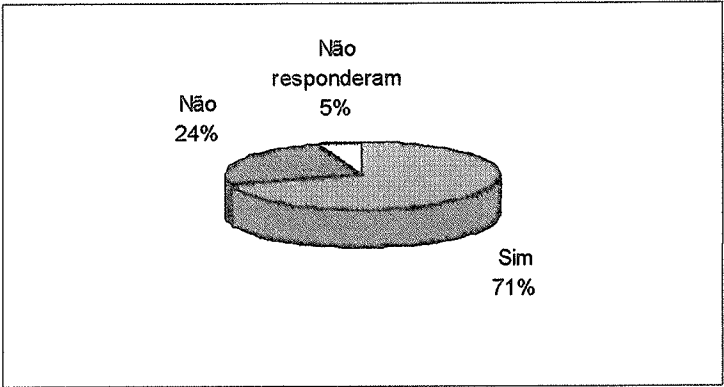


Gráfico 9: Questão 09

Comentário:

70,27% dos policiais julgaram que foram úteis as informações recebidas. 24,33% responderam negativamente e 5,40% deixaram de responder.

Estas informações são transmitidas através de palestras e visam o melhor entendimento possível dos propósitos da ONU e dos objetivos da missão.

Questão 10

Sabe-se que em alguns países é adotado o sistema viário de direção em sentido oposto ao do Brasil, como é o caso da Inglaterra, Moçambique e outros. O Sr recebeu aulas práticas de direção nesse sentido no Brasil?

A - Sim

B - Não

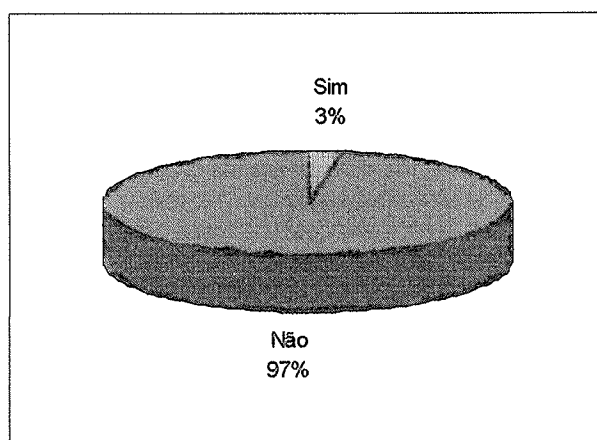


Gráfico 10: Questão 10

Comentário:

Aspecto importantíssimo a ser levado em consideração na preparação do futuro Observador Policial. Como a pesquisa bem demonstra, quase a totalidade dos consultados, 97,30% não recebeu aulas práticas de direção nesse sentido.

Ao chegar na área da missão em que o país adotado o sistema de direção pelo lado esquerdo, com volante do lado esquerdo do veículo, o Observador é, logo na chegada, submetido a um teste de direção com esse tipo de veículo. A dificuldade de adaptar-se é enorme e só alguns conseguem aprovação na primeira tentativa. Os reprovados, normalmente, são submetidos à seções do tipo “auto-escola”, até encontrarem-se em condições de prestar o exame.

É imprescindível que o Observador esteja habilitado a conduzir viaturas, pois a ONU não dispõe de motoristas, ou seja, o próprio Observador conduz seu veículo de trabalho.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

Questão 11

Recebeu informações sobre Violação dos Direitos Humanos (à nível internacional)?

A - Sim

B - Não

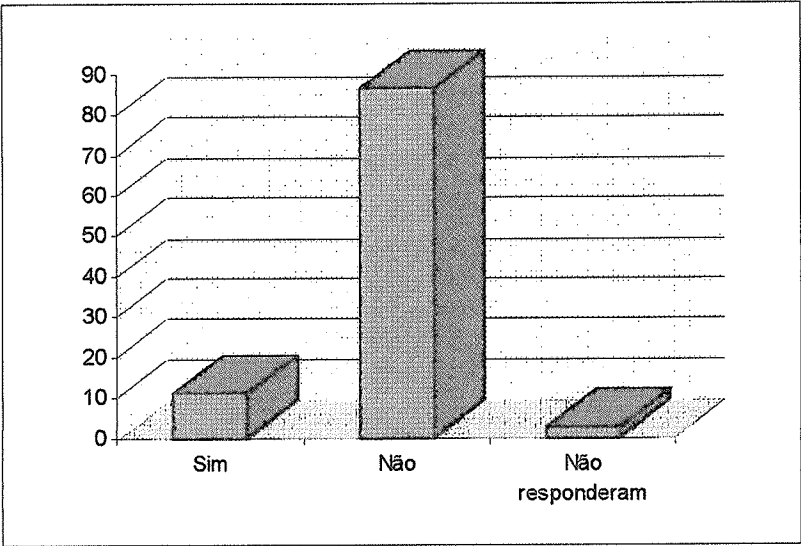


Gráfico 11: Questão 11

Comentário:

Com relação a esta questão, 86,49% dos policiais militares consultados responderam negativamente, pois só durante a missão tiveram a oportunidade de obter informações detalhadas sobre o assunto. 10,81% responderam positivamente e 2,70% deixaram de responder.

É de vital importância que o Observador Policial tenha pleno conhecimento sobre Direitos Humanos e sua violação pois constitui uma de suas obrigações como Observador a constante fiscalização da observância desses Direitos, por parte da polícia e outros organismos locais.

Questão 12

Recebeu informações sobre a polícia do país de destino?

A - Sim

B - Não

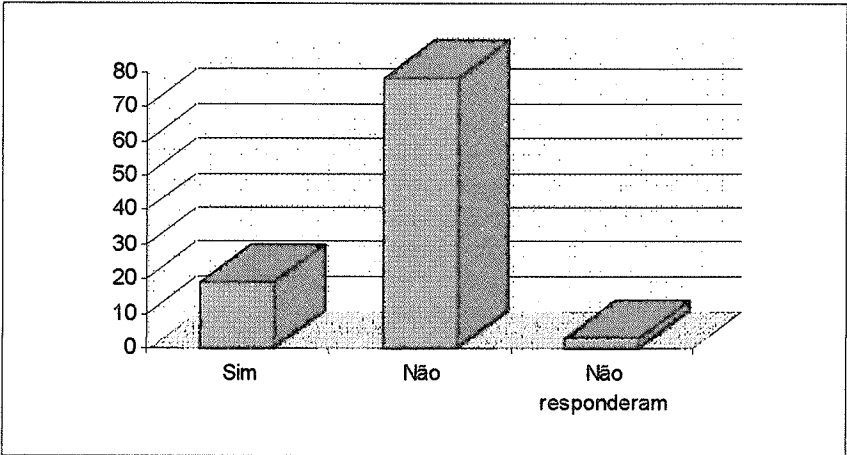


Gráfico 12: Questão 12

Comentário:

Constitui a base do serviço a ser desenvolvido pelo Observador Policial. As informações nesse sentido foram, para a maioria, uma incógnita, como bem retrata a pesquisa. 78,38% dos policiais consultados nada sabiam e só por ocasião da chegada na área da missão, com os esclarecimentos feitos e durante a execução normal do serviço de fiscalização e acompanhamento das atividades da polícia local, foi que a maioria pôde se inteirar da situação.

Dos 18,92% que obtiveram informações ainda no Brasil, julgamos ter sido essas informações fornecidas por companheiros que já participaram em épocas anteriores de outras missões (de forma geral) e daqueles que estiveram na mesma missão para a qual alguns estavam prestes a compor (forma particular). 2,70% nada responderam.

Questão 13

Sentiu dificuldade em adaptar-se ao sistema burocrático da missão haja vista a larga utilização de computadores?

A - Sim

B - Não

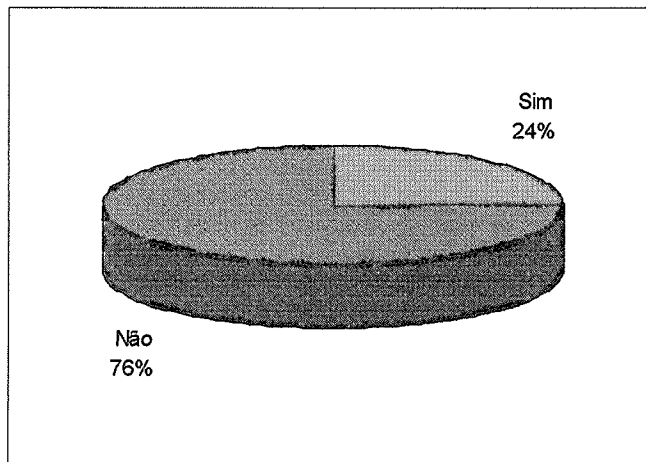


Gráfico 13: Questão 13

Comentário:

75,68% dos policiais militares consultados informaram que não sentiram dificuldades em adaptar-se ao sistema burocrático, face a utilização de computadores. Entretanto convém ressaltar que, por experiência própria dos oficiais responsáveis pela elaboração desta monografia, a dificuldade não foi sentida com tanta força, pelo fato de que haviam sempre disponíveis elementos capacitados para operar estas fantásticas máquinas e também pelo fato da disposição de máquinas de escrever.

24,32% declarou que sentiu dificuldades.

Questão 14

Como classificaria seu relacionamento com os policiais de outros países?

- A - Muito Bom
- B - Bom
- C - Satisfatório
- D - Ruim

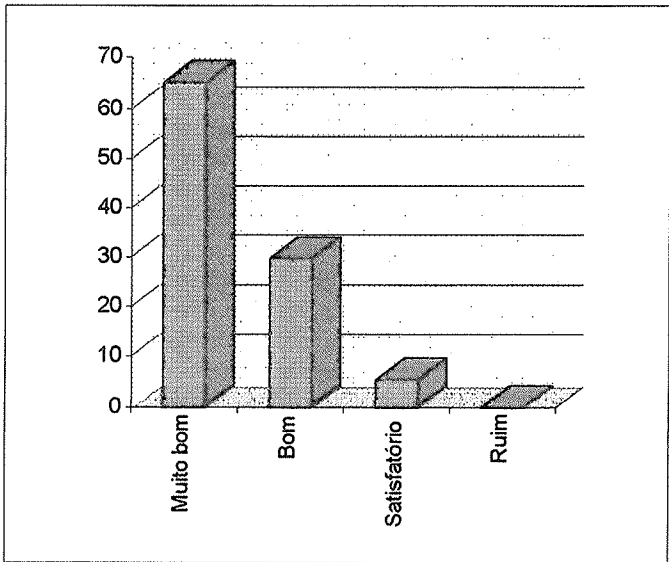


Gráfico 14: Questão 14

Comentário:

A maioria dos policiais consultados, 64,87% respondeu que teve um relacionamento muito bom com os policiais de outros países. 29,73% um bom relacionamento e apenas 5,40% teve um relacionamento satisfatório. Nenhum dado foi registrado considerando ruim o relacionamento entre os policiais da ONU.

Questão 15

Caso sua resposta acima tenha sido ruim, informe se um melhor preparo teria influenciado nesse relacionamento.

A - Sim B - Não

Obs.: Em virtude das respostas da questão anterior, nenhum PM consultado respondeu a presente.

Questão 16

Como classificaria sua performance após decorridos os 30 (trinta) primeiros dias de missão?

A - Muito Bom B - Satisfatório
C - Regular D - Fraco

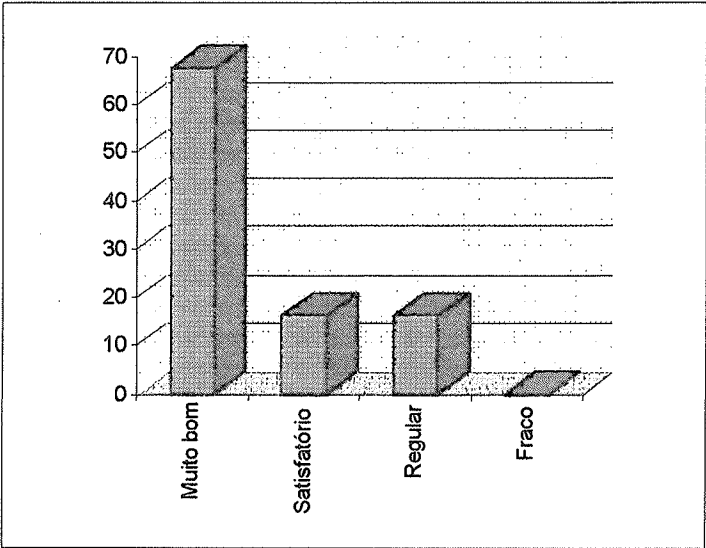


Gráfico 15: Questão 16

Comentário:

67,57% dos consultados consideraram sua performance, após decorridos os trinta primeiros dias de missão, como “muito bom”; 16,22% em um nível bom e 16,21% como regular.

Apesar do serviço policial se assemelhar ao de todas as polícias do mundo, onde o brasileiro teve, muitas vezes, de adotar condutas similares às que adota comumente no serviço policial no Brasil, a falta de um conhecimento prévio de todos os aspectos relacionados com o serviço a ser desenvolvido, comprometeu o nível da prestação desse serviço, por parte dos Observadores brasileiros.

Questão 17

O Sr ao inteirar-se de seus deveres e obrigações como Observador Policial das Nações Unidas, na área da missão, como classificaria seu “status” como monitor policial?

A - Preparado

B - Pouco preparado

C - Razoavelmente preparado

D - Despreparado

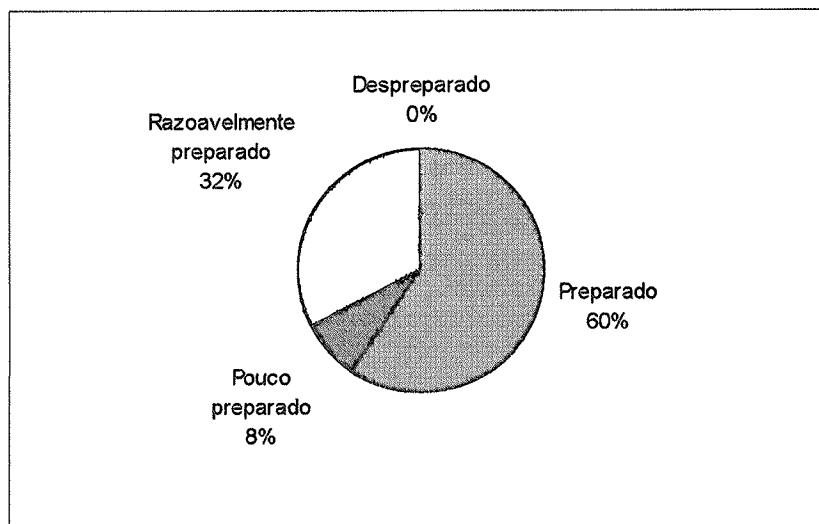


Gráfico 16: Questão 17

Comentário:

Dos PM consultados, 59,46% declararam-se preparados; 32,43%, razoavelmente preparados e apenas 8,11% informaram estar pouco preparados. Nenhum classificou-se como despreparado.

Cita-se o valor do PM brasileiro para explicar, em parte, tais assertivas.

Questão 18

Qual o seu tempo de serviço à época do início da missão?

A - Até 05 anos

B - Entre 05 e 10 anos

C - Entre 10 e 15 anos

D - Entre 15 e 20 anos

E - Acima de 20 anos

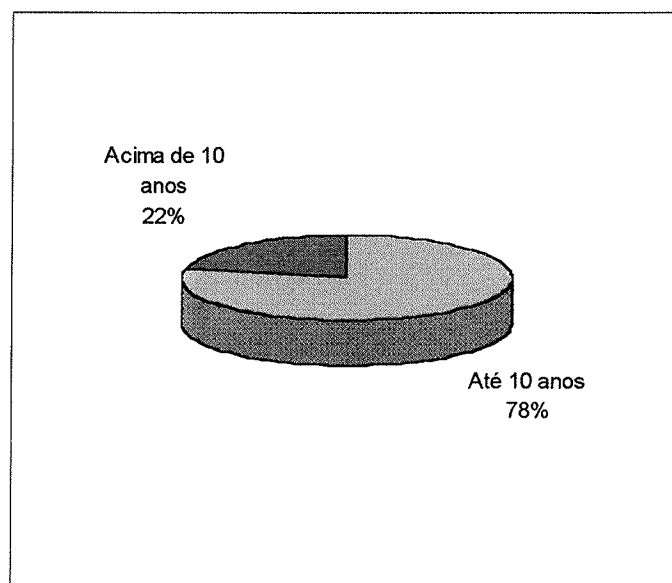


Gráfico 17: Questão 18

Comentário:

O tempo de serviço policial é requisito fundamental a ser observado pelos países durante o processo de seleção do seu pessoal, até porque é uma das exigências das Nações Unidas que o Observador tenha comprovada experiência em ações de polícia.

Nesta pesquisa constatamos que, neste aspecto, o Brasil estava bem representado, pois a maioria dos consultados, 78,38%, ^{ATE} tinha mais de 10 (dez) anos de serviço.

Até 05

Questão 19

Em face dos questionamentos acima, V. Sa julga necessário uma preparação antecipada do candidato a Observador Policial da ONU, através de um treinamento específico voltado para a problemática do país de destino?

A - Sim

B - Não

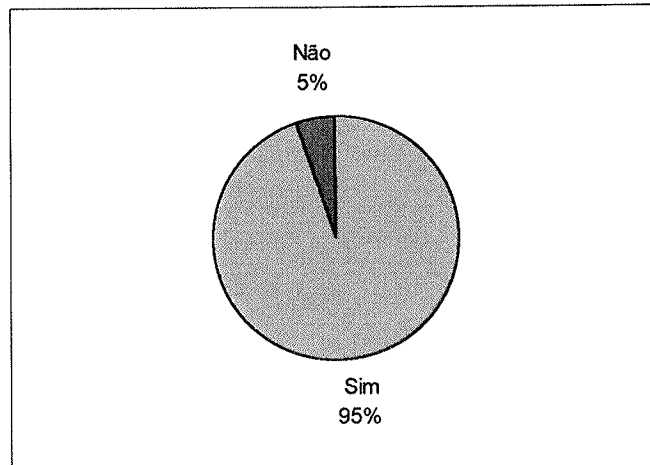


Gráfico 18: Questão 19

Comentário:

Dos policiais militares consultados, 94,60% entendem como necessária uma preparação do homem, através de um treinamento específico. Este pensamento só vem a ratificar o propósito maior de trabalho técnico-profissional. 5,40% foi de parecer desfavorável.

Questão 20

Este item é destinado ao (s) comentário (s) sobre qualquer questão em particular ou mesmo sobre todas as que V. Sa gostaria de comentar à respeito.

Da análise dos comentários feitos pelo policiais militares consultados, faremos a seguir um extrato dos aspectos mais comuns abordados:

a) Quase a totalidade foi favorável a execução de um treinamento específico, voltado principalmente para:

1. Conhecimentos Gerais sobre o país de destino e sua situação política atual;

2. Conhecimentos Gerais sobre a ONU

- Polícia (mandato)
- Missão de Paz correspondente
- Direitos Humanos

3. Orientações gerais sobre:

- Equipamentos necessários para uso na missão
- Direitos e Deveres do Observador

b) Sugerir à IGPM:

- Uniforme único para todos os policiais militares na missão, de Corporações diferentes.

- Fichas de alterações para os oficiais e de assentamentos para as praças, para registro de sua vida na missão.

TÍTULO III

Da Preparação do Policial Militar

CAPÍTULO 1

PROPOSTA DE UM CURSO DE PREPARAÇÃO DE OBSERVADORES

JUSTIFICATIVA

A Polícia Militar Brasileira, como já é, mais recentemente, de conhecimento nacional, vem sendo empregada de forma bastante significativa no processo de pacificação de alguns países, com efetivos de várias Corporações PM, integrando as missões de paz das Nações Unidas.

A conjuntura atual nos diz que tal participação, em razão dos resultados gerais obtidos pela ONU nessas missões, decorrentes dos excelentes serviços prestados por sua Divisão Policial (CIVPOL) continuará a ser requisitada, principalmente, quando a Operação se desenvolver em área de língua latina, mais precisamente, a portuguesa e a espanhola, não excluindo aqui, outros países onde a presença brasileira se revelou atuante e extremamente importante para a consecução dos objetivos da Polícia das Nações Unidas.

Preocupados com o desempenho do nosso policial militar e, mais ainda, em razão dos Oficiais integrantes deste grupo de trabalho, terem vivenciado de perto todas as situações que o representante policial brasileiro estará sujeito a se deparar, quando integrando efetivos da ONU, foi realizado um levantamento de todas as dificuldades encontradas pelos policiais militares que dessas missões já participaram, bem como de alguns que ainda se encontram prestando serviços às Nações Unidas. O levantamento foi feito através dos depoimentos prestados em relatórios e em pesquisa de campo em várias Corporações policiais militares do país.

Do que pôde levantar, verifica-se que **todos** os policiais militares partiram para a área da missão, sem um conhecimento mais consistente do que iriam se

deparar em terras d'além-mar. Apesar terem sido buscadas informações que traduzissem a realidade, foram estas, com raras exceções, vagas, truncadas e, muitas delas, infundadas.

A experiência dos atuais e ex-integrantes de Operações de Paz da ONU nos faz reconhecer que as várias situações desagradáveis que ocorrerem durante essas missões, só aconteceram em virtude da falta de preparação e, na melhor das hipóteses, da falta de preparação adequada do nosso homem.

Como aspectos de maior comprometimento da Instituição Policial Militar Brasileira no cenário internacional, por consequência, o nosso país, relacionamos as que mais contribuíram para essa situação:

1. A falta de conhecimento da língua oficial da missão, mais particularmente, o inglês. A grande maioria dos policiais tinha pouco ou nenhum conhecimento, gerando com isso a maior dificuldade do contingente policial brasileiro. Como se comunicar com os demais integrantes da missão? Como utilizar os meios de comunicações? Como elaborar relatórios de serviço e demais documentos? Como dialogar com companheiros de dezenas de outros países? Como assumir funções de chefia, comando ou destaque?

Constitui a fluência (oral e escrita) da língua inglesa o principal facilitador para o cumprimento da missão.

2. Desconhecimento das características do país, situação política, conflitos, processo eleitoral, economia, etc.

3. Desconhecimento do que seria uma Missão de Paz da ONU e o que seria pior, o que seria a missão da Polícia das Nações Unidas.

Mesmo contando com a experiência profissional do policial militar no Brasil, o "jeitinho brasileiro", a disposição para trabalho e interesse, não evitamos adjetivos do tipo "despreparados", gerando com isso, a discriminação particular do nosso homem na coletividade e de certa forma, do Brasil no cenário geral.

Com vistas a reverter esse quadro e a colocar nosso policial militar e Brasil no lugar onde sabemos, facilmente poderá ocupar, de prestígio como em outras áreas, o grupo de trabalho **propõe** que seja adotado o programa de preparação a seguir detalhado, ao qual seriam submetidos todos os policiais militares indicados para participar de missões da ONU, de acordo com as seguintes especificações:

- Curso de nível nacional, centralizado em Brasília-DF, a cargo da PMDF; *Lysores*
- Participação de representantes de todas as polícias militares;
- Duração de 01 (um) mês, funcionamento trimestral ou excepcionalmente de acordo com a urgência da necessidade, mediante solicitação da IGPM;
- Caráter contra-indicatório, com plena aceitação dos Governos estaduais interessados.

CONCEPÇÕES OCUPACIONAIS E CURRICULARES

- Os Policiais Militares que ingressarem no Curso de Formação de Observadores Policiais das Nações Unidas, deverão habilitar-se ao exercício de atividades técnicas pertinentes às Operações de Paz, para atender os perfis de competência definidos para o Policial Observador da ONU.

1. CONCEPÇÕES OCUPACIONAIS:

a) São requisitos básicos:

- 1) Experiência profissional de, no mínimo, cinco anos, após a formação policial do candidato;
 - 2) Equilíbrio Psicológico:
 - Capacidade de ouvir, analisar, compreender e se mostrar interessado em colaborar naqueles aspectos em que sua atuação profissional seja capaz de levar à solução de um determinado problema;
 - 3) Boa formação moral que possa se mostrar como exemplo;
 - 4) Conhecimentos da língua oficial da missão;
 - 5) Conhecimentos de informática:
 - Sistemas operacionais
 - Software Windows.
 - 6) Habilitação para dirigir veículos automotores - mínimo de 02 anos.
 - 7) Bom condicionamento físico;
 - 8) Exame médico
-

- b) Funções que o aluno estará apto a exercer após a conclusão do curso
- Todas as funções previstas para o Observador Policial das Nações Unidas, no Quadro de Organização do Componente Policial da Operação de Paz (CIVPOL).

2. CONCEPÇÕES CURRICULARES

a) A competência da Polícia das Nações Unidas constitui grau variável de conhecimentos e habilidades que associados a atitudes e comportamentos adequados, habilitam o Observador a exercer todas as funções, inclusive as de comando e chefia, na administração das atividades da Polícia da ONU.

O aluno policial militar, sabe no início, as competências que deverá adquirir e, a partir daí, tornar-se-á o principal agente do próprio progresso. Isso implica em adquirir gradativamente maior liberdade com maior responsabilidade.

b) A função principal do instrutor do curso, é de proporcionar ao aluno a assimilação de conhecimentos importantes para a execução do serviço policial na ONU e desenvolver determinadas habilidades técnicas para facilitar o alcance dos objetivos fixados.

c) O conteúdo do currículo é, por competência, dinâmico, deve refletir a realidade das necessidades do Observador Policial, estando sempre adequado aos objetivos propostos.

d) A avaliação do aluno não deverá ser realizada comparando seu desempenho ao dos colegas, mas a um padrão que todos possam atingir.

e) Cabe ao Centro de Formação de Observadores PM, ao final do curso, avaliar se os objetivos foram atingidos e se as competências mínimas foram alcançadas pelo aluno, considerando-o Apto ou não para o exercício da função da Observador Policial das Nações Unidas.

f) Caberá a Corporação responsável pela execução do curso, prover os recursos humanos e materiais mínimos indispensáveis para permitir o sucesso dos alunos.

CURSO DE PREPARAÇÃO DE OBSERVADORES POLICIAIS MILITARES

CURRÍCULO

1. DURAÇÃO

04 (quatro) semanas.

2. OBJETIVOS GERAIS DO CURSO

Habilitar o policial militar para o desempenho de todas funções inerentes ao Observador Policial das Nações Unidas no decorrer de uma Operação de Paz.
Desenvolver habilidades.

3. ROL DE MATÉRIAS

Nº DE ORDEM	MATÉRIAS CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
01	A Organização das Nações Unidas - ONU	06
02	A Polícia Civil das Nações Unidas - CIVPOL	30
03	O Observador Policial	48
04	Processo Eleitoral	04
05	Direitos Humanos	04
06	Direção Defensiva	10
07	Noções de Informática	20
08	Procedimentos Alfandegários	02
09	Noções de Topografia	04
10	Equipamento e Vestuário	02
11	Comunicações	04
12	Negociação e Ligação	04
13	Noções de Minas e Explosivos	04
14	Língua Estrangeira	20
15	Medicina Preventiva	06
	TOTAL DO ENSINO FUNDAMENTAL	172
15	A Missão	04
16	O País	04
	TOTAL DO ENSINO PARTICULAR	08
17	A Disposição do Comando	20
	TOTAL DA ATIVIDADE COMPLEMENTAR	20
	TOTAL DA CARGA HORÁRIA	200

4. PLANO DE CURSO

4.1. FINALIDADE

Definir padrões gerais de conduta no Curso de Preparação de Observadores Policiais Militares, propiciando a cada elemento com responsabilidade no processo de preparação, um planejamento detalhado de suas ações , visando a consecução dos objetivos traçados para o referido curso.

4.2. REFERÊNCIAS

- Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino (NPCE) - 1994, do Comando Geral da PMDF;
- Plano Geral da Ensino da PMDF para o ano de 1996.

4.3. OBJETIVO

Habilitar o policial militar aluno para o desempenho de todas as funções desempenhadas pelo Observador Policial das Nações Unidas, inclusive as de comando e chefia.

4.4. CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO

a. Local de Funcionamento:

Centro de Preparação de Observadores Policiais da ONU/ PMDF, em Brasília.

b. Duração:

200 horas/aula.

c. Período do Curso:

O Curso funcionará, numa primeira concepção, trimestralmente e, eventualmente, em face a uma situação emergencial, mediante determinação do Comandante Geral da PMDF.

Deverá ser observado pelas Organizações interessadas, que as datas de apresentação, início e término do curso, serão reguladas e informadas oportunamente, ficando desde já estabelecido que a apresentação dos alunos deverá ser feita com uma antecedência mínima de 02 (dois) dias da data início do curso.

d. Número de Vagas

A idéia inicial é a de que o curso seja realizado com um mínimo de 15 (quinze) e um máximo de 30 (trinta) policiais militares, independente de posto ou graduação.

A Inspetoria Geral das Polícias Militares coordenará a distribuição das vagas entre todas as Corporações Policiais Militares existentes no país, estabelecendo critérios e medidas, de acordo com o interesse geral.

e. Requisitos e Condições

Serão sempre observados os requisitos mínimos estabelecidos pelas Nações Unidas e aqueles julgados essenciais ao melhor desempenho do policial militar, quando integrando uma Operação de Paz da ONU, que são:

- Ser policial militar com, no mínimo, 05 (cinco) anos de experiência profissional;
- Experiência em direção de veículos automotores - habilitação mínima de 02 (dois) anos;
- Fluência em língua estrangeira (inglês/espanhol);
- Ótimo condicionamento físico;
- Noções de Informática.

f. Desenvolvimento do Curso

O Curso funcionará em regime de tempo integral, a seguir discriminado:

- Dias por semana: 06 (seis)
- Dias da semana: de segunda a sábado
- Expediente diário: 02 (dois) expedientes diários, sendo um matutino e um vespertino. O curso só funcionará, durante os sábados, no expediente matutino.

O expediente vespertino das quartas-feiras, a princípio, será destinado a adoção das providências administrativas necessárias à preparação do policial militar. Esse período será computado como tempo à disposição do comando, podendo ser revertido para aulas de reforço de determinados assuntos, à critério do Comandante do Centro, quando não for o caso de serem adotadas medidas para:

- . Obtenção de Passaportes;
- . Procedimentos Consulares;
- . Complementação de exames médicos (vacinas e outras);
- . Aquisição de material de uso pessoal;
- . Aquisição de equipamentos
- . Preparação do material (acondicionamento, dedetização.)
- Carga Horária Semanal: 50 (cinquenta) horas semanais.
- g. Disponibilidades (Meses/Dias/Horas):
- A ser regulado oportunamente.
- h. Visitas e Viagens:
- Visitas:
- . Serão programadas de acordo com as necessidades e interesses do curso, visando uma melhor concretização do processo ensino-aprendizagem. Serão reguladas em documento específico.
- Viagens
- . Não estão previstas viagens de estudo durante a realização do curso.
- i. Calendário de Ensino do Curso
- A ser regulamentado.

5. CONDUTA

a. Regime Escolar

Será utilizado o regime escolar de tempo integral, com a previsão de 09 (nove) horas/aula diárias, de segunda a sexta-feira e 05 (cinco) horas/aula aos sábados, totalizando uma ^{CARGA} vaga horária semanal de 50 (cinquenta) horas/aula.

Não estão previstas aulas aos domingos, feriados e aos sábados no expediente vespertino, entretanto, conforme a conveniência, o comandante do Centro poderá, durante a realização do curso, fazer a previsão de atividades extra-classe nestes dias, visando a perfeita assimilação de determinados assuntos ou técnicas julgadas essenciais para o desempenho da função de Observador Policial.

b. Métodos e Técnicas de Ensino

Serão utilizados os métodos e técnicas de ensino preconizados pela pedagogia e andragogia modernas, bem como daquelas preconizadas em manuais e regulamentos em uso na PMDF, que sejam pertinentes à preparação do policial militar.

c. Orientação Pedagógica

Será realizada por Oficiais especializados da PMDF.

d. Orientação Psicológica

Será realizada por psicólogos civis contratados e do Quadro de Saúde da PMDF.

e. Currículo do Curso

Em anexo.

f. Avaliação da Aprendizagem

Não serão levadas a efeito nenhum tipo de verificação ou exame durante a realização do curso. No entanto, o aluno, desde a sua chegada, será de perto acompanhado em suas atitudes, procedimentos e, principalmente, no tocante a assimilação do conteúdo programático do curso, como forma de avaliação do aprendizado. O parecer final sobre o rendimento do aprendizado individual de cada um será emitido ao término do Curso, devendo ser confeccionada a *Ficha de Conceito*, na qual constará o conceito **Apto** ou **Inapto**, para cada matéria curricular.

O Comandante do Centro, em função dos conceitos obtidos em cada matéria, emitir parecer final, o qual, habilitará ou não o policial militar a compor novos contingentes brasileiros em missões no exterior:

- | | | |
|----------|---|-----------|
| - Apto | - | Aprovado |
| - Inapto | - | Reprovado |

Serão tolerados dois conceitos **inaptos** para a aprovação, à exceção da matéria Língua Estrangeira, que será objeto de reprovação imediata bem como o parecer desfavorável da Seção de Psicologia do Centro.

Não há previsão de classificação no curso, no entanto, a Ficha de Conceito do Aluno constará de atributos a serem observados pelos instrutores. Estas fichas serão preenchidas e remetidas à Corporação de origem do aluno para conhecimento.

g. Atrasos e Faltas

Só serão admitidos atrasos ou faltas desde que sejam devidamente justificados e que não venham a comprometer o rendimento da instrução. O policial militar que vier a faltar 10% do total da carga horária estipulada para o curso, será automaticamente desligado.

h. Desligamento do Curso

Serão desligados do curso os alunos que:

- Faltarem a 10 % do total da carga horária prevista;
- Cometerem ato de indisciplina;
- Foram acometidos de doença que necessite tratamento especializado e/ou período de convalescência;
- Deixarem de cumprir qualquer norma interna do Centro;
- Demonstrar desinteresse pelas atividades do curso;
- Faltarem às instruções previstas sem motivo justificado;
- Portarem-se de maneira inconveniente em público, sem compostura, nas horas de folga;
- Comportamento e conduta julgados incompatíveis com a sua condição de futuro representante de sua polícia e seu país;
- A pedido;
- Por conclusão do curso.

i. Atividades Extra-classe

Serão reguladas em função da necessidade, em documento específico.

6. ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO

a. Seção de Ensino

Em função da estrutura organizacional do Centro, o controle, fiscalização, acompanhamento e coordenação de todas as atividades do curso, ficará a cargo da Divisão de Ensino do CEPONU.

b. Corpo Docente

O corpo docente da Curso será composto por oficiais e sargentos da PMDF, todos ex-integrantes de missões de paz da ONU. A seleção desses instrutores será feita pelo Comandante do Centro, dentro os oficiais e graduados ^{QUE} demonstrem aptidão para o ensino e possuam as qualificações indispensáveis para a transmissão de ensinamentos.

Como se propõe que o curso seja de alcance nacional, eventualmente, no caso de haver determinado assunto ou matéria que exija uma qualificação especial, não encontrada nos quadros da PMDF, poderá, o Comandante Geral da PMDF, observados os trâmites legais e comunicações oficiais, solicitar de uma determinada co-irmã, elemento (s) habilitados para transmitir seus conhecimentos, inclusive ao corpo docente do centro. Esta solicitação será em caráter excepcional, a título de empréstimo (à disposição) e terá como razão maior, o alcance do objetivo final que deverá ser atingido.

Poderão ser requisitados professores civis, contratados pela Corporação, para ministrar assuntos que exigem conhecimento mais aprofundado de determinado assunto (língua estrangeira e outros).

Especialistas na área de medicina, epidemias etc. podem ser convidados para proferir palestras, se julgadas convenientes e oportunas.

7. APOIO ADMINISTRATIVO

a. Órgãos Administrativos

O apoio administrativo atinentes às atividades de ensino será prestado pela Divisão de Ensino e os referente a logísticas, indispensável para execução de todas as atividades, pela Seção Administrativa do Centro.

b. Instalações Disponíveis

O Comando Geral da PMDF destinará instalações adequadas para o funcionamento do curso, após estudo que será realizado pelo Estado-Maior da Corporação.

8. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

a. Formaturas

O curso formará ordinariamente e diariamente ao início das atividades do expediente matutino e ao final do vespertino, excetuando-se os dias em que houver previsão de apenas um expediente.

As formaturas extraordinárias serão determinadas pelo comando do Centro através de documento escrito, de forma verbal ou através do Quadro de Trabalho Semanal.

b. Solenidades e Cerimônias

A previsão será unicamente da formatura de encerramento do curso, que será objeto de documento específico. Eventualmente, o Comandante Geral da Corporação poderá determinar a participação dos alunos em cerimônias e solenidades de interesse da PMDF, desde que não venham a comprometer o andamento da instrução.

c. Uniforme e Apresentação Individual

Constituirá objeto fundamental da postura dos alunos. Todos deverão primar pela sua apresentação individual e zelar pelas boas condições de apresentação do seu fardamento, de acordo com o previsto para as atividades diárias.

Os uniformes rotineiramente utilizados, serão os seguintes:

Uniformes	Atividades
4º D com gorro sem pala e 5º E (instrução)	internas.
4º D com boné (quepe) e 4º A (túnica)	externas.

Os alunos das demais polícias militares deverão usar o correspondente.

d. Regime Disciplinar

Será observado por todos os alunos, o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), que é aplicado aos policiais militares do Distrito Federal, de acordo com o Decreto nº 14.910 de 02 de agosto de 1993.

O aluno que incorrer em qualquer falta que requeira a aplicação de sanção disciplinar, será de imediato desligado, após a apuração dos fatos. No caso de ser integrante de outra Corporação, será solicitado ao Comando Geral da PMDF, sua apresentação à PM de origem, ao mesmo tempo que será o fato comunicado à IGPM e ao Comando Geral correspondente, independente da aplicação da punição.

CURSO DE PREPARAÇÃO DE OBSERVADORES POLICIAIS - ONU

I. PLANO DE CURSO

ANEXO “B”

QUADRO DE ATIVIDADES DIÁRIAS

Segundas, Terças, Quintas e Sextas-feiras

Formatura Matinal	07:20 / 07:40 horas
1º Tempo de Aula	07:40 / 08:25 horas
2º Tempo de Aula	08:35 / 09:20 horas
3º Tempo de Aula	09:30 / 10:15 horas
4º Tempo de Aula	10:25 / 11:10 horas
5º Tempo de Aula	11:20 / 12:05 horas
Almoço	12:05 / 13:05 horas
6º Tempo de Aula	13:05 / 13:50 horas
7º Tempo de Aula	14:00 / 14:45 horas
8º Tempo de Aula	14:55 / 15:40 horas
9º Tempo de Aula	15:50 / 16:35 horas
Formatura Vespertina	16:45 / 17:00 horas

Quartas-feiras e Sábados

Formatura Matinal	07:20 / 07:40 horas
1º Tempo de Aula	07:40 / 08:25 horas
2º Tempo de Aula	08:35 / 09:20 horas
3º Tempo de Aula	09:30 / 10:15 horas
4º Tempo de Aula	10:25 / 11:10 horas
5º Tempo de Aula	11:20 / 12:05 horas
Formatura Vespertina	12:10 / 12:30 horas

OBJETIVOS PARTICULARES DA CADA MATÉRIA

a. A Organização das Nações Unidas

- Dar conhecimentos aos policiais militares sobre a estrutura da Organização, sua origem bem como sua importância na preservação da paz no mundo.

b. A Polícia Civil das Nações Unidas - CIVPOL

- Familiarizar o aluno com a estrutura da CIVPOL, seu mandato e papel na consecução do processo de paz dos países em conflito.

- Proporcionar ao policial militar o conhecimento das possibilidades e limitações da CIVPOL, de acordo com as convenções e acordos internacionais.

c. O Observador Policial

- Proporcionar ao aluno um conhecimento detalhado da missão e do papel desempenhado pelo Observador Policial nas operações das Nações Unidas.

- Habilitar o policial militar ao desempenho de todas as funções inerentes ao Monitor de Polícia.

- Capacitar o futuro Observador a desenvolver atividades operacionais particulares de polícia, à nível internacional, segundo as diretrizes da ONU para a execução de suas atividades.

- Fornecer subsídios para que o policial militar supere todas as dificuldades encontradas para o cumprimento de sua missão particular, bem como para fins de representatividade de seu país e da instituição policial militar brasileira.

- Informar sobre os obstáculos mais comuns a serem superados no decorrer da missão e sugerir procedimentos adequados.

- Orientar o Observador sobre as necessidades de ordem pessoal e coletiva durante o cumprimento de seu contrato com as Nações Unidas, bem como de todos os procedimentos a serem adotados na fase de pré-partida..

- Cientificar o policial militar sobre seus deveres, direitos e obrigações enquanto Observador Policial.

d. O Processo Eleitoral

- Familiarizar o policial com o desenvolvimento do processo eleitoral de países em conflito, com ênfase para o país considerado, bem como de suas atribuições como Observador desse processo.

e. Direitos Humanos

Prestar todas as informações necessárias sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as formas de violação desses direitos e a conduta do Observador quando identificar o descumprimento de qualquer de seus tópicos por parte de qualquer entidade ou órgão, principalmente pela polícia nacional do país considerado.

f. Direção Defensiva

- Capacitar o aluno a conduzir viaturas das Nações Unidas em terrenos acidentados e sob circunstâncias adversas.

- Habilitar o aluno a conduzir viaturas de tração 4x4 em situação evasiva e situações emergenciais.

- Adaptar o aluno à condução de veículos automotores pela faixa esquerda de direção, com volante no lado oposto ao utilizado pelo sistema viário brasileiro.

- Capacitar o Observador a compreender a sinalização de trânsito utilizada nos países onde estão em curso missões da ONU.

g. Noções de Informática

- Proporcionar ao aluno o conhecimento dos sistemas operacionais mais utilizados pelas Nações Unidas - Windows / WordPerfect / WordPerfect for Windows/ Quatro Pro/ Excel 4.0.

h. Procedimentos Alfandegários

- Familiarizar o policial militar com todos os procedimentos decorrentes de uma viagem internacional, principalmente no que se refere aos procedimentos de imigração.

- Conhecer sobre as suas possibilidades e limitações no que tange à bagagens, durante os deslocamentos.

i. Noções de Topografia

- Proporcionar os conhecimentos básicos indispensáveis para o desempenho de sua missão, no que se refere a:

- Leitura de Mapas e Cartas Topográficas;
- Processos de Orientação durante o dia e à noite;
- Uso da Bússola.

j. Equipamento e Vestuário

- Dar conhecimentos sobre o equipamento e material necessário para utilização por parte do Observador durante o cumprimento de seu mandato, no serviço e fora dele.

- Informar sobre o tipo adequado de uniformes e roupas civis que deverá fazer parte do enxoval do Observador.

k. Comunicações

- Familiarizar o aluno com a linguagem utilizadas nas comunicações da missão.

- Capacitá-los a identificar os sinais convencionados e expressões de serviço.

l. Negociação e Ligação

- Capacitar o policial militar Observador das Nações Unidas a estabelecer contatos com elementos revolucionários e estabelecer com eles negociação visando os interesses gerais da Operação, relacionados com as atividades de polícia.

- Proporcionar ao Observador conhecimentos técnicos de negociação, que o habilite a representar a CIVPOL ou mesmo a ONU em situação inopinadas e excepcionais que se apresentem.

m. Noções de Minas e Explosivos

- Dar conhecimento aos alunos sobre o funcionamento dos principais artefatos utilizados por movimentos de guerrilha.
- Capacitá-los a identificar uma área minada.
- Capacitá-los a identificar minas anti-pessoal e anti-carro.
- Dar conhecimentos sobre as técnicas de progressão em área minada.

n. Língua Estrangeira

- Capacitar ao alunos ao diálogo social e de serviço na língua oficial da missão, com os demais elementos (pessoas e órgãos) envolvidos.
- Proporcionar condições para a redação dos diversos documentos rotineiros da missão, confeccionados em língua estrangeira (Inglês/Espanhol).

o. Medicina Preventiva

- Proporcionar conhecimentos sobre as moléstias e doenças mais comuns no cenário mundial.
- Dar conhecimentos sobre as medidas preventivas e profiláticas a serem adotadas em cada caso.

p. Missão em Curso

- Familiarizar o futuro Observador com a Operação das Nações Unidas em curso, a qual irão se integrar.
- Conhecer as tarefas particulares da CIVPOL para a missão considerada.

q. O País

- Proporcionar conhecimentos sobre as características gerais do país no que se refere a sua geografia, economia, clima e população.
 - Familiarizar o aluno com a situação política reinante.
 - Conhecer as prováveis facilidades e possíveis dificuldades que o Observador poderá enfrentar durante o período do mandato.
-

r. Atividades Complementares

- São destinadas a atividades extra-classe, aqui entendidas como:
 - . Aulas de reforço para determinados assuntos;
 - . Palestras de interesse do curso;
 - . Visitas.
- Serão também consideradas como atividades extra-classe, as destinadas

a:

- . Obtenção de passaportes;
- . Obtenção de Certificados Internacionais de Vacinação;
- . Aquisição de equipamento e material de uso pessoal;
- . Exames complementares de saúde (quando for o caso);
- . Recebimento de bilhetes aéreos;
- . Obtenção de vistos de entrada no país de destino;
- . Outras julgadas necessárias pelo Comando do Centro.

CAPÍTULO 2

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OBSERVADORES

1. GENERALIDADES

A situação do mundo, nas últimas décadas, tem se apresentado de forma tão instável que nos faz lembrar até as guerras de conquista nas idades antiga e média, quando os dominantes viviam unicamente para a submissão dos povos, a conquista das terras, o controle do mundo.

A comunidade internacional, unida em pensamento único de preservar a paz e a segurança mundial, independente de interesses particulares, observa e acompanha atentamente, todos os focos de problemas tidos como "anormais" ou fora do costumeiro, aparentemente até, sem importância, mas que possam vir a tomar proporções consideráveis, comprometendo a paz tão desejada por todos, bem como a preservação da vida dos povos, independente da nação.

Essa comunidade, compromissada com este propósito desde 1945, quando os representantes de 26 nações assinaram a Carta das Nações Unidas, criando a Organização maior nos interesses de todos os Estados Soberanos do mundo, vem, ao longo dos últimos anos, adotando medidas para garantir, de todas as formas possíveis, a paz - medidas para nós mais conhecidas como as Missões de Paz das Nações Unidas.

Desde 1956, com o envio de tropas das Forças Armadas para integrar a Força de Emergência da ONU no Canal de Suez (Egito), o Brasil vem, ainda que de forma modesta, contribuindo para algumas dessas missões.

Recentemente, a partir de 1991, o Governo brasileiro, atendendo solicitação da ONU, através de seu Conselho de Segurança, vem participando com efetivos militares, para uma tarefa inovadora, para nós, de monitorar as polícias de alguns países em suas atividades, como Observadores das Nações Unidas, em função da grande necessidade da Organização dispor entre seus contingentes, de policiais de língua portuguesa, por consequência, elementos também capacitados a compreender, ainda que de forma primária o idioma espanhol, uma vez que o Componente CIVPOL das Operações da ONU está criado desde 1964, quando atuou em Chipre.

Para que o nosso país possa, efetivamente, compor efetivos policiais da ONU, onde elementos comprovadamente experimentados em outras missões, são

comumente participantes, há necessidade de que esse nosso representante seja adequadamente preparado, que não 100%, mas que o suficiente para ^{que} ele possa se desincumbir em suas tarefas de maneira, pelo menos, satisfatória.

Tal preparação se reveste de grande importância, ainda em função de que não é procedimento adotado nas Forças Armadas e Polícias Militares do Brasil, designar um elemento com experiência anterior (ex-integrante) em missões similares para compor o novo contingente, de maneira que pudesse orientar os novatos, pelo menos, durante a fase de completa adaptação (dois primeiros meses). Esse procedimento é, há muito tempo, adotado por outros países.

Atuando no dia-a-dia com policiais da comunidade internacional, bem formados e preparados, em sua maioria, em seus países ou escolas especializadas pelo mundo, o policial militar brasileiro, certamente, encontrará certos obstáculos a serem transpostos no decorrer de sua jornada, os quais são objeto de comentários em item específico deste trabalho.

O policial militar estará sempre sujeito à críticas e comentários quando no desempenho de suas funções, não pela formação profissional e capacidade de cada um deles, mas por falta de um preparo adequado para a nova realidade - seu desempenho como Observador Internacional, um lado desconhecido da profissão que só aqueles que integram as missões da ONU tem a oportunidade de vivenciar.

A preocupação maior deve recair nesse despreparo; o homem, o policial militar, um dos meios de divulgação da nossa imagem, refletindo com o seu procedimento, o que é a nossa Instituição Policial Militar e, por conseqüência, o Brasil, não por sua culpa, mas de toda uma conjuntura que precisa ser direcionada vislumbrando um objetivo maior.

Em razão de tudo exposto, e, em função da política atual do Governo brasileiro de contribuir de forma expressiva com efetivos para as missões de paz da ONU, certamente, empregando efetivos das polícias militares e ainda, visando evitar que o nosso representante enfrente as mesmas dificuldades que todos os outros, primeiramente, tiveram que superar para cumprir sua missão, os Oficiais responsáveis pelo presente trabalho, vem propor a criação de uma Unidade Policial Militar responsável pela preparação do homem para compor efetivos das Nações Unidas como Observador Policial.

2. DENOMINAÇÃO

Centro de Preparação de Observadores Policiais das Nações Unidas.

3. OBJETIVOS

- Habilitar o policial militar a exercer a função de Observador Policial da ONU.
- Oferecer condições para que o policial militar possa superar as dificuldades próprias de uma Missão de Paz.
- Dar condições ao homem de bem representar a Instituição Policial Militar brasileira e seu país.

4. LOCAL DE FUNCIONAMENTO

- Sugere-se a instalação deste Centro, em Brasília-DF, a cargo da Polícia Militar do Distrito Federal, considerando-se que:

- a) É local central, com facilidades para a obtenção de toda a documentação necessária para a viagem e o credenciamento do policial militar como Observador da ONU;
- b) A localização dos órgãos gerenciadores do assunto (IGPM, MRE) está na capital federal;
- c) As providências gerais a serem adotadas para a viagem (obtenção vistos, bilhetes aéreos, vacinas, aquisição de material, etc) serão facilitadas;
- d) A PMDF dispõe de maior número de Oficiais e Praças com experiência anterior;
- e) Existe maior facilidade para obtenção de apoio dos órgãos do Governo federal e estadual, para o funcionamento dos cursos.

O funcionamento inicial do Centro teria caráter experimental, devendo o Comando Geral da PMDF, após a realização dos 02 (dois) primeiros cursos, e verificando que resultados positivos foram alcançados, propor ao Sr Governador do Distrito Federal e a Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), a criação oficial da Organização Policial Militar, destinando instalações próprias.

Inicialmente sugere-se o funcionamento do Centro nas instalações da Academia de Polícia Militar de Brasília, até ser definido aquartelamento próprio.

5. EXECUÇÃO

a. Subordinação

Diretoria de Ensino da PMDF.

b. Efetivo

1. Escola dos integrantes

- Será requisito fundamental todos os Oficiais e Praças que exercerão função de instrutores e monitores, bem como do Comandante e Subcomandante, sejam ex-Observadores Policiais (UNPO)
- A designação do Comandante do Centro ficará a cargo do Comandante Geral da PMDF, dentre os Oficiais Superiores da Corporação.
- A escolha dos demais integrantes será feita pelo Comandante do Centro, que encaminhará a relação dos quadros ao Comandante Geral da Corporação para aprovação e providências administrativas.
- O pessoal de apoio será objeto de providências posteriores.

2. Fixação do Efetivo

- De acordo com o anexo “B”.

c. Organograma

- Vide Anexo “A”.

6. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

Inicialmente, o Centro deverá dispor de todas as instalações necessárias ao funcionamento dos cursos, de acordo com o Plano de Cursos. As seguintes instalações e equipamentos são indispensáveis:

Salas para funcionamento de todas as seções;

02 (duas) salas de aula;

Área de instrução para seções práticas;

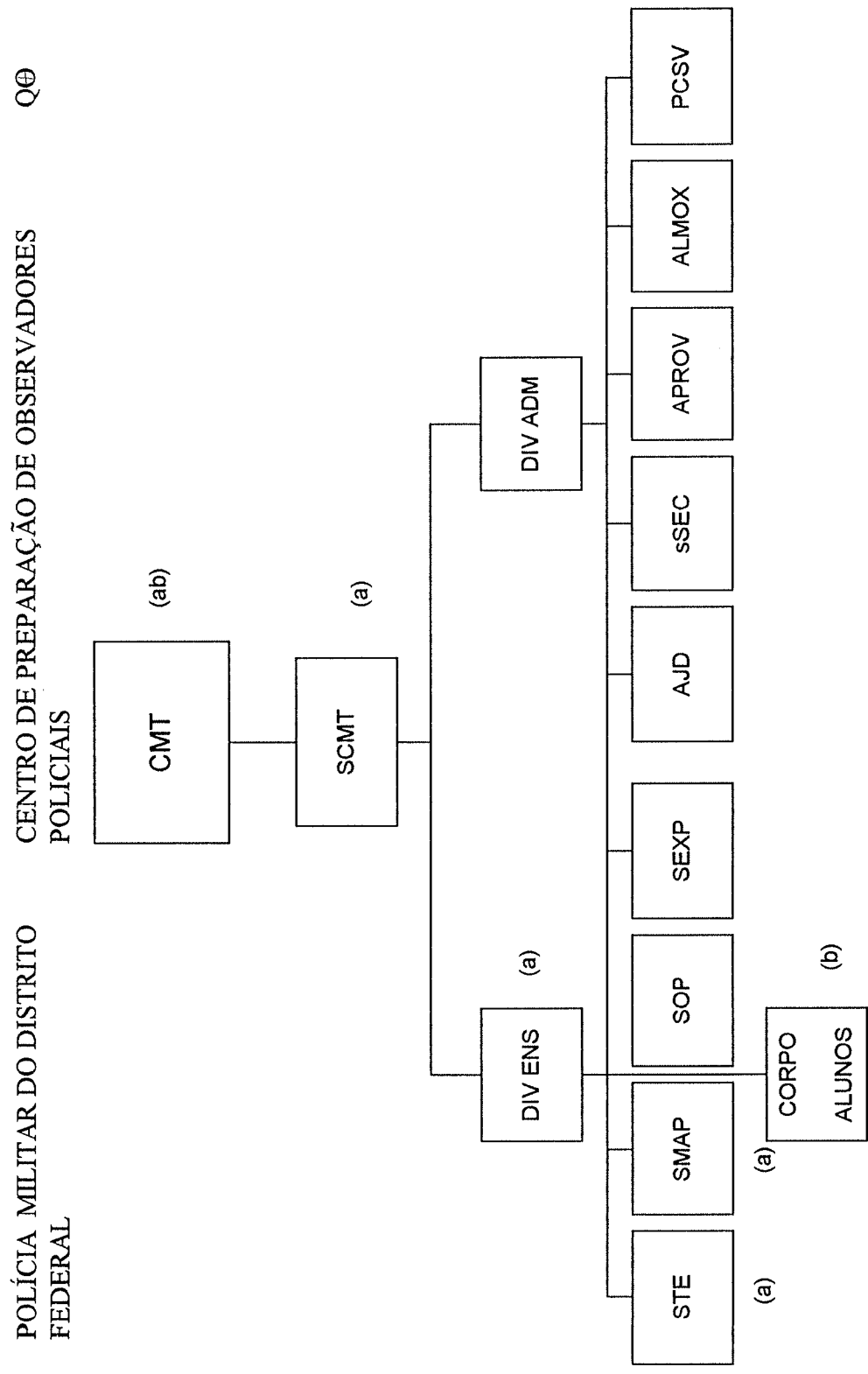
Refeitórios e alojamentos;

Meios auxiliares da instrução;

Viaturas especiais para treinamento;

Viaturas para transporte de pessoal.

Posteriormente, verificando-se a viabilidade de prosseguimento das atividades do curso e de instalação do Centro, seu Comandante deverá encaminhar ao Cmdo Geral da PMDF um estudo sobre as necessidades ideais em termos de material, pessoal e instalações, para que a Unidade passe a ser, reconhecidamente, considerada como uma Unidade-Escola padrão.



OBSERVAÇÕES GERAIS: (a) Chefes de Seção, ex-observadores ONU (b) Cmt, Instrutores e Monitores, ex-observadores ONU

POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL										DIVISAO DE ENSINO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
QUADROS										OFICIAIS										PLACAS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
UNIDADES				QOPM				QOPMF				QOPMS				QOPMC		QOPMA				QOPME				QOPNM				QPPMC				QPPMF				QPPME				SOMA				TOTAL																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
				CEL	TEN CEL	MAJOR	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	MAJOR	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CABO	SOLDADO	SUB TEN	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CABO	SOLDADO	SUB TEN	1º SGT	2º SGT	3º SGT	CABO	SOLDADO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
Ch	1																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						

POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL										CENTRO DE PREPARACAO DE OBSERVADORES POLICIAIS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
QUADROS										OFICIAIS										PRAÇAS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
QOPM					QOPMF					QOPMS					QOPMC					QOPMA					QOPME					QOPM					QPPMC					QPPMF					QPPME					SOMA																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
CEL	TEN CEL	MAJOR	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	1º TEN	2º TEN	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2º TEN	CAPTÃO	1º TEN	2

CONCLUSÃO

No desenrolar do presente trabalho, foi dado a perceber, pelo menos, os motivos da preocupação de seus autores quanto à problemática que envolve a participação policial militar nas operações das Nações Unidas pelo mundo.

É importante ressaltar que, de forma alguma, em nenhum momento das nossas considerações e observações, prevaleceu a idéia de desvalorizar ou criticar a atual estrutura funcional dos órgãos que administram o assunto. Muito pelo contrário, viu-se que nessa concepção, todos desempenham papel fundamental para que todo o processo se complete e o Brasil tenha sempre representatividade no cenário internacional.

Entretanto, se faz necessário alertar as autoridades sobre a importância da adequada preparação do nosso representante, no contexto do Brasil, como estado que busca o reconhecimento da ONU e uma cadeira permanente no Conselho de Segurança, bem como sobre as dificuldades que o homem tem que superar, pois, do contrário, pode a instituição policial militar brasileira - e o Brasil - cair em um incômodo “descrédito”, já que estará constantemente sendo observada pelos olhos da comunidade internacional, tornando-se alvo de críticas e assunto de relatórios dirigidos à cúpula da Organização, ficando essa situação difícil de ser revertida.

Sabemos que, numa visão macro, o Brasil não perderá a posição e o conceito que hoje desfruta na ONU, mas são aspectos que, aliados a outros, aparentemente não tão importantes no cenário mundial, vão “minando” as resistências do País, contribuindo aos poucos para que caia no descrédito.

A participação policial militar brasileira nas missões de paz reveste-se de especial significado, não só para nós, policiais militares, que seremos beneficiados com a gama de conhecimentos que vamos adquirir e que, certamente, aumentam nossa capacidade profissional, no que tange à Instituição, mas, principalmente, para o Brasil, que poderá ser alvo de críticas relacionadas às deficiências apresentadas pelo nosso homem.

Identificadas as dificuldades, o universo das funções, tarefas e atribuições que o observador policial desempenha na busca pela paz dos povos, observou-se, ao longo deste trabalho, que os óbices levantados são, na sua quase totalidade, decorrentes da falta de preparação do policial militar.

Na pesquisa de campo, procurou-se ouvir todas as fontes, através de questionamentos feitos aos ex-participantes de missões de paz e ao IGPM/Min Ex. Além dessas, foi consultada a Polícia Militar do Distrito Federal, no tocante aos critérios de seleção e preparação do futuro observador; tanto numa quanto noutra, a conclusão obtida foi a necessidade de se preparar melhor os nossos representantes. À Divisão Policial das Nações Unidas em Nova Iorque, perguntou-se sobre como a Organização vê o policial militar brasileiro como Observador Policial, de acordo com os relatórios enviados por comandantes policiais das áreas de operações, sendo que, para esta última consulta, não obteve-se resposta.

Assim, a resultante da análise desta pesquisa realizada e de outros aspectos levantados pela observação própria dos autores e de outros ex-integrantes de tais missões, nos faz concluir que os nossos representantes policiais militares nas operações desenvolvidas pelas Nações Unidas devam ser adequadamente preparados, de forma a adquirir condições de corresponder ao desempenho esperado pela Organização, de todos os seus policiais internacionais.

E, como a causa do despreparo do policial militar brasileiro tem sua origem em uma série de fatores, será necessário a adoção de determinadas medidas que acabem com o problema ou, ao menos, o minimize.

Julgamos oportuna a preparação do PM brasileiro, através de um programa de treinamento específico, centralizado em uma Unidade Policial Militar.

A participação da PM brasileira é relevante, pois, além de trazer divisas para o Brasil, oferece vantagens ao nosso policial, que busca incessantemente a expansão de seus conhecimentos profissionais, à nível internacional.

Nesse propósito, os autores oferecem duas sugestões básicas, como medidas saneadoras do problema, a saber:

- a preparação do homem através de um curso que o habilite ao desempenho da função de Observador; e
- a criação de um Centro de Preparação para execução desse curso

O certo é que torna-se imperativa a necessidade dos órgãos federais e estaduais com responsabilidade debruçarem-se sobre o problema e realizar uma análise de tudo o que foi exposto e das sugestões oferecidas.

A adoção de certas medidas exigem urgência pois, do contrário, a Instituição Policial Militar brasileira e o Brasil poderão sofrer com o descrédito, situação irreversível a curto prazo.

A análise do questionário aplicado, nos deu elementos suficientes para afirmar que a necessidade de submeter nosso homem a um treinamento específico é urgente e, para os propósitos do Brasil, totalmente procedente.

Nesse sentido, o presente trabalho propõe algo de inédito no país, como seja, a criação de uma Unidade Policial Militar, responsável pela preparação do futuro Observador Policial para o desempenho de suas funções como Monitor da ONU no exterior, proporcionando-lhe um treinamento adequado. Essa originalidade é uma razão adicional para a existência deste modesto trabalho.

BIBLIOGRAFIA

ÁUSTRIA - United Nations Criminal Justice Standards for Peace-keeping Police. Viena: Organização das Nações Unidas, 1994.

BÓSNIA - Civilian Police - Peace Force News - UNPROFOR: Organização das Nações Unidas, jun/1994.

BÓSNIA - Peace-keeping - Questions and Answers: Organização das Nações Unidas, jun/1994.

BRASIL - Brasil conquista espaço nas Nações Unidas. Correio Brasiliense, Brasília, 25 maio 1993.

BRASIL - Brasil busca vaga na elite da ONU. Folha de S. Paulo, São Paulo, 23 jun. 1995.

BRASIL - Moçambique constrói a paz. Cadernos do Terceiro Mundo, n. 185, Brasília, abr/1995.

BRASIL - O Brasil nas operações de manutenção da paz. Noticiário do Exército, a.38, n. 8975, p. 2-3. Brasília, 2 jun. 1995.

BRASIL - ONU discrimina soldados do terceiro mundo. Correio Brasiliense, Brasília, 09 abr. 1995.

CHAVES, Mário José Ribeiro. A participação da PMDF nas Missões da ONU: CAO/94, 1994. Monografia. Mimeo.

EL SALVADOR - La Mission de las Naciones Unidas em El Salvador. San Salvador, 1994.

EUA - ABC da ONU - Organização das Nações Unidas: Tradução da Editora Cervantes, Rio de Janeiro: Cervantes, 1991.

EUA - Notes for the guidance of military/police observers on assignment with ONUMOZ. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 1992.

EUA - Universal Declaration of Human Rights. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas, 1993.

GRÃ-BRETANHA - Moçambique, fiscalização dos direitos humanos. Anistia Internacional. Londres, jun. 1994.

ITÁLIA - Acordo Geral de Paz de Moçambique. Roma, 1992.

ANEXOS

Anexo 1 - Questionário nº 1

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
1995**

MONOGRAFIA

Grupo de Trabalho: **Cap PMDF MAURÍCIO HENRIQUE LOFFREDO DE SOUZA**
Cap PMDF ANTÔNIO SÉRGIO CARRERA DE A. MELO
Cap PMPB MARCOS FIRMINO DE SOUZA

QUESTIONÁRIO

O Grupo de Trabalho Monográfico, composto pelos Oficiais acima, todos ex-integrantes dos Contingentes Brasileiros nas Operações de Paz das Nações Unidas em El Salvador-ONUSAL e Moçambique-ONUMOZ, tentará, através de um trabalho cientificamente elaborado com o tema: **A Participação Policial Militar Brasileira nas Operações de Paz das Nações Unidas - A Preparação do Policial Militar**”, chamar a atenção das autoridades sobre as dificuldades enfrentadas pelos Oficiais e Praças Policiais Militares quando integrando uma Força de Paz.

A aplicação deste Questionário visa unicamente obter informações precisas relativas à Missão da qual V. Sa participou. Sua opinião será extremamente importante pois trará subsídios para a elaboração de um trabalho técnico-científico que irá apontar as deficiências e dificuldades do Policial Militar observador da ONU.

Marque com um (x) a alternativa que mais se adequar a sua resposta bem como, caso deseje, comente qualquer uma delas. A identificação ficará a critério de V.Sa.

NOME: _____ POSTO/GRAD _____
CORPORAÇÃO _____ MISSÃO _____

QUESTÃO 01

Qual o processo adotado por sua Corporação para a seleção do pessoal a ser indicado para a Missão?

() Indicação () Concurso interno

QUESTÃO 02

No caso da resposta acima ter sido Concurso interno, coloque um (x) nos exames realizados.

() Inglês
() Espanhol
() Francês
() Informática
() Direção
() Físico
() Médico
() Conhecimentos Gerais
() Outros

QUESTÃO 03

Como classificaria seus conhecimentos da idioma Oficial da Missão?

() Muito bom () Bom () Regular () Ruim

QUESTÃO 04

Ao ser designado, recebeu informações sobre a Missão?

() Sim () Não

QUESTÃO 05

Caso sua resposta tenha sido positiva, estas informações foram úteis e facilitaram seu desempenho?

() Sim () Não

QUESTÃO 06

V. Se foi orientado com relação às providências preliminares que deveria adotar com relação ao equipamento e material necessários durante o mandato, face às características do país, bem como no que se refere a clima e doenças típicas da região?

() Sim () Não

QUESTÃO 07

V. Sa foi informado à respeito de seus direitos, obrigações e prerrogativas como funcionário brasileiro no exterior?

() Sim () Não

QUESTÃO 08

Possuia conhecimentos básicos de Informática?

() Sim () Não

QUESTÃO 09

Quando dos primeiros contatos no país de destino , com a Missão e com o Staff internacional, julga que as informações recebidas lhe foram úteis?

() Sim () Não

QUESTÃO 10

Sabe-se que em alguns países é adotado o sistema viário de direção em sentido oposto ao do Brasil, como é o caso da Inglaterra, Moçambique e outros. Você recebeu aulas práticas de direção nesse sentido no Brasil?

() Sim () Não

QUESTÃO 11

Recebeu informações sobre Violação dos Direitos Humanos (à nível internacional)?

() Sim () Não

QUESTÃO 12

Recebeu informações gerais sobre a polícia do país de destino?

() Sim () Não

QUESTÃO 13

Sentiu dificuldade em adaptar-se ao sistema burocrático da Missão haja vista a larga utilização de computadores?

☐ Sim ☐ Não

QUESTÃO 14

Como classificaria seu relacionamento com os policiais de outros países?

☐ Muito Bom ☐ Bom ☐ Satisfatório ☐ Ruim

QUESTÃO 15

Caso sua resposta tenha sido negativa, informe se um melhor preparo teria influenciado nesse relacionamento?

☐ Sim ☐ Não

QUESTÃO 16

Como classificaria sua performance após decorridos os 30 (trinta) primeiros dias de Missão?

☐ Muito bom ☐ Satisfatório ☐ Regular ☐ Fraco

QUESTÃO 17

O Sr., ao inteirar-se de seus deveres e obrigações como Observador Policial das Nações Unidas, na área da missão, como classificaria seu “status” como monitor policial?

☐ Preparado ☐ Pouco Preparado ☐ Razoavelmente Preparado ☐ Despreparado

QUESTÃO 18

Qual o seu tempo de serviço à época do início da Missão?

- ☐ Até 05 anos
- ☐ Entre 05 e 10 anos
- ☐ Entre 10 e 15 anos
- ☐ Entre 15 e 20 anos
- ☐ Acima de 20 anos

QUESTÃO 19

Em face dos questionamentos acima V. Sa julga necessário uma preparação antecipada do candidato a Observador Policial da ONU, através de um treinamento específico voltado para a problemática do país de destino?

() Sim () Não

QUESTÃO 20

Esta questão reserva-se ao (s) comentário (s) sobre qualquer questão em particular ou mesmo sobre todas as que V. Sa gostaria de comentar à respeito.

Grato,

A EQUIPE

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
1995

MONOGRAFIA

Grupo de Trabalho: **Cap PMDF MAURÍCIO HENRIQUE LOFFREDO DE SOUZA**
 Cap PMDF ANTÔNIO SÉRGIO CARRERA DE A. MELO
 Cap PMPB MARCOS FIRMINO DE SOUZA

QUESTIONÁRIO

O Grupo de Trabalho Monográfico, composto pelos Oficiais acima, todos ex-integrantes dos Contingentes Brasileiros nas Operações de Paz das Nações Unidas em El Salvador-ONUSAL e Moçambique-ONUMOZ, tentará, através de um trabalho cientificamente elaborado com o tema: **A Participação Policial Militar Brasileira nas Operações de Paz das Nações Unidas - A Preparação do Policial Militar**”, chamar a atenção das autoridades para as dificuldades enfrentadas pelos Oficiais e Praças Policiais Militares quando integrando uma Força de Paz.

A aplicação deste Questionário visa obter informações precisas relativas à participação da IGPM nos processos de recebimento dos pedidos de contingentes policiais militares, bem como da distribuição de vagas entre as Corporações PM, organização da Força Policial, controle e papel desempenhado durante a execução de cada Missão. As respostas bem como a opinião e comentários que V. Exa deseje oferecer, será extremamente importante pois trará subsídios para a elaboração de um trabalho técnico-científico que irá apontar as deficiências e dificuldades do Policial Militar observador da ONU, assim como, dará maior suporte para a **proposta** de um Programa de Treinamento que a Equipe submeterá a apreciação daqueles que podem decidir sobre sua execução.

NOME: _____ POSTO _____

FUNÇÃO: _____

QUESTÃO 01

Qual o órgão responsável pela solicitação de contingentes Policiais Militares para integrar Missões de Paz e Proteção das Nações Unidas e de que maneira se processa essa solicitação?

QUESTÃO 02

Qual o critério adotado pela IGPM para a distribuição de vagas?

QUESTÃO 03

No caso do número de voluntários exceder ao solicitado, de que maneira a IGPM decide?

QUESTÃO 04

A IGPM atua de alguma forma na orientação e preparação administrativa dos Monitores Brasileiros na fase de pré-embarque?

QUESTÃO 05

E na área operacional?

QUESTÃO 06

A IGPM estabelece algum pré-requisito para a seleção do candidato à Observador?

QUESTÃO 07

A IGPM recebe ou já recebeu relatórios, informações ou mesmo pareceres sobre a performance do Observador Policial Militar Brasileiro no desempenho de sua missões como Monitor, remetidas pelo Ministério das Relações Exteriores ou mesmo por outros órgãos do sistema da ONU? No caso da resposta ser positiva, V. Exa poderia comentar à respeito?

QUESTÃO 08

Este item é destinado a qualquer comentário que V. Exa. julgue oportuno fazer sobre as impressões da IGPM à respeito do trabalho realizado pelos contingentes policiais militares nas Operações das Nações Unidas, decorrentes de relatórios periódicos e finais das Missões.

QUESTÃO 09

De uma forma geral, quais as deficiências apresentadas pelo Policial Militar que a IGPM julga mais expressivas?

QUESTÃO 10

Independente do panorama atual, de todos as participações PM sob a bandeira da ONU, qual a opinião de V. Exa. sobre a realização de um Programa de Treinamento específico voltado exclusivamente para a preparação do futuro Observador Policial Militar, Programa esse, centralizado em Brasília?

Brasília-DF, May 13,

1995.

**CIVILIAN POLICE DIVISION
HEAD OFFICER
UNITED NATIONS HQ**

Dear Sir,

I take great pleasure in addressing this letter to you. First of all I would like to present my compliments to you, Sir, as the Head Officer of the United Nations Civilian Police Division. Secondly, I will introduce myself to you by giving you a brief description of my current work and then to explain the main purpose of my letter.

My name is *ANTÔNIO SÉRGIO CARRERA DE ALBUQUERQUE MELO*, at the present, attached to the Federal District Military Police Dept. in Brasilia, in the rank of Captain. Recently, in 1993/1994, I have been on assignment with the United Nations Operation in Mozambique-ONUMOZ. It was a very exciting and a new experience to me as a police officer and also as a human being. Working together with colleagues from the international community, even dealing with the Mozambican people, has expanded my knowledge.

During the period of my assignment I could realize how important a Peace-Keeping Operation is in its efforts to help people in their needs.

The policing activities in Brazil has been accomplished through its three distinct Departments: the Civilian and Military branches, both performing similar duties, and the Federal Police Dept. To make it clearly understood, it is important to say that the Military Dept. is responsible for the ostensive way of policing, while the civilian is in-charge of the processing of crime cases, besides some investigation procedures.

All military officers in Brazil, ranked as Captain, must be submitted into a specialization course. That course will enable them to grant consecutive promotions till the rank of Colonel. At the present, I am attending to one of these courses, together with two classmates, both ex-members of the United Nations Operations in El Salvador and Mozambique. As a final classwork, we are to present a technical work regarding the Brazilian Military Police Contingents under UN flag on its Peace-Keeping Operations- The Policeman Status . We decided to go through that subject due to several difficulties faced by most of the Brazilian Officers when they first come to the Mission Area: native and UN official languages; local customs; regional diseases; familiarity with the UN policy for monitoring activities; country overall situation (political and economics status) and climate are some of them.

A research work is in progress. Many ex-Brazilian “Blue Barets” are to be contacted to state about the matter. They are being requested to assert about their personal limitations when out of Brazil, officially engaged in a absolutely different way of making *POLICE*. Their statements are to be collected to subsidy our research.

Since Brazil still doesn't have a special training programme to prepare contingents for participation in UN Operations, our idea is to suggest the stablishment of a Training Programme to be held in a special Training Centre, where all police officers should be submitted before the assignment period with United Nations begins.

To make this work really technical, your support will be extremely important in order to provide us with your point of view on the performance of the Brazilian Contingents under UN, based on reports sent from the Mission Areas. Your comments will be much appreciated and will serve to improve individual and coletives performances in the future.

I hope I could make myself clear enough in my purpose.

I take the opportunity to thank you very much for your kind consideration of my request and look forward to receive an answer soon.

I could be reached at the following addresses:

Work

ACADEMIA DE POLICIA MILITAR DE GOIÁS

Rua 252, no. 21 - Setor Universitário

Goiânia-GO

74.603.240 Fax: (062) 261.0564

Home Address

Quadra 55, Lote 02, Ap. 301

Setor Central

Gama-DF

Brasil

72.405-550

Phones: (062) 384.3085 / 384.9365

Yours Truly.

ANTONIO SERGIO CARRERA DE ALBUQUERQUE MELO
Captain-Military Police Officer